

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Antonione Alves Grassano

Suicídio, Mídia e Discurso:
uma análise discursiva dos relatos de si de sujeitos suicidas no Facebook

Juiz de Fora
2019

Antonione Alves Grassano

Suicídio, Mídia e Discurso:

uma análise discursiva dos relatos de si de sujeitos suicidas no Facebook

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Linha de Pesquisa: Comunicação e Poder

Orientador: Prof. Dr. Wedencley Alves Santana

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Grassano, Antonione Alves.

Suicídio, Mídia e Discurso : uma análise discursiva dos relatos de si de sujeitos suicidas no Facebook / Antonione Alves Grassano. -- 2019.

163 p.

Orientador: Wedencley Alves Santana

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2019.

1. Comunicação. 2. Discurso. 3. Suicídio. 4. Facebook. I. Santana, Wedencley Alves, orient. II. Título.

Imprimir na parte inferior, no verso da folha de rosto a ficha disponível em:
<http://www.ufjf.br/biblioteca/servicos/usando-a-ficha-catalogfica/>

Antonione Alves Grassano

Suicídio, Mídia e Discurso:
uma análise discursiva dos relatos de si de sujeitos suicidas no Facebook

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Linha de Pesquisa: Comunicação e Poder

Aprovada em 26 de fevereiro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^ª. Dr^ª. Kátia Lerner
Fundação Oswaldo Cruz

AGRADECIMENTOS

Ao Weden, que na hora certa me disse um “vamos” e me incentivou a apostar na empreitada desta pesquisa. Pelas orientações, amizade e conversas que fizeram do mestrado uma experiência marcante. Por, a cada frase iniciada em “ora...”, trazer a teorização para a ordem do cotidiano.

Aos membros da banca que prontamente responderam “sim” para a avaliação desta dissertação. Ao Paulo, que aproxima a prosa do trabalho intelectual ao ponto de tornar as fronteiras indiscerníveis. À Katia, pela generosidade com que ouviu minhas demandas e contribuiu enormemente para os desafios que se assomavam. As indicações compuseram parte relevante deste estudo.

A todos os professores do PPGcom por serem peças fundamentais para a construção de um ambiente de estímulo e excelência acadêmica. Em especial, ao Weden, Paulo Roberto, Márcio Guerra, Luiz Ademir, Aline Andrade e Teresa Neves, que nas disciplinas, na qualificação e no convívio deixaram valiosas contribuições. Agradeço também ao Prof. Jairo Gama, cujos estudos subsidiaram em muito este trabalho.

Aos amigos do Sensus, que proporcionaram discussões e um biênio de altíssimo nível. Em especial ao Cícero – que me ensinou mais AD que o Weden (rs) – pelos incontáveis livros emprestados, à Luana, pela parceria acadêmica nestes dois anos e a todos os colegas que proporcionaram trocas riquíssimas: Nara, Stephanie, Nathália, Ricardo, Ademir, Renata, Hélio, Bruna, Ramsés, Roberta, Tânia, Gabi Weiss, Fernanda, Davi e Caroline

À dupla dinâmica, minha mãe e minha avó, Fatinha e Joinha, por acreditar e apoiar, como sempre. Ao meu pai, Janja, pelo suporte nas atividades de pesquisa.

À Thais, que me inspira incessantemente. E que me permitiu viver a efervescência – e o tumulto – da pesquisa e da escrita

À CAPES, que financiou esta pesquisa

RESUMO

Neste trabalho objetivamos analisar, a partir das formulações teóricas da Análise de Discurso (doravante, AD), os efeitos de sentido em relatos suicidas publicados no Facebook. Para esta proposta, formulamos o conceito de destituição simbólica, entendido como uma crise profunda na relação sujeito e discurso. Como não há sujeito sem sentido, a destituição é acompanhada de uma restituição, embora nem sempre pelas vias socialmente legitimadas. Esta restituição pode ser o próprio desejo de aniquilação de si. Se aceitarmos que toda forma de poder prevê seus modos de resistência, entendemos que a noção de desistência carece de formulações. Nossa hipótese aponta para a revolta e a apatia como respostas possíveis à destituição, podendo resultar na aniquilação. Da mesma forma, procuramos trazer para o seio das teorias discursivas a expressão foucaultiana “modos de subjetivação” como potencialidade das realizações da forma-sujeito capitalista. Com isso, queremos dizer que o modo de subjetivação neoliberal, que constitui a matriz ideológica da subjetividade ocidental, não se constitui apenas como uma forma acumulada do capitalismo, mas enseja modulações de ordens distintas. Entre estas, percebemos o discurso biomédico como articulador das práticas discursivas suicidas; a condição da vítima como forma legitimada de expressão do sofrimento e as redes como local preferencial da escrita de si. As postagens aqui levantadas foram analisadas segundo as condições históricas de produção de tais relatos; o sintoma representado pelo sujeito suicida; e uma investigação dos vestígios do discurso na língua.

Palavras-chave: Comunicação. Discurso. Suicídio. Facebook.

ABSTRACT

In this work, we seek to analyze, by means of Discourse Analysis's theoretical formulations (henceforth, DA), the effects of sense in suicidal stories posted on Facebook. For this proposal, we formulate the concept of symbolic destitution, understood as a profound crisis of the relation between subject and discourse. As there is no subject without sense, symbolic destitution is followed by a restitution, although not always by the socially legitimized ways. This restitution can be the desire of annihilation of oneself. If all form of power presupposes its own modes of resistance, the notion of renunciation lacks formulations. Our hypothesis points to revolt and apathy as possible answers to symbolic destitution, may annihilation presented as a result. In the same way, we seek to bring to the core of discursive theories Michel Foucault's expression "modes of subjection" as capitalist subject-form potential realizations. Hereupon, we pretend to address that the neoliberal subjection mode, which constitutes western subjectivity's ideological matrix, it is not a merely accumulated form of capitalism, but engenders modulations of distinct discursive orders. Among this orders, we observed biomedical discourse as an articulator of suicidal discursive practices; the condition of victimhood as a legitimized suffering expression form; and social networks as a preferential site for writing about oneself. Posts gathered on this research were analyzed based on historical conditions of production of those stories; the symptom represented by suicidal subject; and on an investigation about discourse's vestiges on language.

Keywords: Communication. Discourse. Suicide. Facebook

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DISCURSO, SUICÍDIO E REDES SOCIAIS	15
2.1 SUICÍDIO: A DISCUSSÃO ATUALMENTE	20
2.1.1 O suicídio no mundo.....	22
2.1.2 O suicídio no Brasil.....	24
2.2 HISTÓRICO DO SUICÍDIO.....	25
2.3 SUICÍDIO EM DURKHEIM E MARX.....	33
2.4 SUICÍDIO NA FILOSOFIA DE CAMUS	40
2.5 SUICÍDIO, PSICANÁLISE E PSICOLOGIA	44
2.6 SUICIDOLOGIA: UM NOVO DISCURSO SOBRE O SUICÍDIO	47
2.7 SUICÍDIO NAS CIÊNCIAS BIOMÉDICAS	49
3 DISCURSO, PODER E AFETO	53
3.1 NEOLIBERALISMO, INDIVIDUALISMO E SUJEITO EMPRESARIAL	59
3.2 O DISCURSO SOBRE O NORMAL E O PATOLÓGICO.....	70
3.3 MEDICALIZAÇÃO E RAZÃO DIAGNÓSTICA	79
3.4 RISCO, SOFRIMENTO SOCIAL E CONDIÇÃO DA VÍTIMA.....	87
4 DISCURSO, SUJEITO E LÍNGUA: TEXTOS SUICIDAS ENTRE O VESTÍGIO E O SINTOMA	99
4.1 AUTORIA, ENUNCIÇÃO E LOCUÇÃO: AS FUNÇÕES ENUNCIATIVO-DISCURSIVAS COMO OBSERVATÓRIO DO SUJEITO.....	110
4.2 ENCAIXE E ARTICULAÇÃO: RELATOS SUICIDAS COMO FORMAS DISCURSIVAS	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	145

ANEXOS.....	149
ANEXO A – TEXTO 1.....	149
ANEXO B – TEXTO 2.....	150
ANEXO C – TEXTO 3.....	155
ANEXO D – TEXTO 4.....	158
ANEXO E – TEXTO 5.....	159
ANEXO F – TEXTO 6.....	160
ANEXO G – TEXTO 7.....	161
ANEXO H – TEXTO 8.....	162
ANEXO I – TEXTO 9.....	163
ANEXO J – TEXTO 10.....	164
ANEXO K – TEXTO 11.....	165

1 INTRODUÇÃO

As elaborações desenvolvidas no Grupo Sensus – Comunicação e Discursos em Saúde, acerca do processo de destituição simbólica estão na base de sustentação teórica das reflexões que orientam este trabalho. Tomamos, nesta perspectiva, o suicídio como um caso limite da destituição/restituição simbólica.

Entendemos a destituição simbólica como uma crise na relação entre sujeito e discurso. A face visível deste fenômeno é um processo de dessubjetivação e desidentificação do sujeito com as ideologias predominantemente aceitas na sociedade. Contudo, como não há sujeito sem sentido (ORLANDI, 2015), à destituição sucede a restituição simbólica. Tal retomada de sentido pelo indivíduo, que podemos chamar de processos de identificação, (PÊCHEUX, 2014), no entanto, podem apontar para caminhos não legitimados socialmente, como, em última instância, o desejo de aniquilação de si.

A escolha do suicídio como uma hipótese para o processo de destituição/restituição não é por acaso. Em vários países ocidentais, e o Brasil é um deles, o suicídio apresenta uma trajetória de crescimento continuado, sendo uma das principais causas de morte em faixas etárias diversas, principalmente entre os jovens. Nos últimos anos, diferentes campos do conhecimento tomaram o suicídio por objeto, da saúde às ciências humanas. Propomos, com este trabalho, que o suicídio pode ser pensado discursivamente. A Análise de Discurso pode contribuir para o entendimento deste fenômeno multifacetado, principalmente no que diz respeito à produção de sentidos do sujeito que encontra na própria morte uma solução, uma saída ... enfim, que encontra sentido no ato de se matar.

Constitui-se como objeto empírico deste trabalho as postagens de sujeitos suicidas no Facebook. A internet e, mais especificamente as redes sociais, emergem como uma alternativa para práticas discursivas antes proporcionadas por outros suportes. Como foram apropriadas socialmente, as redes podem se constituir como espaço preferencial para expressões de sofrimento individual. Por suas condições próprias de produção, a escrita nas redes sociais situa-se no entremeio entre o público e o privado, o que dará ensejo a uma forma híbrida do falar de si.

Os pressupostos teóricos que tomamos durante toda esta pesquisa são os da Análise de Discurso, notadamente as matrizes de conhecimento formuladas por Michel Pêcheux e Eni Pucinelli Orlandi. Isto significa assumir que partimos de uma posição que identifica a AD como uma das maneiras de se pensar a determinação histórica e o político

como intrinsecamente articulados aos processos de significação no qual se constitui o sujeito.

É de vital importância, em nossa proposta de apreender discursivamente o fenômeno do suicídio, o conceito de modos de subjetivação, elaborado por Michel Foucault¹. A partir desta formulação, propomos o modo de subjetivação neoliberal como uma modulação da forma-sujeito capitalista (ORLANDI, 2012), fundada na noção de sujeito do Direito (HAROCHE, 1992).

Como nada disso ocorre fora das relações de poder, a reflexão sobre os modos de subjetivações contemporâneos nos permitem realizar um mapeamento dos regimes discursivos e formações ideológicas dominantes. Se considerarmos a destituição simbólica como nos termos descritos acima, é inescapável trazermos para a discussão as formas contemporâneas de interpelação ideológica, que atravessam e constituem o indivíduo em sujeito.

Nossa pesquisa procurará responder se, e como, os ambientes midiáticos se constituem em espaços de expressão do sofrimento humano. A partir deste entendimento, nos perguntaremos quais os efeitos de sentido presentes nos discursos de ideias suicidas. Partindo do pressuposto de que o suicídio resulta de um processo extremo de destituição simbólica, quais são os mecanismos discursivos apreensíveis nesta destituição? Nossa hipótese aponta para três respostas plausíveis para este processo de destituição simbólica: o suicídio como emergência da apatia, revolta e/ou desistência.

Este estudo de caso se enquadra no âmbito da pesquisa sobre os processos de destituição simbólica que encontram hoje nas ambiências de mídia sua formulação e circulação. A pesquisa visa contribuir para a compreensão da relação entre comunicação, poder, saúde e subjetivações, em especial, a relação entre discursos mediados, angústia e sofrimento físico, psíquico e social.

A materialidade da linguagem que apropriamos para a composição de nosso arquivo analítico são postagens no Facebook de sujeitos suicidas. Acreditamos que tais textos, produzidos pelos sujeitos na proximidade da consumação do suicídio podem se constituir como pistas relevantes para a destituição simbólica e para a articulação entre discurso, língua, sujeito e história que procuraremos explicitar no decorrer do trabalho.

Portanto, a questão central que emerge e que buscaremos respostas possíveis no percurso da pesquisa é: como se produzem, funcionam e quais os sentidos textualizados nas postagens de sujeitos suicidas no Facebook? Ato contínuo, elencamos dispositivos analíticos

¹ A noção de modos de subjetivação perpassa toda a obra de Michel Foucault. Para este conceito, conferir, especificamente FOUCAULT, (2006; 2012; 2017b)

instrumentalizados a partir da AD conforme a demanda de nosso arquivo. Estes dispositivos nos servirão para buscar compreender a relação do discurso com a história, que chamaremos “indícios”, com a língua – os vestígios – e com o sujeito – portanto, o sintoma.

No segundo capítulo, exploramos a interface do suicídio com a comunicação e as formas de expressão do sofrimento na ambiência midiática contemporânea. Com isso, tomamos o digital como (re)organizador das práticas discursivas contemporâneas e do imaginário social. Não somente um repositório simbólico, o digital rearticula a memória e a percepção da realidade social do indivíduo ao mesmo tempo que é instrumentalizado por este sujeito.

Em seguida, introduzimos a temática do suicídio e expomos a dimensão do fenômeno atualmente: estatísticas, panoramas globais, nacionais e regionais, alguns dados epidemiológicos e caracteres que o tornam uma questão multifatorial. Traçamos um histórico das percepções sociais do suicídio. Nesta proposta, está o fato de assumirmos que o entendimento de sociedades diferentes em épocas diversas sobre o suicídio constituem a historicidade do fenômeno. Sem perder de vista que nossa pesquisa é de caráter discursivo, elencamos como distintos campos do conhecimento tomaram o suicídio por objeto, produzindo efeitos de deslocamentos e institucionalização de sentidos sobre o fenômeno. Aqui, encontra-se a perspectiva foucaultiana de produção de conhecimento e, logo, de efeitos de verdade sobre determinado objeto.

No terceiro capítulo tomamos a hipótese do modo de subjetivação neoliberal como modulação da forma sujeito capitalista para inventariar a rede interdiscursiva com certa dominância na determinação dos modos de subjetivação. Se, no segundo capítulo, através do discurso científico e filosófico temos a emergência de um sujeito epistêmico, agora pode-se propor como as formações ideológicas orientam e interpelam o sujeito do afeto. É neste sentido que procuramos trazer o suicídio para o seio das reflexões em AD.

Entendendo o papel de significante-mestre que o discurso biomédico adquiriu nas sociedades ocidentais, trazemos reflexões do discurso produzido sobre o normal e o patológico; as formações discursivas da medicalização e a linguagem que cifra o sofrimento pelos atos diagnósticos; o estatuto sócio-cultural do discurso do risco e a constituição discursiva do sujeito pela condição da vítima. Este capítulo se propõe fazer um exame dos indícios da história no discurso e como eles se relacionam com a memória discursiva, produzindo deslocamentos e orientando as posições do sujeito no discurso.

Gostaríamos de alinhar, finalmente, que a organização do texto da dissertação

foi um processo particularmente espinhoso. Nos enredamos em três atos analíticos distintos: um que se propõe a examinar os indícios da história no discurso, outro que pretende investigar os vestígios da língua e, por último, uma diagnose do sujeito sintoma do discurso. Ocorre que tais “observatórios” do discurso invariavelmente não precisam positivamente suas bases, e as relações do discurso com a língua, história e sujeito se apresentam com fronteiras difusas e opacas, principalmente na questão dos relatos suicidas. Ressaltemos que tais atos analíticos obedecem apenas a um critério de organização do texto da dissertação.

Com efeito, faremos uma análise diagonal entres estes três aspectos, começando como uma reflexão sobre as interpelações histórico-ideológicas que constituem materialmente a gramática contemporânea do sofrimento. Em seguida, buscaremos discutir especificamente o sujeito-sintoma, o suicida, no discurso, utilizando notadamente os conceitos das funções enunciativo-discursivas do sujeito. Finalmente, na investigação das marcas na língua dos textos produzidos por tais sujeitos, abordaremos tais escritas a partir do conceito de forma discursiva como padrões mais ou menos provisórios de enunciação, identificando alguns aspectos de tais relatos a partir de uma economia de atos discursivos.

2 DISCURSO, SUICÍDIO E REDES SOCIAIS

Esta proposta vai ao encontro das reflexões trazidas por Norbert Elias (1994), notadamente o argumento central de sua obra: a de que o processo civilizador, com suas mudanças e fenômenos sociais, pode ser entendido como um processo de transformação de longo prazo nas estruturas de personalidade e comportamentos individuais.

Elias (1994) busca compreender o modo de subjetivação do indivíduo como resultado de um desenvolvimento histórico. Há, segundo o autor, uma ordem que dita a vida em comum e que oferece um leque mais ou menos restrito de modos de comportamento possíveis. É com base nestas observações que o autor formula uma teoria segunda a qual existe uma relação indissociável entre sociogênese e psicogênese, a qual tomamos a nível de pressuposto teórico.

Por isso, pensar a sociedade midiaticizada e o digital não significa apreendê-lo sob a possibilidades que inauguram, as potencialidades que encerram e prometem, mas o efeito que produzem nas relações sociais. No sentido que Norbert Elias (1994) confere ao termo “processos sociais” - como mudanças de longo prazo nas estruturas sociais, de pensamentos – procuramos tomá-lo em sua interface com a ambiência midiática contemporânea.

Do mesmo modo, partimos da perspectiva de que há, no acontecimento suicida, um atravessamento midiático-comunicacional, logo, de linguagem, articulando o simbólico com o político. Para Braga (2012), uma das consequências mais significativas do processo de mediatização é o atravessamento dos campos sociais estabelecidos, o que provoca situações indeterminadas e experiências correlatas. Entender este processo significa partir do pressuposto da condição da mediação, o que, genericamente, condiz com um procedimento em que um elemento mediador é articulado entre sujeitos ou ações diversas.

Epistemologicamente, mediação diz respeito ao relacionamento do ser humano com sua realidade “natural” e social. Essa perspectiva coincide com a ideia de que não temos acesso e, portanto, conhecimento direto desta realidade. “Nosso relacionamento com o ‘real’ é sempre intermediado por um ‘estar na realidade’ em modo situado, por um ponto de vista” (BRAGA, 2012, p.32). Assim, o homem percebe o mundo através de sua inserção histórico-cultural.

No campo da Comunicação, Braga (2012) nota um deslocamento no paradigma das mídias de massa, focado no emissor e composta por uma visão passiva da sociedade em

relação aos produtores, a saber a indústria cultural. A inserção cultural do receptor representa uma mediação fundamental que muda o foco da questão. Antes nos meios, agora nas mediações, o que pressupõe um redirecionamento para uma visão relacional dos meios na sociedade. Os processos midiaticizados, desta feita, passam a ser mais bem percebidos. “Como os meios, antes dessa virada, apareciam de modo preocupante como produtores de efeitos não controláveis pela sociedade, as mediações se põem, praxiologicamente, como espaço de ação e resistência”, ressalta o autor (2012, p. 33).

Na sociedade de midiatização é a cultura midiática que se torna a referência. Nela, se estabelecem a estrutura sócio-técnica-discursiva que produz zonas a afetar diversos níveis da organização e dinâmicas sociais. (FAUSTO NETO, 2008). Nesta reflexão, portanto, não se tem um agente midiático prioritário. O que se tem com a crescente midiatização, de fato, é uma diversificação acelerada dos modos de interação social. Para Braga (2012), muito embora os processos de interação historicamente estabelecidos até meados da década de 80 ainda organizem a mediação da sociedade, estes processos, como a escrita e a oralidade, continuam a definir padrões de comunicação, mas deslocando-se em processos mais amplos e complexos.

Braga (2012) destaca que o termo “midiatização” se distingue de uma pura circunscrição às inovações tecnológicas disponibilizadas nas últimas décadas. Com efeito, a penetração tecnológica é um fenômeno de grande relevância, mas que não explica por si só os processos comunicacionais correlacionados a ela, visto que para que estes se concretizem é necessário que sejam apreendidos por um fator diretamente social. Para que destas tecnologias decorram práticas comunicacionais é preciso, outrossim, que se desenvolvam invenções sociais de orientação interacional. “Essas invenções [sociais] são, talvez, a parte mais importante da questão. É porque a sociedade decide acionar tecnologias em um sentido interacional que estas se desenvolvem – na engenharia e na conformação social (BRAGA, 2012, p. 36).

Todo processo que produza ação interacional encontra-se no escopo da sociedade em vias de midiatização. É nesta ambiência que os processos midiaticizados estimulam as maneiras pelas quais a sociedade se comunica e, em função disso, se organiza e, experimentalmente, estrutura suas práticas (BRAGA, 2012).

Um dos fatores que se modificam conforme se reestrutura a antiga relação entre emissor e receptor é o de circulação. Como agora os receptores são ativos, a circulação passa a ser encarada como um lugar de jogos complexos de oferta e reconhecimento mútuo –

entre produtores e receptores – e de deslocamentos produzidos pela apropriação da mediação. Ademais, além das relações entre produtor e receptor, configura-se um circuito em que este último transmite aquilo que recebe, o que faz com que os produtos circulantes ultrapassem sua situação de recepção². A cada direcionamento, novos sentidos são passíveis de emergir (BRAGA, 2012).

Na problemática do fluxo contínuo de produção, Braga (2012) considera o fator de retroação da escuta prevista um dos aspectos mais importantes da midiatização. Para o autor, a sociedade midiatizada é marcada por um “esforço produtivo para circular [que] se faz na contramão da escuta prevista ou pretendida”, em uma espécie de “contrafluxo que é a necessidade de previsão da escuta possível na composição da ‘fala’ a ser posta em circulação” (BRAGA, 2012, p. 40). Desta maneira, passa-se a produzir a partir das respostas pretendidas.

Para Dias (2018), quase duas décadas após a virada do milênio, já é possível formular compreensões de como o imaginário do digital produz efeitos na vida dos sujeitos, através do funcionamento da linguagem e da ideologia. Para a autora, o modo de historicização da tecnologia determinou-se fortemente pelo imaginário futurista. Os recursos tecnológicos disponibilizados a partir da virada do século povoaram tal imaginário, significando a “relação com o sujeito, com o pensamento e com o mundo através do discurso digital” (DIAS, 2018, p.47).

O postulado discursivo de que a noção de sujeito é histórica (ORLANDI, 2015) é basilar para a investigação do atravessamento realizado pelo digital, pois nos leva a assumir que a discussão sobre a forma histórica sujeito deva ser permanente. Como propõe Dias (2018)

A grande questão que justifica a necessidade de uma reflexão sobre a linguagem que leve em conta a historicidade do digital e que, portanto, se afasta de qualquer abordagem meramente pragmática ou mesmo histórico-cronológica do digital e da tecnologia em geral, é que por meio da linguagem e suas formas é possível observar como os sujeitos se relacionam, produzem sentidos para as coisas do mundo, em seu funcionamento (DIAS, 2018, p. 51)

É por isso que o ciberespaço se torna, segundo Lévy (1999), um sítio significativo,

² A AD não trabalha com a noção de emissor e receptor. A definição de “discurso” como “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2015) e conceitos como de projeção imaginária representam justamente um deslocamento no entendimento dos processos comunicacionais. Trabalhando a partir da AD, utilizamos o paradigma da sociedade midiatizada, ou em vias de midiatização, por representar um corte epistemológico em relação aos paradigmas da comunicação de massa. Além disso, por trazer para o cerne da questão a ideia da primazia da circulação, que, como considera Dias (2018), é um fator determinante na produção de sentidos na materialidade digital.

que faz eclodir uma virtualidade e enseja uma textualidade de outra ordem, instituindo uma temporalidade. Também provoca uma outra transformação do sujeito pela linguagem. O computador invade os paradigmas que dão base para o pensamento humano. Conforme Dias (2018) esses sistemas se fragmentam, se diluem e se multiplicam em todas as esferas e práticas do nosso cotidiano. A onipresença do digital nesta ambiência se faz desde a questões da vida privada, a partir do uso de dispositivos domésticos, até as decisões socio-afetivas e políticas.

Um conceito para entender as redes é o da Comunicação Mediada pelo Computador (CMC). Para Jones (1995), ela é um produto social não apenas constituído de um conjunto de ferramentas, mas um motor de relações sociais que estrutura e proporciona um ambiente para que elas ocorram, possibilitando entendimentos para sentidos construídos pelos atores. É no ciberespaço que percebemos a emergência de discursos com alto grau de reversibilidade e polissemia, visto que as redes, dentre os meios de comunicação, constituem-se com menor presença de discursos institucionalizados. As redes, devido às propriedades da materialidade multimodal, poderiam permitir, hipoteticamente, uma gestualização (releitura, reescrita, contrainformação, retextualização) não tão plausível nos meios massivos.

Ora, a web vem produzir deslocamentos importantes na rede de memória. Ela reconfigura o interdiscurso - o conjunto de discursos disponíveis numa conjuntura dada -, tonificando sentidos até então apenas adjacentes na velha mídia, fazendo reverberar no espaço público constituído pela rede aquilo que não era "relevante" dizer/ouvir/escrever/ler. Além disso, vocaliza sentidos, discursos e atores proscritos na velha mídia. Talvez a rede não constitua, por si mesma, novos discursos, mas ao dar espaço para novas formulações, acaba por produzir deslocamentos na ordem da memória, ao tornar outros discursos disponíveis para os sujeitos. (PERNISA JÚNIOR; ALVES, 2010, p. 112).

É neste novo espaço que se localiza a materialidade significativa deste trabalho. A materialidade significativa, é importante ressaltar, não deve ser confundida com o suporte (materialidade física, isto é, computador, laptop, smartphones, etc.) nem com mídia (função de comunicação e informação constituída historicamente, neste caso, as redes sociais e, mais especificamente, o Facebook).

Nesta pesquisa, levamos em consideração o princípio fundamental da descontinuidade dos discursos. Atestando as relações de entrecruzamentos, exclusão e apagamentos das práticas discursivas, Foucault (2014)³ refuta a proposição idealizada da latência de um grande discurso completo, ilimitado e contínuo por detrás de todos os

³ Publicado originalmente em 1971

discursos, que implicaria uma busca pela revelação. Do mesmo modo, há um princípio de “especificidade” na medida em que o discurso não é um jogo de significação prévia de uma realidade pré-discursiva. “Deve-se conceber o discurso”, diz Foucault (2014, p. 50), “como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso”.

Nos próximos tópicos deste capítulo, trataremos os discursos sobre o suicídio em diferentes campos do saber como formações discursivas que conferiram, através de épocas e arranjos sócio-históricos distintos, a significação e representação – e, portanto, a percepção social – do significante “suicídio”.

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* (“discurso origem”), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1996, p.64) [grifo no original]

É a partir destas considerações que neste segundo capítulo trataremos discursos sobre o suicídio, considerando, ainda, o caráter da exterioridade, pensando as condições externas de possibilidade de tais discursos como forma de atribuição histórica de sentidos sobre o suicídio. As condições de produção devem ser apreendidas a partir daquilo que, segundo Foucault (2014, p. 50), “dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras”.

Sabemos, em AD (PÊCHEUX, 2014), que não existe discurso científico puro. Como aponta Pêcheux, a produção histórica de determinado conhecimento não deve ser tomada por uma inovação nas ideias, nas mentalidades ou por um produto da imaginação humana. Ela é ao mesmo tempo efeito e parte de um processo histórico determinado pela produção econômica. Ademais, as ideologias práticas moldam e determinam as teóricas, o que significa dizer que o “sistema das ideologias teóricas próprio a uma época histórica dada, com as formações discursivas que lhes são correspondentes, é, em última instância, determinado pelo todo complexo com dominante das formações ideológicas em presença” (PÊCHEUX, 2014, p.173).

2.1 SUICÍDIO: A DISCUSSÃO ATUALMENTE

O suicídio é hoje considerado uma epidemia global segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com a OMS (WHO, 2014), o fenômeno ocorre em todas as partes do globo, e sua mortalidade supera aquelas causadas por guerras e homicídio somados. No ano de 2012, foi responsável por 1,4% da mortalidade global, figurando na 15ª posição entre todas as causas de morte.

A cada 40 segundos uma pessoa morre suicidada no mundo, o que representa um contingente de mais de duas mil pessoas por dia. Muitas outras tentativas ocorrem globalmente: a estimativa é de que o número de tentativas seja entre 10 e 20 vezes superior ao número de suicídios. O fenômeno ocorre em todas as faixas etárias, notadamente entre jovens e adolescentes com idades entre 15 e 29 anos, grupo em que o suicídio é a segunda maior causa de morte (WHO, 2014).

Em maio de 2013, a 66ª Assembleia Mundial de Saúde adotou o primeiro Plano Mundial em Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde (OMS). No documento, a prevenção ao suicídio é parte integrante, cujo objetivo é reduzir a taxa de suicídio nos países-membros em 10% até 2020 (WHO, 2014).

Não existe uma única explicação sobre o porquê uma pessoa recorre ao suicídio. Apesar disso, muitos casos acontecem de forma impulsiva e, nessas circunstâncias, o acesso facilitado aos métodos, como pesticidas ou armas de fogo, podem fazer diferença na consumação do suicídio (WHO, 2014).

Para o propósito desta pesquisa, adotaremos a terminologia padrão utilizada pela OMS (WHO, 2014). Nesta perspectiva, suicídio é o ato de matar-se deliberadamente. A partir da proposta da OMS, Bertolote (2012) afirma que suicídio é “o ato deliberado, intencional, de causar a morte a si mesmo, ou, em outras palavras, um ato iniciado, e executado deliberadamente por uma pessoa que tem a clara noção (ou uma forte expectativa) de que dele pode resultar a morte, e cujo desfecho fatal é esperado” (BERTOLOTE, 2012, p. 21).

Do ponto de vista fenomenológico, o suicídio é um processo que se inicia com considerações mais ou menos vagas sobre a morte e sobre morrer (ideação suicida), as quais podem adquirir consistência (persistente ou recorrente, flutuante), evoluir para a elaboração de um plano (plano suicida) e culminar num ato suicida, cujo desfecho pode ser fatal (suicídio) ou não (tentativa de suicídio). (BERTOLOTE, 2012, p.21-22)

“Tentativa de suicídio” é utilizado para designar qualquer comportamento suicida não-fatal, e se refere a envenenamento intencional autoinfligido, lesão ou dano autoinfligido (como automutilação), podendo ter ou não intenção ou desfecho fatais⁴. “Comportamento suicida” se refere ao conjunto de comportamentos que inclui: pensar em se matar (ou ideação suicida⁵), planejar um suicídio, tentar um suicídio e suicidar-se. (WHO, 2014)

Atualmente, no âmbito da saúde pública, o suicídio é encarado como um processo em que existe uma predisposição na qual interagem fatores genéticos, socioculturais, traços de personalidade, experiências de vida traumáticas ou gratificantes e história psiquiátrica (BERTOLOTE, 2012).

A partir desta perspectiva, a OMS concebeu um modelo de base ecológica segundo o qual

o processo sempre ocorre num ambiente com elementos culturais (crenças, normas, relações sociais, interdições etc) e físicos (métodos empregados no suicídio e facilidade/dificuldade de acesso a eles) que determinam amplamente comportamentos, entre os quais os comportamentos suicidas, e seus desfechos particulares (fatais e não fatais). (BERTOLOTE, 2012, p.22-23)

Fatores sociais, psicológicos e culturais podem interagir e levar uma pessoa ao comportamento suicida, mas o estigma relacionado ao suicídio e a possíveis distúrbios mentais impedem que muitas procurem algum tipo de ajuda. De acordo com o relatório “Preventing Suicide: a global imperative”, produzido pela OMS, apesar das evidências de que muitas mortes por suicídio possam ser prevenidas, o fenômeno permanece com baixa prioridade de governos e na elaboração de políticas públicas, em geral (WHO, 2014).

O relatório é o primeiro documento já produzido pela OMS acerca do

⁴Segundo abrangente relatório da OMS (WHO, 2014), é importante ressaltar as implicações e complexidades de incluir automutilação entre as definições de “tentativa de suicídio”. Isso significa que mutilações ou flagelações não fatais sem intenção suicida estão incluídas no termo. O documento aponta que isto é problemático devido às possíveis variações nas intervenções relacionadas. O relatório acrescenta, no entanto, que a intenção suicida é algo difícil de avaliar, podendo estar cercada por ambivalências ou até mesmo dissimulações e ocultamento. Além disso, mortes causadas por dano autoinfligido sem intenção suicida, ou tentativas inicialmente intencionais de suicídio em que a pessoa não deseja mais morrer, mas encontra-se em estado terminal, podem ser incluídas nos dados de suicídio. Distinguir entre as duas, aponta o documento, é difícil, não sendo possível afirmar assertivamente a proporção de casos atribuídos a danos autoinfligidos com ou sem intenção suicida.

⁵Ainda de acordo com a WHO/OMS (2014), a inclusão de “ideação suicida” em “comportamento suicida” é uma questão complexa sobre a qual existe um significativo debate acadêmico. A decisão de incluir a ideação suicida entre os comportamentos suicidas se dá, explica a OMS, pelo propósito de simplificação, pois as fontes de pesquisa incluídas no relatório são muito diversas e não apresentam, em conjunto, uma posição consolidada acerca da ideação.

fenômeno do suicídio e tentativas de suicídio em termos de abrangência e de qualidade das informações, segundo a própria OMS. De acordo com ele, o suicídio, como fenômeno global, pode ser evitado se consideradas abordagens baseadas em evidências de pesquisa. Tais evidências são passíveis de traduzirem-se em políticas públicas de saúde e no desenvolvimento de programas de prevenção de suicídios adaptados à realidade das mais diversas configurações sociais.

O documento aponta que, apesar do crescimento populacional entre 2000 e 2012, último ano de referência da pesquisa, o número total de suicídios no mundo apresentou queda de 9%, de 883.000 registros para 804.000. O coeficiente de mortalidade por suicídio (ou taxa de suicídio), que representa o número de mortes para cada 100.000 habitantes ao longo de um ano, também decresceu 26% (23% entre homens e 32% entre mulheres). Apesar disso, os índices variam bastante de país para país. No geral, são maiores nos países ricos, mas são naqueles de média e baixa renda que ocorrem 75% dos registros.

Segundo Cassorla (1992), o suicídio é um fenômeno sociológico, psicológico, psicanalítico, filosófico, religioso, cultural, biológico, bioquímico, histórico, econômico, estatístico e legal. Neste segundo capítulo iremos expor, a partir de uma perspectiva epidemiológica e estatística, um panorama sobre o suicídio no mundo e um enfoque mais detalhado no caso do Brasil. Posteriormente, faremos um histórico do suicídio no mundo, apresentando os entendimentos do ato através da história. Acreditamos que tal exposição é imprescindível para uma pesquisa de caráter discursivo, pois nos permite mapear a genealogia dos sentidos constituintes desse fenômeno. Por fim, descreveremos como o suicídio foi objeto nos mais diversos campos do conhecimento, entre eles a filosofia, psicologia, sociologia e suicidologia.

2.1.1 O suicídio no mundo

Estima-se que 804.000 mortes por suicídio ocorreram no mundo em 2012, representando uma taxa de suicídio de 11,4 mortes por 100.000 habitantes (15 entre a população masculina e 8 para a feminina). No entanto, segundo a OMS (WHO, 2014), como o suicídio é um tema sensível e mesmo ilegal em alguns países, é muito provável que sua ocorrência seja sub-notificada. Ademais, mesmo em países com um sistema de registros considerados satisfatórios, mortes causadas por suicídio podem frequentemente ser

classificadas como acidental ou de forma diversa⁶.

Em números absolutos, a Índia é o país onde mais pessoas morrem por suicídio (258 mil óbitos), seguida por China (120,7 mil), Estado Unidos (43 mil), Rússia (31 mil), Japão (29 mil), Coreia do Sul (17 mil), Paquistão (13 mil) e Brasil (12 mil). A presença do Japão e da Coreia do Sul, na listagem de números absolutos não deixa de chamar atenção: os coeficientes de ambos estão entre os maiores do mundo, 18,5 e 28,9, respectivamente. O caso coreano é ainda mais notável se considerarmos que a taxa de suicídios mais que dobrou entre 2000 e 2012 (variação de 109%). (WHO, 2014)

Nos países ricos, o suicídio na população masculina é três vezes maior que na população feminina. Nos países de média e baixa renda, a relação é de 1,5 mortes de homens para cada morte de mulheres. Globalmente, o suicídio responde por 50% das mortes violentas entre homens e por 71% entre as mulheres. Em relação à idade, as taxas de suicídio são maiores na população acima de 70 anos na maioria das regiões do globo, tanto na população masculina quanto na feminina. (WHO, 2014)

Em alguns países, as taxas de suicídio são maiores entre os jovens. Globalmente, é a segunda maior causa de morte na faixa etária entre 15 e 29 anos, atrás apenas de acidentes de trânsito. Entre adultos na faixa etária entre 30 e 49 anos, responde por 4,1% da mortalidade, se constituindo na quinta maior causa de morte. Em países de alta renda, bem como nos países de baixa e média renda do sudeste asiático, o suicídio é a maior causa de morte na faixa etária dos 15 a 29 anos em ambos os sexos (17,6% da mortalidade total no primeiro grupo e 16,6% no segundo). Ingestão de pesticida, enforcamento e armas de fogo estão entre os métodos mais comuns, mas muitos outros são utilizados, variando de acordo com as configurações da população e dos grupos sociais. (WHO, 2014)

Estimativas apontam que as tentativas de suicídio superem em até 20 vezes a ocorrência de suicídios consumados. Apesar de os números diferirem de país para país, são aqueles de média e baixa renda que respondem pelo maior número de mortes causadas por suicídio: 75% das ocorrências em todo o mundo. (BOTEGA, 2015)

Segundo a OMS (WHO, 2014), apesar do aumento populacional entre 2000 e 2012, o número absoluto de suicídio caiu cerca de 9% (de 883.000 óbitos para 804.000). Apesar disso, padrões bastante diferentes são encontrados em diferentes regiões do globo. A mudança de percentual no número total de mortes causada por suicídio varia de um aumento

⁶De acordo com a WHO/OMS (2014), o registro de mortes causada por suicídio é um procedimento complicado que envolve vários tipos diferentes de autoridades, incluindo muitas vezes autoridades policiais. Além disso, em países cujos registros de mortalidade são pouco confiáveis, suicídios simplesmente permanecem sem ser contabilizados.

de 38% (observado em países de média e baixa renda na região da África) a uma queda de 47% (registrado em países de média e baixa renda na região do Pacífico Ocidental), por exemplo.

Segundo Botega (2015), nos últimos 60 anos os índices vinham aumentando, mas essa tendência se inverteu a partir dos anos 90. As maiores taxas de suicídio migraram da Europa Ocidental, especialmente dos países escandinavos, para a Europa Oriental, Ásia e alguns países da África e América Latina. Uma queda superior a 10% nos índices de suicídio foi observada em aproximadamente metade dos 172 países que disponibilizaram dados para o relatório da OMS. Em apenas 29 (17%), o índice se elevou. Como veremos na próxima seção, este é o caso do Brasil.

2.1.2 O suicídio no Brasil

O Brasil encontra-se no grupo de países-membros cujos registros e relatórios oficiais sobre o suicídio são considerados satisfatórios pela OMS. Em 2012, 11.821 suicídios foram registrados no país, o que representa, em média, 32 mortes por dia. O coeficiente de mortalidade é de 5,8 suicídios para cada 100 mil habitantes (9,4 entre homens e 2,5 entre as mulheres). A taxa cresceu 10% entre 2000 e 2012 (WHO, 2014).

No Brasil, o coeficiente de mortalidade por suicídio apresentou uma tendência de crescimento progressivo. Na década de 1980, praticamente não registrou crescimento (2,7%); na década de 1990 o crescimento foi de 18,8%, e daí até 2012, expressivos 33,3% (WAISELFIZ, 2014).

No ano de 2012, o fenômeno respondeu por 0,7% de todas as mortes registradas no público não jovem. Essa cifra é ainda mais elevada entre a população jovem, representando 3,7% da mortalidade total. Se considerarmos os índices a partir da infância até o início da juventude, podemos ter uma dimensão da questão. Entre 2000 e 2012, a taxa de suicídio na faixa etária de 10 a 14 anos aumentou 40%. Entre 15 e 19 anos, a taxa cresceu 33% (WAISELFIZ, 2014). No período de 1980 a 2013, o coeficiente de mortalidade por suicídio entre adolescentes de 16 e 17 anos cresceu 45,5%. (WAISELFIZ, 2015).

Contudo, é na população idosa e adulta que o suicídio registra as maiores taxas. Na faixa etária acima dos 60 anos, o coeficiente de mortalidade registrado é 8, e entre a

população de 30 a 59 anos, 7,6, índice acima da média nacional. (WAISELFIZ, 2014)

Como a taxa de suicídio é uma média, Botega (2015) aponta que ela pode mascarar importantes variações geográficas e por grupos populacionais. Como mostra a tabela a seguir, as taxas mais elevadas são encontradas nas regiões Sul e Centro-Oeste. O Rio Grande do Sul, por exemplo, registra o dobro da média nacional (9,7).

Região	Coefficiente de mortalidade por suicídio (por 100 mil habitantes)
Norte	4,3
Nordeste	4,3
Centro-Oeste	5,7
Sudeste	4,8
Sul	7,8

Fonte: Botega (2015), baseado em Brasil, Ministério da Saúde (MS). Ano de referência: 2011

Estudos epidemiológicos registram, segundo Botega (2015) que as maiores taxas são encontradas em cidades pequenas e de médio porte populacional – o que contraria o senso comum de que o suicídio está relacionado ao fenômeno da urbanização – e entre homens, idosos e indígenas. O elevado coeficiente observado no Mato Grosso do Sul, por exemplo, (8,5) é atribuído, principalmente, ao suicídio indígena. No que concerne ao gênero, a relação homem/mulher em termos de suicídio é 3,5. Isso significa que cerca de 78% dos suicídios no Brasil são cometidos por homens.

Em uma análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006, Lovisi *et al* (2009) demonstraram que a própria casa é o local onde predomina o suicídio (51%), seguido pelos hospitais (26%). A respeito dos meios utilizados, estes são em ordem decrescente: enforcamento (47%), armas de fogo (19%) e envenenamento (14%).

2.2 HISTÓRICO DO SUICÍDIO

Reiteramos que nossa pesquisa é de caráter discursivo. Por isso, interessa-nos saber a discursividade do suicídio. Isso significa dizer que precisamos olhar para o modo como o ato de tirar a própria vida foi significado por diferentes culturas através do tempo. Entendemos que é materialmente, ou seja, nas relações sociais, que se imprimiram os sentidos que podemos notar ainda hoje no suicídio. Acrescentamos, ainda, que os sentidos são sempre passíveis de deslocamentos e ressignificações, e a memória discursiva do suicídio, da mesma

forma, de sofrer atualizações.

De acordo com Bertolote (2012), a humanidade sempre lidou com o suicídio. A maioria dos livros sagrados fundamentais de diversas religiões, como a Bíblia, o Alcorão e o Talmude, assim como mitos sobre a criação do mundo, como Mahabharata (hindu), o Gilgamesh (épico mesopotâmico), e as mitologias das maiorias dos povos antigos relatam, de alguma forma e inúmeras vezes, casos de suicídio. Estes livros, como materializações de mitos e valores de um povo em determinada época, ajudam a fazer o percurso da discursividade do suicídio.

Na Bíblia, como lembra Bertolote (2012), vários casos de suicídio são relatados, mas não há nenhuma condenação, seja explícita ou implícita. No que é considerado o mais célebre, Sansão faz um templo desabar sobre 3 mil filisteus, morrendo junto daqueles que o encarceravam e que considerava infiéis. Para Bertolote (2012), a passagem mostra uma intencionalidade maior em tirar a vida de seus inimigos que a própria, o que se assemelha mais a certos atentados suicidas, tornando-o precursor dos homens-bomba da atualidade.

O Alcorão condena veementemente o suicídio. Na interpretação do Islã, matar-se é uma forma de heresia e um pecado dos mais graves, pois trata-se de destruir algo que foi criado por Alá. (BERTOLOTE, 2012)

No judaísmo, a lei condena o suicídio. No entanto, pode ser considerado uma alternativa em detrimento de pecados capitais. Apesar disso, o suicidado é enterrado à parte dos outros mortos. No hinduísmo o suicídio pode ser interpretado de variadas formas: condenado, pois viola o princípio da não violência e o respeito absoluto a qualquer forma de vida; aceito, como no jejum voluntário caso a pessoa não tenha mais nenhum desejo, ambição e responsabilidade na vida terrena; e até mesmo estimulado e celebrado, como na prática em que viúvas se atiram na pira funerária do marido. O budismo tem como Primeiro Preceito a abstenção de destruir a vida, inclusive a própria, mas devido à noção de compaixão, não condena os que optarem por este caminho, apesar de considerar um ato negativo que se afasta da meta da iluminação. (BERTOLOTE, 2012)

Durkheim (2011) chegou a escrever que era impossível garantir que existia, ou havia existido, alguma sociedade em que o suicídio não ocorresse. Afirmou que a existência crônica de suicídios poderia ser atestada a partir das marcas que ela imprimia nas legislações dos diferentes povos. Apesar de admitir ser impraticável saber se o suicídio foi objeto das instituições jurídicas em todas as formações sociais, afirmava ser a situação mais geral. Assim, a morte voluntária poderia ser prescrita ou reprovada, mas sempre fora de interesse da

moral e do direito. Correntes suicidógenas, acrescenta, foram uma constante entre os povos europeus, pelo menos. Portanto, considerava o suicídio um elemento da constituição normal das sociedades.

Nas mitologias e textos antigos, ainda que não houvesse uma palavra específica para este ato, o comportamento era comumente retratado de forma heroica. Muitas vezes era cometido por uma divindade ou por um ser mítico em favor de seu povo, como salvação, ou para escapar de uma questão sem saída (BERTOLOTE, 2012).

Em algumas culturas primitivas, o suicídio estava incorporado aos costumes tribais. Em sociedades guerreiras, a morte violenta poderia ser exaltada para inculcar um sentimento combativo na mente das pessoas. “Entre os vikings, por exemplo, a morte em batalha representava a primeira das honras e a qualificação para entrar no paraíso; a segunda era o suicídio” (BOTEGA, 2015, p.15).

Um tipo ritualístico de suicídio entre idosos também era registrado nessas sociedades. Era considerado uma honra e um gesto de profundo altruísmo para com o grupo, pois retirava-lhe os ônus de lidar com pessoas de idade avançada inaptas para a guerra ou outra função social. Durkheim (2011) cita que guerreiros dinamarqueses encaravam como uma vergonha morrer de velhice ou de doença. Na cultura dos godos, aqueles que morrem de causas naturais estariam condenados a rastejar eternamente entre animais venenosos. Relata que, entre os visigodos, havia, no topo de um monte, a chamada Pedra dos Ancestrais, de onde os mais velhos se jogavam quando a existência lhes pesava. Este costume também era registrado na Índia. Em passagem que Durkheim (2011) atribui ao historiador grego Quinto Curcio, registra:

Há entre eles uma espécie de homens selvagens e grosseiros aos quais se dá o nome de sábios. A seus olhos, é uma glória prevenir o dia da morte, e queimam-se os vivos quando o prolongamento da idade ou da doença começa a atormentá-los. A morte, segundo eles, quando se espera, é a desonra da vida; assim, não prestam nenhuma homenagem aos corpos destruídos pela velhice. O fogo se sujaria se não recebesse o homem ainda respirando. (DURKHEIM, 2011, p. 271).

Botega (2015) menciona que as taxas de suicídios dentro de uma cultura considerada primitiva tendem a aumentar quando ocorre o encontro com as sociedades ditas civilizadas. Isso foi observado entre povos da América espanhola e aborígenes da Tasmânia. No Brasil, estimou-se que, proporcionalmente, o suicídio entre os escravos era mais frequente que entre colonizadores. “Sob condições extremas, como na escravidão, o mecanismo psíquico de autopreservação inverte-se para por fim ao suplício de uma nação inteira”.

(BOTEGA, 2015, p. 15). O autor acrescenta que, muitas vezes, o homem primitivo encarava a morte voluntária como um meio de alcançar uma imortalidade gloriosa.

Bertolote (2012) afirma que na literatura clássica greco-romana “o suicídio se faz tão presente que seria necessário um alentado volume dedicado exclusivamente a esse tema” (BERTOLOTE, 2012, p. 29). Frequentemente, o suicídio é apresentado como um ato heroico, não raro um ato de desespero, por isso, poucas vezes é explicitamente condenado.

Na Antiguidade greco-romana, o ato de tirar a própria vida era visto amiúde como o exercício racional de um direito individual, e a atitude para com o suicídio era de relativa tolerância. Segundo Botega (2015), já se consolidava uma visão de importância do indivíduo perante a coletividade, todavia esse valor social pertencia integralmente ao Estado. Assim, o suicídio deveria ser consentido de antemão pelas autoridades. O autor registra, inclusive, que a cidade de Atenas mantinha um estoque de cicuta (veneno comumente utilizado pelos gregos antigos) em poder dos magistrados com a finalidade de ser concedido àqueles que desejassem morrer.

A discussão filosófica a respeito do suicídio foi equilibrada, segundo Botega (2015). Nos escritos de Platão, Sócrates, na iminência de sua morte, teria repudiado o suicídio, mesmo tendo recorrido à morte voluntária por meio de envenenamento pela cicuta. Platão era favorável ao ato de tirar a própria vida em situações consideradas intoleráveis. Aristóteles, no entanto, avaliou o suicídio como uma ofensa e uma ação irresponsável contra o Estado. (BOTEGA, 2015).

Na Roma Antiga o entendimento era semelhante:

Os indícios fazem crer que, para os antigos romanos, o suicídio não era uma ofensa moral, tampouco objeto de ações legais. Viver de forma nobre também significava morrer de forma nobre e no momento certo. O suicídio poderia ser validado a partir de uma escolha cuidadosa, com base nos princípios pelos quais se tinha vivido.

Botega (2015) assinala que a maior resistência advinha dos efeitos que a morte voluntária poderia trazer para o Estado romano, sobretudo para o Tesouro. Assim, o suicídio era vedado aos criminosos, escravos e soldados.

Na tradição de pensamento estoica, sob a marca do conceito de *apatheia*, um estado de espírito equânime, o suicídio foi considerado a melhor e mais razoável saída perante as perturbações da vida e o inevitável. Sêneca, um dos mais célebres nomes do pensamento estoico, tirou a própria vida após ser perseguido pelo imperador Nero, e aconselhou tal medida quando não houvesse maneiras de se levar uma existência natural (BOTEGA, 2015).

O entendimento acerca das mortes voluntárias começou a mudar na Europa durante a Idade Média, quando o suicídio passou a ser proibido, e o suicida, culpabilizado. A partir do século V, o Estado romano vedou ao indivíduo o ato de tirar a própria a vida. (BOTEGA, 2015). No século VI, a Igreja condenou o suicídio como um pecado mortal, comparável ao homicídio (BERTOLOTE, 2012). De Leo (2012) observa que a condenação do suicídio pela Igreja foi um movimento eminentemente político, uma medida para se contrapor aos martírios costumeiros entre as seitas donatistas do norte da África. Assim, no Concílio de Arles, em 314, Constantino concebeu, através de uma condenação religiosa formal, uma maneira de punir os familiares sobreviventes, confiscando-lhes as propriedades. “Aquelas decisões”, escreve De Leo (2012), “foram um marco na história das percepções sociais do suicídio, e cunharam uma atitude pública presente até hoje” (DE LEO, 2012, p.9).

No clássico livro *História do Suicídio*, de Georges Minois (1998), o historiador narra as atitudes para com o suicídio nesta época. Os castigos e as punições variavam, e atingiam tanto o suicida quanto seus entes. Uma forma peculiar de sepultamento apontada por Minois (1998) indicava uma atitude sobre o suicídio que combinava noções de exorcismo, castigo e também dissuasão: o cadáver teria uma estaca cravada em seu peito e uma pedra posta sobre o rosto, para evitar que seu espírito retornasse. Posteriormente, era arrastado por cavalos até uma forca, onde seria pendurado de cabeça para baixo, denotando o cometimento de um crime mortal. A exposição buscava reprimir e frear tentativas de suicídio entre a população. O funeral em um cemitério era vedado, e o corpo era enterrado em uma encruzilhada. O formato da cruz serviria para purificar as energias maléficas.

Botega (2015) escreve que, a cada concílio realizado, a Igreja endurecia as penas contra o suicídio. A percepção social foi sendo cada vez mais direcionada pelos efeitos do poder repressivo e dissuasivo que as decisões religiosas estimulavam. O Concílio de Arles de 452 definiu o suicídio como resultado da fúria do demônio. Em 693, o Concílio de Toledo decidiu pela excomunhão até mesmo dos sobreviventes de uma tentativa de suicídio.

De Leo (2012) registra que o entendimento acerca das pessoas que se matavam como pecadores mortais perdurou por quase treze séculos. No século XIII, São Tomás de Aquino interpretou o suicídio como um dos piores pecados, impassível de arrependimento. Aqueles que se matavam eram considerados “mártires de Satã”.

O suicídio por *desperatio* (estado inspirado pela ação do demônio) era considerado o pior de todos, em uma época em que a Igreja passou a exigir a prática da confissão individual dos pecados. Pecava-se contra Deus, por duvidar de sua misericórdia; pecava-se também contra a Igreja, por duvidar de seu poder intercessor (BOTEGA, 2015, p.20)

Como a legislação civil fundamentou-se no direito canônico, às penas impostas pela religião somaram-se aquelas impostas pelo Estado, mais notadamente as de caráter material. Na França, os bens da pessoa morta eram confiscados e os herdeiros perdiam o direito à posse dos mesmos. Em caso de o suicidado pertencer à nobreza, o título lhe era retirado e relegava-se tanto ao morto quanto à família a condição de plebeus; “seus bosques eram cortados, seu castelo demolido e seus brasões quebrados” (DURKHEIM, 2011, p. 423).

Segundo Durkheim (2011) este tipo de legislação podia ser observado em todos os povos cristãos, sendo frequentemente até mais severo que na França. No século X, em um dos Cânones publicados pelo rei Edgard, por exemplo, o suicida era comparado a ladrões, assassinos e criminosos. O costume de arrastar o corpo do suicida e enterrá-lo em uma estrada permaneceu até o início do século XIX, e o confisco dos bens pela Coroa só foi abolido em 1870.

O século XVII inaugurou novas formas de interpretar o suicídio. Antigas interdições, notadamente religiosas, começaram a perder força e o dilema das mortes voluntárias foram sendo transferidas para a perspectiva humanista. Foi neste século que o termo “suicídio” (do latim *sui* = de si próprio; *caedere* = matar) foi utilizado pela primeira vez em textos ingleses, substituindo “homicídio de si próprio”, um deslocamento bastante significativo (BOTEGA, 2015).

Além disso, o *desperatio*, remetendo à possessão demoníaca, deu lugar à *melancholia*, ou excesso de bÍlis negra (*melaina cole*). O discurso da condenação (*felo de se*) cedeu lugar à emergência do reconhecimento da alienação mental (*non compos menti*). De assassino, o suicida passava para o estado de vítima. (BOTEGA, 2015).

Um marco dessa época que representa a inflexão no entendimento sobre o suicídio foi a obra *Biathanatos*, do teólogo anglicano John Donne. Ciente das interdições e tabus que cercavam o tema, determinou que a obra só fosse publicada postumamente. Donne argumentava, basicamente, que nem todo suicídio deveria ser sumariamente condenado, e que alguns poderiam ser justificados. Botega (2015) aponta que, em *Biathanatos*, aparece germinalmente a ideia do instinto de morte, que Freud formalmente inauguraria e desenvolveria em meados do século XX.

Em 1643, o termo em grego *autofonos* é utilizado pela primeira vez pelo médico inglês Thomas Browne. A partir disso, o termo foi traduzido para o inglês como *suicide*, em 1645. No livro em que foi utilizada a palavra “suicídio” a primeira vez, Browne diferenciava a forma “heroica” da “patológica” (BERTOLOTE, 2012). Para Bertolote (2012),

a obra de Browne foi um marco não somente por ter cunhado o termo que foi adotado em praticamente todas as línguas ocidentais, mas por ter estimulado que o fenômeno fosse tomado como objeto de estudo específico da medicina, notadamente da psiquiatria.

O século XVII testemunhou a secularização do suicídio. Inserido na lógica dilemática da pessoa humana, onde o homem seria a medida para todas as coisas, o ato, de condenado, passando por desautorizado, chegou a ser reconhecido como um direito individual. Duas obras icônicas da literatura do século XVIII, ambas escritas por Goethe, trazem um suicídio romântico e um filosófico, em “Os sofrimentos do jovem Werther” e na peça “Fausto”, respectivamente. (BOTEGA, 2015).

A partir do século XVIII, as conexões entre o suicídio e certos transtornos mentais (em especial a melancolia e a insanidade, para usar termos da época) se firmaram na opinião dos principais psiquiatras europeus desse período, na medida em que qualquer óbito que não pudesse ser atribuído a uma causa natural, acidental ou homicida era atribuído à loucura. (BERTOLOTE, 2012, p. 29-30)

A tendência à psiquiatrização do fenômeno perdurou e se consolidou a partir do século XIX. Grandes expoentes da psiquiatria do período consideravam a afinidade entre suicídio e doença mental. Philippe Pinel afirmava que a lesão de órgãos internos, particularmente do cérebro, causava uma sensação muito dolorosa de existir, podendo provocar o suicídio. Jean-Étienne Esquirol tomava suicidas como mentalmente insanos, e Claude Bourdin era assertivo em afirmar que o suicídio era resultado de uma doença. (BERTOLOTE, 2012).

De Leo (2012) registra a aceleração do estabelecimento dessa nova forma de perceber o fenômeno.

Por volta de 1650, apenas um em cada dez casos era julgado como tendo sido executado por uma pessoa *non compos mentis* (mentalmente insana), ao passo que as outras nove eram consideradas *felo de se* (assino de si mesmo). Contudo, por volta de 1800, praticamente todos os casos de suicídio envolviam pessoas consideradas como mentalmente insanas. (DE LEO, 2012, p.10)

O entendimento do fenômeno estava prestes a sofrer outra reviravolta a partir do século XIX. Considerando os efeitos da Revolução Industrial e as profundas transformações sociais, consolidava-se na Europa, no campo das ciências sociais, a sociologia, em especial a partir dos estudos dos processos sociais de Émile Durkheim. Em uma obra fundamental, “O suicídio”, o sociólogo francês deslocou mais uma vez o foco do fenômeno: do indivíduo para a sociedade. Assim, a taxa de suicídios só poderia ser explicada

a partir de fenômenos eminentemente sociais. Definindo o suicídio como um fato social, Durkheim atribui a emergência do problema ao grau de coesão dos agrupamentos, mostrando como as instituições tradicionais, como a família, o Estado e a religião falham em estabelecer fortes laços sociais e prover o regramento à vida individual. Assim, seriam devido a problemas sociais que as pessoas recorreriam ao suicídio. (DURKHEIM, 2011).

A passagem para o século XX trouxe novas abordagens a partir das considerações de Sigmund Freud e da psicanálise. Nesta perspectiva, o suicídio poderia ser considerado como resultado da vitória do impulso de morte sobre o impulso de vida. Bertolote (2012) afirma que, embora intelectualmente ativo e a despeito da extensão de suas obras, Freud interessou-se apenas superficialmente pelo tema do suicídio. Em outros escritos, Freud retomaria as considerações pelo fenômeno, interpretando-o como uma punição do superego dirigida ao ego pelo desejo de matar, primariamente, outra pessoa (BERTOLOTE, 2012).

A partir do século XX começa um fenômeno progressivo de descriminalização do suicídio. O movimento é respaldado principalmente nos ideais de acolhimento e compreensão do comportamento suicida a partir de uma ótica do dever social. Segundo Botega (2015), de 192 países que participaram de uma pesquisa, apenas 25 punem legalmente o suicídio. Alguns que mantêm leis e punições são aqueles que seguem estritamente leis islâmicas, a *sharia*, e estas vão desde pequenas multas e um curto período de encarceramento até a prisão perpétua. Entretanto, ressalva que na prática a punição acaba não ocorrendo.

Botega (2015) argumenta que, atualmente, estimulada pelo crescimento considerável do número de pesquisas científicas nas mais diversas áreas – ciências humanas, estatística, bioética, neurociência - as visões fundamentadas em torno da moralidade, religiosidade e legalidade cedem lugar a uma percepção do suicídio como um problema científico. Na área da saúde pública, a problemática recebeu sucessivos aportes institucionais da OMS/ONU, através de documentos, manuais e estatísticas agregadas de praticamente todos os países-membros.

Para Estellita-Lins (2006), a compreensão atual do fenômeno deve considerar, ainda, as determinantes tecnológicas e midiáticas da violência nas sociedades contemporâneas. Violência esta que se associa à depressão e ao risco de suicídio. Ao apontar as influências que a ambiência midiática atual tem sobre a questão do suicídio, Botega (2015) assinala que as concepções e as atitudes sobre o tema não se encerraram em determinados períodos históricos.

As novas tecnologias, representadas pela internet e pelas redes sociais virtuais, ao reverberarem o suicídio, reativam e alimentam várias fantasias e tradições arcaicas armazenadas em nossa mente, ligadas, por exemplo, à imortalidade, à morte gloriosa ou à vingança. Em contrapartida, na volatilidade da internet, a realidade dramática de um suicídio, e de uma pessoa em particular, muitas vezes se esvai em uma rede de *personae* virtuais não vinculadas afetivamente (BOTEGA, 2015, p. 24).

Como dito, muito da discursividade do suicídio, com os movimentos de estabilizações e deslocamentos de sentido, suas ressignificações, permanecem latentes na mente no homem moderno.

2.3 SUICÍDIO EM DURKHEIM E MARX

Um ponto de virada na maneira de olhar para o suicídio, majoritariamente tomado sob a égide das doenças mentais, aconteceu ainda no século XIX, com a publicação de *Le suicide*, em 1897, obra de Émile Durkheim, considerado o fundador da sociologia. Sob a perspectiva das ciências sociais e, mais especificamente sob a disciplina que se consolidava, a sociologia, o estudo de Durkheim propunha o suicídio como um fato social. Neste entendimento, o suicídio era incorporado a uma corrente de estudos que investigava as leis da evolução da sociedade, adotando o método sociológico que, segundo Durkheim, baseia-se inteiramente no princípio de que o suicídio, como fato social, deve ser estudado como “coisa”, isto é, “como realidades exteriores aos indivíduos” (DURKHEIM, 2011, p. 5). O deslocamento estava feito: o lócus do suicídio passava do indivíduo, notadamente no louco ou doente, para a sociedade.

Não nos cabe buscar, por enquanto, em que medida e em que condições é legítimo estudar assim [como ato dependente unicamente de fatores individuais] os suicídios, mas o certo é que eles podem ser considerados sob um aspecto totalmente diferente. De fato, se, em vez de enxergá-los apenas como acontecimentos particulares, isolados uns dos outros e cada um exigindo um exame à parte, considerarmos o conjunto de suicídios cometidos numa determinada sociedade durante uma determinada unidade de tempo, constataremos que o total assim obtido não é uma simples soma de unidades independentes, uma coleção, mas que constitui por si mesmo um fato novo e *sui generis*, que tem sua unidade e sua individualidade, por conseguinte sua natureza própria, e que, além do mais, essa natureza é eminentemente social. (DURKHEIM, 2011, p. 17)

O argumento central de Durkheim se fundamentava nas observações de que a taxa de suicídios, para uma mesma sociedade, analisada em um espaço de tempo não muito extenso, permanecia praticamente invariável. As variações mais importantes, segundo Durkheim (2011), eram excepcionais, frequentemente contemporâneas a alguma crise

significativa a afetar a situação social. Ressaltava ainda que, além de ser constante durante longos períodos, a taxa de mortalidade por suicídio tinha uma invariabilidade maior que outros fenômenos demográficos, entre eles a mortalidade geral da população.

Dessa forma, Durkheim advogava que cada sociedade, em cada momento de seu desenvolvimento histórico, tem uma disposição definida para o suicídio. “Cada sociedade se predispõe a fornecer um contingente determinado de mortes voluntárias” (DURKHEIM, 2011, p. 24). A partir dessas formulações é que a tendência ao suicídio se qualificava para ser estudada pelo domínio da sociologia, segundo Durkheim (2011).

O sociólogo francês desenvolve, então, duas linhas de investigação sobre os fatores capazes de influenciar a taxa social de suicídios: uma sobre as determinantes chamadas pelo autor de “extra-sociais” - a saber, estados psicopáticos (loucura, monomania, neurastenia, toxicomania), raça e hereditariedade, clima e variações sazonais e imitação – e aqueles considerados eminentemente sociais (religião, constituição familiar, economia, etc). O Livro I da obra de Durkheim se dedica inteiramente aos primeiros. A conclusão é de que estes têm influência nula ou quase restrita na taxa social de suicídios. Já os segundos interagem intimamente com ela.

Quanto aos acontecimentos privados que geralmente são considerados como as causas imediatas do suicídio, sua única ação é a que lhes atribuem as disposições morais da vítima, eco do estado moral da sociedade. Para explicar seu desprendimento da existência, o indivíduo culpa as circunstâncias que o cercam mais imediatamente; acha a vida triste porque ele está triste. Sem dúvida, num certo sentido, a tristeza lhe vem de fora, mas do grupo do qual faz parte, e não de um determinado incidente de sua carreira. Por isso não há nada que não possa servir como causa ocasional do suicídio. Tudo depende da intensidade com que as causas suicidógenas agiram sobre o indivíduo. (DURKHEIM, 2011, p.385)

Em um exame detalhado das taxas de suicídio e da configuração social de países da Europa central, Durkheim argumenta que o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais de que o indivíduo faz parte (religião, família, agrupamento político). Definido o fenômeno como um fato social, Durkheim desenvolve uma tipologia do suicídio baseado nas causas sociais das correntes suicidógenas. Assim, temos o suicídio egoísta, o altruísta, o anômico e o fatalista.

O suicídio egoísta é aquele resultante de uma individuação excessiva, quando o eu individual, a partir de um crescente desligamento da vida social, se sobrepõe ao eu social, ou à personalidade coletiva. Neste tipo particular, os grupos aos quais o indivíduo pertence vão se enfraquecendo, as regras coletivas de conduta não o guiam mais e ele passa a depender apenas de si e basear-se em seus interesses privados (DURKHEIM, 2011)

Como o homem é um ser social, sendo obra de seu meio, o autor atesta que este tipo de suicídio ocorre devido ao pequeno grau de coesão social, reflexo de uma sociedade doente e incapaz de prover ao indivíduo sentidos para uma vida coletiva. Assim, é pelo meio social, e não emanando do indivíduo, que formam-se correntes de depressão e de mal-estar, exprimindo a desagregação que se encontra a sociedade e traduzindo o afrouxamento dos vínculos sociais. “Se o indivíduo cede ao menor choque das circunstâncias”, escreve Durkheim, “é porque o estado em que a sociedade se encontra fez dele uma vítima sob medida para o suicídio” (DURKHEIM, 2011, p. 266).

O segundo tipo, o altruísta, é observado em indivíduos que, ao contrário do tipo egoísta, estão fortemente vinculados e integrados ao grupo social. A individuação neste caso é insuficiente e a força da ligação ao meio social é tamanha que o indivíduo aceita o suicídio em benefício do seu grupo. Para Durkheim (2011), este tipo é mais frequente nas sociedades primitivas, ditas inferiores.

Entre esses povos, nas mais diversas culturas, o sociólogo isolou três características peculiares observadas nos suicídios, de forma que cada caso se relacionava a uma destas categorias: 1. Suicídios de homens afetados por doença ou pela velhice; 2. Suicídio de mulheres em decorrência da morte do esposo; 3. Suicídios de servidores ou súditos por ocasião da morte de seus chefes ou do rei. Assim, Durkheim avalia que em todos esses casos os homens se matam não por atribuir-se este direito, mas porque têm o dever. Se se recusam, são punidos com a desonra. Quando a sociedade determina as condições e as circunstâncias que torna o suicídio uma obrigação mais ou menos expressa, este constitui o tipo altruísta obrigatório.

O suicídio altruísta facultativo ocorre quando a sociedade não o impõe formalmente, mas o ato de se matar, em determinadas ocasiões, é avaliado favoravelmente pela opinião pública. Neste sentido, é considerado uma virtude não ter apego à existência, e aquele que renuncia a ela é celebrado. Comparando o tipo obrigatório e o facultativo, Durkheim escreve: “O que se faz em um caso para escapar a um estigma, faz-se no outro para conquistar mais estima” (DURKHEIM, 2011, p.277)

Um terceiro tipo de suicídio altruísta é chamado de “agudo”. Eles são caracterizados, assim como os outros, por uma impessoalidade e por um desenvolvimento rudimentar da individuação, mas mais exacerbados. Frequentemente ligados a motivações religiosas, ocorrem quando o indivíduo vê na renúncia uma razão especial, e despojar-se de seu eu significa partir para algo transcendental, a verdadeira essência do seu ser

(DURKHEIM, 2011).

Na tipologia durkheimiana, temos, ainda, o suicídio anômico. O conceito de anomia com o sentido que viera a se consolidar e ser desenvolvido posteriormente pela sociologia⁷ é usado por Durkheim em “Da divisão do trabalho social”, e significa ausência ou conflito de normas. Este enfraquecimento ou desaparecimento das normas sociais provoca uma acentuada desorientação e desorganização pessoal do indivíduo, pois causa um desequilíbrio entre desejos ilimitados e possibilidades de satisfazê-los. Assim, não somente como um objeto para onde emana os sentimentos e as atividades do indivíduo, a sociedade é um poder que os regula, e a taxa de suicídios e a forma como se exerce essa ação reguladora estão intrinsecamente relacionadas (DURKHEIM, 2011)

Durkheim (2011) primeiramente relata uma correlação entre o aumento do número de suicídios e a emergência de crises econômicas. A mesma progressão se repete em crises de prosperidade, o que evidencia uma relação entre suicídio e riqueza. A explicação para isso é que, para levar adiante sua vida, o homem necessita estar em harmonia com seus meios. A sociedade limita e regula as aspirações e as expectativas humanas, mas essa função moderadora é impedida em situações de crise, tantos em momentos de grandes depressões como de expansões econômicas. Disso decorre o desregramento, a anomia, influenciando a taxa de suicídios (DURKHEIM, 2011).

Se, portanto, as crises industriais ou financeiras aumentam os suicídios, não é por empobrecerem, uma vez que crises de prosperidade têm o mesmo resultado; é por serem crises, ou seja, perturbações da ordem coletiva. Toda ruptura de equilíbrio, mesmo que resulte em maior abastança e aumento da vitalidade geral, impele à morte voluntária. Todas as vezes que se produzem graves rearranjos no corpo social, sejam eles devidos a um súbito movimento de crescimento ou a um cataclismo inesperado, o homem se mata mais facilmente. (DURKHEIM, 2011, p.311)

A análise durkheimiana atesta que, no mundo econômico, a anomia encontra-se em estado crônico. No século precedente, avalia o autor, a tônica do progresso econômico foi liberar as relações industriais e comerciais de toda regulamentação. Antigos sistemas de poderes morais, como a religião, executavam a função disciplinar destas relações, tanto sobre os pobres e operários – confortando-os e instruindo-lhes que a ordem social é uma providência divina e que as desigualdades seriam compensadas em outro mundo – como sobre os ricos e os patrões – mostrando-lhes que os interesses mundanos não são o objetivo do

⁷Segundo Botega (2015), o termo foi utilizado anteriormente por Jean-Marie Guyau, em 1884, como “ausência de lei fixa”, mas com uma valoração diferente daquela mencionada nas obras de Durkheim. “Para Guyau, a anomia teria valor positivo, pois favoreceria escolhas pessoais e libertaria o indivíduo. Durkheim inverte a problemática, afirmando que a anomia desorienta o indivíduo, deixando-o sem referencial” (BOTEGA, 2012, p.81).

homem, instando-lhes a perseguir valores mais elevados. Longe de propor a universalidade de tal modelo, Durkheim, contudo, ressalta que essa organização existia, tinha seus efeitos moderadores “úteis” e não foi substituída por nenhuma outra nas sociedades atuais. “O poder governamental, em vez de ser o regulador da vida econômica, tornou-se seu instrumento e servidor”, escreve. (DURKHEIM, 2011, p. 324)

Portanto, a anomia, é um fator modalizador do suicídio. A peculiaridade do suicídio anômico consiste no fato de que, ao contrário dos outros tipos, quando o fator determinante é a ligação do indivíduo à sociedade – frágil, no caso do suicídio egoísta, e excessiva, no caso do suicídio altruísta – este define-se pela maneira em que o meio social os regulamenta. O desregramento é sua causa, o que também provoca o sofrimento.

Um quarto tipo, constantemente não citado, é o chamado suicídio fatalista. Isto ocorre, provavelmente, pelo fato de o próprio Durkheim considerá-lo prescindível de uma análise aprofundada dada sua raridade e pelas situações restritas em que ocorre. Este, assim como o suicídio egoísta se opõe ao altruísta, está diametralmente oposto ao anômico. O suicídio fatalista “resulta de um excesso de regulamentação, aquele cometido pelos indivíduos cujo futuro está implacavelmente barrado, cujas paixões são violentamente reprimidas por uma disciplina opressiva” (DURKHEIM, 2011, p. 353). Pode ser observado entre militares sob ordens inflexíveis e rígidas, historicamente em escravos e em outras situações de controle extremo.

De todas suas análises, Durkheim (2011) constata que a taxa social de suicídios se explica apenas sociologicamente. As ações e comportamentos que levam uma pessoa a se matar poderiam, à primeira vista, serem exteriorizações de temperamentos pessoais, mas, para o autor, são prolongamentos e derivam de um estado social.

Cada grupo social tem por esse ato, realmente, uma inclinação coletiva que lhe é própria e da qual derivam as inclinações individuais, e não que procede destas últimas. O que a constitui são as correntes de egoísmo, de altruísmo ou de anomia que afetam a sociedade considerada, com as tendências à melancolia apática, à renúncia ativa ou à lassidão exasperada que são suas consequências. São essas tendências da coletividade que, penetrando os indivíduos, os determinam a se matar. (DURKHEIM, 2011, p. 384)

Como avalia Bertolote (2012), grande parte da obra intelectual de Durkheim tratou de investigar o grau de coesão da sociedade após o rompimento ou desaparecimento de tradicionais vínculos sociais e de que forma novas instituições os substituíram. Por isso, para o sociólogo, as maneiras de conter correntes patológicas de suicídio e reduzir o mal-estar crônico da sociedade ocorreriam a partir de mudanças estruturais no seio da própria

sociedade. Há que se ressaltar que, por patológico, Durkheim entendia as variações dos tipos egoísta e anômico.

O mal-estar social decorre, assim, de um estado crescente de miséria moral, termo que o autor recusava a perceber como relativo apenas a um sistema de valores responsáveis por afecções e sofrimento. Para Durkheim (2012), o sistema mental de uma sociedade está vinculado indissociavelmente à organização e a maneira como estão agrupados os elementos sociais, de onde resulta um conjunto mais ou menos determinado de ideias e práticas coletivas. Enquanto as condições materiais de tal organização permanecessem, os sistemas de valores e, por conseguinte, o estado moral seriam os mesmos. Assim, para criar uma nova moral, seriam necessárias novas regras de solidariedade para viabilizar a diminuição das desigualdades causadoras do mal-estar.

Bertolote (2012) aponta que o estudo de Durkheim sobre o suicídio foi criticado do ponto de vista ideológico, por seu caráter positivista, e metodológico, como impreciso, principalmente pelo fato de basear-se em dados e estatísticas apenas de países da Europa central. Acerca do método, Botega (2015) acrescenta outros pontos salientados pela crítica à teoria de Durkheim: análise de dados em um curto intervalo de tempo; associação questionável entre crises econômicas e aumento do número de suicídios; pouca importância aos transtornos mentais e outros fatores individuais; contestações a respeito do conceito de integração social; e falácia ecológica.

A despeito disto, Botega (2015) afirma que o interesse no referencial desenvolvido por Durkheim continua elevado em se tratando de pesquisa sobre o suicídio, principalmente se analisado em conjunto e em distintos grupos sociais, tornando-se virtualmente impossível ignorar suas teorizações. Segundo Bertolote (2012), a obra de Durkheim representou a maior mudança conceitual sobre o suicídio e inaugurou novas e profícuas formas de investigar a questão. Registra que, a partir dos anos 60, houve uma reanálise do trabalho do sociólogo, renovando e mantendo intenso o interesse em suas ideias atualmente. “Diversos autores contextualizam a teoria durkheimiana sobre o suicídio na perspectiva holística do momento histórico da construção da sociologia”, afirma (BERTOLOTE, 2012, p. 33).

Para Estellita-Lins (2006), a obra inaugural de Durkheim atentou para a regularidade sociológica do suicídio e, por isso, o estudo do fenômeno deve ser analisado sob aspectos etnográficos e culturais.

Karl Marx, em um ensaio originalmente publicado sob o título *Peucheut: vom*

*Selbstmord*⁸, em 1846, também discutiu o suicídio sob a perspectiva sociológica. O artigo é composto por passagens traduzidas para o alemão de memórias de Jacques Peuchet, diretor de Arquivos da Polícia de Paris, as quais Marx acrescentou seus próprios comentários e análises.

Marx acrescentou, suprimiu e modificou trechos em diversas ocasiões. A separação formal entre o que é escrito por Marx e por Peuchet raramente é expressa e, por isso, faz *Sobre o Suicídio* ser considerado um texto autoral de Marx (LOWY, 2006).

A partir de quatro casos retirados dos registros de Peuchet, Marx elabora uma crítica à sociedade burguesa e às mazelas do capitalismo, como a exploração do trabalho, o desemprego e a miséria. A injustiça social influencia diretamente a vida privada, podendo valer como explicação para o suicídio.

Quando se veem a forma leviana com que as instituições, sob cujo domínio a Europa vive, dispõem do sangue e da vida dos povos, a forma como distribuem a justificativa civilizada com um rico material de prisões, de castigos e de instrumentos de suplício para a sanção de seus desígnios incertos; quando se vê a quantidade incrível de classes que, por todos os lados são abandonadas na miséria, e os párias sociais, que são golpeados com um desprezo brutal e preventivo, talvez para dispensar-se do incômodo de ter que arrancá-los de sua sujeira; quando se vê tudo isso, então não se entende com que direito se poderia exigir do indivíduo que ele preserve em si mesmo uma existência que é espezinhada por nossos hábitos mais corriqueiros, nossos preconceitos, nossas leis e nossos costumes em geral. (MARX, 2006, p. 27)

No que já havia sido antecipado por Durkheim, o texto defende o suicídio como um fenômeno normal e natural das sociedades. A abordagem se distancia dos efeitos da moralidade burguesa e religiosa. “É um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consuma com tanta frequência; o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas” (MARX, 2006, p.25). Também refuta o entendimento do ato como resultado de covardia ou como um crime contra a sociedade, as leis ou a honra, elementos que constituíam a percepção do suicídio à época.

Três dos quatro casos que compõem a obra são de suicídios femininos. No primeiro deles, uma jovem é levada a se matar por seus pais e vizinhos após concluírem que ela havia cedido às núpcias um dia antes do casamento. No segundo, uma esposa recorre ao suicídio por levar uma existência em cativeiro motivada pelos ciúmes de seu marido. Por fim, na terceira ocorrência, uma jovem grávida admite a impossibilidade de dar à luz sob risco da rejeição social. Ao lhe ser negada a chance do aborto, a jovem se mata.

Fica evidente o pensamento de Marx de que o suicídio dessas mulheres foram

⁸No Brasil: *Sobre o suicídio*, Karl Marx. São Paulo: Boitempo, 2006

determinados majoritariamente pelo gênero, o que motiva uma condenação ao regime do patriarcado que, mesmo após a Revolução Francesa, permanecia exercendo um efeito tirânico na vida privada.

Segundo Lowy (2006), o interesse de Marx sobre a as memórias de Peuchet residiu preferencialmente na “crítica radical da sociedade burguesa como forma de vida 'antinatural” (LOWY, 2016, p. 15) que na problemática do suicídio propriamente dita. Sem diminuir a importância da questão das mortes voluntárias, Marx via a emergência do suicídio como um sintoma de uma sociedade doente.

As pessoas agem entre si como estranhas, numa relação de hostilidade mútua: nessa sociedade de luta e competição impiedosas, de guerra de todos contra todos, somente resta ao indivíduo é ser vítima ou carrasco. Eis, portanto, o contexto social que explica o suicídio. (LOWY, 2006, p.16)

Assim, Marx acreditava que as causas do suicídio advinham dos males da sociedade, só podendo ser combatidas através de uma profunda transformação das estruturas sociais e econômicas.

Bertolote (2012) considera válida a menção a Marx, mas caracteriza o texto como de relativa valia científica. Uma das críticas está no pouco rigor atribuído à seleção dos casos de suicídio. O autor cita o fato de três casos, entre quatro apresentados na obra, serem de mulheres, mesmo o fenômeno sendo muito mais frequente entre homens já naquela época. Ao contrário de Durkheim, que evitou fazer considerações a respeito de casos individuais, Marx teria tentado aplicar sua teoria social valendo-se dos mesmos.

2.4 SUICÍDIO NA FILOSOFIA DE CAMUS

Se a questão da morte sempre foi objeto de acentuado interesse da filosofia, o suicídio não deixaria de ser. Nesta seção abordaremos apenas uma obra expoente da filosofia contemporânea, *O Mito de Sísifo*, do escritor e filósofo franco-argelino Albert Camus. O livro se constitui em uma eloquente leitura acerca da condição humana perante o absurdo da existência e a relação do mesmo com o suicídio. A respeito deste, Camus inicia seu raciocínio com uma dizer que se notabilizou no campo filosófico ao se tratar do tema:

Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio. Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à pergunta fundamental da filosofia. O resto, se o mundo tem três dimensões, se o espírito tem nove ou doze categorias, vem depois. (...) Se me pergunto por que julgo que tal questão é mais premente que tal outra, respondo que é pelas ações a que ela se compromete. Nunca vi ninguém morrer por causa do argumento ontológico. (...) Julgo, então, que o sentido da vida é

a mais premente das perguntas. (CAMUS, 2018, p. 17-18)

A reflexão de Camus alicerça-se na relação entre o sentimento do absurdo e o suicídio, mais especificamente na medida exata em que o segundo é uma solução para o primeiro. Começar a pensar sobre o sentido da vida é, também, começar a ser atormentado. Por conseguinte, matar-se, em certo sentido, é admitir que fomos superados pela vida ou que não a entendemos (CAMUS, 2018).

Para Camus, o problema de viver ou matar-se lança duas possibilidades que, à primeira vista parecem evidentes: ou o homem se mata ou não se mata. O raciocínio provê duas soluções filosóficas, a do “sim” e a do “não”. Refuta, no entanto, tal dicotomia lançando um desafio: pensar naqueles que não param de se interrogar e nunca chegam a uma conclusão sobre o sentido da vida. Estes, observa o autor, seriam a maioria.

No raciocínio de Camus, muitos que responderiam “não” à afirmação do sentido da vida agem como se pensassem “sim”, e conclui: “aqueles que se suicidam, pelo contrário, costumam ter a certeza do sentido da vida”. Seria o caso de nos inquirirmos em que medida o suicídio não é a afirmação máxima da noção de que a vida deva ter um sentido. Mata-se pois ele se perdeu, ou não foi encontrado.

Qual é então o sentimento incalculável que priva o espírito do sono necessário para a vida? Um mundo que se pode explicar, mesmo com raciocínios errôneos, é um mundo familiar. Mas num universo repentinamente privado de ilusões e de luzes, pelo contrário, o homem se sente um estrangeiro. É um exílio sem solução porque está privado das lembranças de uma pátria perdida ou da esperança de uma terra prometida. Esse divórcio entre o homem e sua vida, o ator e seu cenário é propriamente o sentimento do absurdo. E como todos os homens sadios já pensaram no seu próprio suicídio, pode-se reconhecer, sem maiores explicações, que há um laço direto entre tal sentimento e a aspiração ao nada. (CAMUS, 2018, p.20)

Camus argumenta que cenários sempre desabam. Em meio a uma vida maquinal, um dia surge o incômodo do “por quê”. Começa, assim, a tomar conta do sujeito um sentimento profundo de lassidão, e “começar”, aponta o autor, é uma palavra propositadamente utilizada no contexto, pois a lassidão está ao final de uma vida automática. Entretanto, inaugura um movimento de consciência. A lassidão tanto desperta definitivamente quanto provoca sua continuação, ou seja, o retorno inconsciente à clausura da vida maquinal. O despertar, por sua vez, provoca com o tempo o suicídio ou o restabelecimento. O acordar para a consciência de um amanhã que nunca chega e que sempre se ansiou e a “revolta na carne” que tal movimento provoca é um sentimento absurdo.

A consciência de que todos os sentidos que um dia atribuímos à realidade não passavam de ilusão não deixaria de causar estranheza. Como um paraíso perdido, o mundo

torna-se um lugar hostil. As molduras construídas previamente durante séculos já não lhe cabe mais, e falta força ao homem para continuar usando este artifício. O mundo, enfim, “nos escapa porque volta a ser ele mesmo. Aqueles cenários disfarçados pelo hábito voltam a ser o que são”. (CAMUS, 2018, p.22). Este cenário que desaba e a estranheza densa que provoca é, também, o absurdo. O absurdo se confronta repetidamente com nossa nostalgia de unicidade.

A enumeração dos sentimentos que possam conter o absurdo, contudo, não o esgotam. Um sentimento do absurdo não é o absurdo no sentido próprio. Este nos mostra através de infindáveis maneiras. O ponto de virada da condição humana é ter a noção de que ele existe e saber viver com ele. Ou, como explica Camus, precisamos “desistir de reconstruir sua [do mundo que se fissa e desmorona] superfície familiar e tranquila que nos daria paz ao coração”, pois “o fosso entre a certeza que tenho da minha existência e o conteúdo que tento dar a esta segurança jamais será superado” (CAMUS, 2018, p. 33). Está é a consciência do absurdo.

Morrer voluntariamente pressuporia, assim, que se reconheceu, mesmo instintivamente, o caráter ridículo de levar uma existência cotidiana e sem sentido, a ausência de qualquer motivo profundo para viver, o caráter insensato da agitação mundana e a inutilidade do sofrimento. Mas se o suicídio não deve ser uma alternativa considerável para lidar com o absurdo da existência, seria a esperança uma solução?

Para Camus a resposta é não. O autor rejeita a esperança como saída para o absurdo da existência, pois esta constitui-se em uma “esquiva mortal” e fornece as mesmas ilusões que a crenças no sentido profundo da vida. A esperança “de uma outra vida que é preciso ‘merecer’, ou truques daqueles que vivem não pela vida em si, mas por alguma grande ideia que a ultrapassa, sublima, lhe dá um sentido e a trai” (CAMUS, 2018, p.22), é, portanto, refutada.

Na filosofia de Camus, a figura mitológica de Sísifo representa o herói absurdo. Resumidamente, Sísifo foi o primeiro rei de Corinto. Após inúmeras trapaças e enganações perante os deuses, é condenado a carregar eternamente uma rocha até o cume de uma montanha. Ao fim da tarefa, a pedra rolava e caía até a base, de onde Sísifo deveria transferi-la, novamente, até o topo (CAMUS, 2018).

O momento chave da constatação do absurdo é quando Sísifo, consciente de que sua infrutífera tarefa nunca terá fim, retorna, ainda assim, e rumo em direção à base da montanha. Nessa hora, escreve Camus, “Sísifo é superior a seu destino. É mais forte que sua rocha”.

Este mito só é trágico porque seu herói é consciente. O que seria a sua pena se a esperança de triunfar o sustentasse a cada passo? (...) Sísifo, proletário dos deuses, impotente e revoltado, conhece toda a extensão de sua miserável condição: pensa nela durante a descida. A clarividência que deveria ser seu tormento consome, ao mesmo tempo, sua vitória. Não há destino que não possa ser superado com desprezo. (CAMUS, 2018, p.139)

Camus (2018) desfaz, com isso, a asserção comumente pregada de que negar um sentido à vida leva obrigatoriamente a considerar que ela não valha a pena de ser vivida. Como as ações das pessoas devem ser reguladas por aquilo que elas consideram verdadeiro, argumenta que a crença no absurdo da existência é o que deve comandar a conduta humana. Só tendo a consciência do absurdo é que o incompreensível, aquilo que nos escapa ao entendimento, perde o estatuto de definir ou não o abandono da vida, e o suicídio passa a não ser uma alternativa. O incompreensível, o absurdo, é a regra geral da vida.

A partir do momento em que o reconhecemos, o raciocínio absurdo se torna a paixão mais dilacerante de todas. Dilacerante pois descortina nossa atração ilusória pela unicidade, mas apaixonante pois nos fornece a clara visão dos “muros” que encerram o homem. Este exercício constitui o que, na visão de Camus, é a postura filosófica mais coerente diante do absurdo: a revolta. Negar o absurdo é negar a própria vida. “Fazê-lo viver é, antes de mais nada, contemplá-lo” (CAMUS, 2018, p. 68). A revolta, como explica o autor, é o confronto perpétuo do homem com sua escuridão, com o absurdo.

É assim que age Sísifo ao, no topo, virar as costas para o céu e para os deuses e iniciar sua descida em direção à rocha. Faz de seu destino um assunto humano, que deve ser resolvido entre os homens.

Toda a alegria silenciosa de Sísifo consiste nisso, seu destino lhe pertence. A rocha é sua casa. Da mesma forma, o homem absurdo manda todos os ídolos se calarem quando contempla seu tormento. (...) Assim, convencido da origem totalmente humana de tudo que é humano, cego que deseja ver e que sabe que a noite não tem fim, ele está sempre em marcha. A rocha ainda rola. Deixo Sísifo na base da montanha! As pessoas sempre reencontram seu fardo. Mas Sísifo ensina a fidelidade superior que nega os deuses e ergue as rochas. (...) A própria luta para chegar ao cume basta para encher o coração de um homem. É preciso imaginar Sísifo feliz. (CAMUS, 2018, p.140-141)

Como herói absurdo, sabe que seu esforço não terá interrupção. Consciência e revolta constituindo o oposto da renúncia. “Trata-se de morrer irreconciliado, não de bom grado. O suicídio é um desconhecimento. O homem absurdo não pode fazer outra coisa senão esgotar tudo e se esgotar”, afirma Camus (2018, p. 69).

2.5 SUICÍDIO, PSICANÁLISE E PSICOLOGIA

Da obra de Sigmund Freud pouco consta expressamente acerca do suicídio. As considerações feitas pelo psicanalista acerca do tema são geralmente remetidas a dois textos. No primeiro, *Luto e Melancolia*, publicado em 1917, Freud descreve o estado psíquico do enlutado e do melancólico, ambos, embora distintos em natureza, relacionados a uma perda de um objeto de amor.

Freud (1987) escreveu que os traços mentais distintivos da melancolia são caracterizados por um profundo e doloroso desânimo, perda de interesse no mundo externo e da capacidade de amar e inibição de atividades. Também compõe o quadro melancólico a diminuição da autoestima em uma medida em que pode se expressar em comportamentos de auto-recriminação e vilanização, culminando em uma expectativa delirante de punição.

O quadro melancólico se aproxima da experiência do luto uma vez que compartilham traços mentais semelhantes. Ambos, no caso, podem constituir uma reação à perda de um objeto amado. Na melancolia, no entanto, ocorre uma perda de natureza mais ideal: o objeto pode não ter morrido de fato, mas perdido enquanto objeto de amor. Freud (1987) exemplifica com um caso de desilusão amorosa: mesmo que a pessoa esteja ciente da perda que originou a melancolia, ela sabe apenas no sentido de *quem* ela perdeu, não *o que* perdeu neste alguém. Tal movimento indicaria que a melancolia, ao contrário do luto, em que a natureza da perda não é inconsciente, estaria relacionada a uma perda objetual retirada da consciência.

Enquanto no luto a observação clínica apontava para uma perda relativa a um objeto, a melancolia acena para uma perda relativa ao próprio ego. Por isso, a inibição melancólica produz efeitos psíquicos muito diferentes da inibição e da perda de interesse encontrados no paciente enlutado, entre eles uma diminuição da autoestima extraordinária e um empobrecimento egoico em grande escala (FREUD, 1987).

O melancólico, relata Freud (1987), expressa o ego como sendo desprovido de qualquer valor e moralmente desprezível. A repreensão e a vilanização dirigidas a si próprio cria a expectativa de expulsão e punição do próprio ego. Em um quadro de delírio de inferioridade, notadamente moral, o paciente não percebe que uma mudança tenha se processado em si próprio, e estende sua autocrítica até o passado e afirma que sempre fora assim. Dessa forma, completa Freud (1987), se no luto é o mundo que se torna pobre e vazio, na melancolia é o próprio ego.

Impactado pelos horrores e pelo morticínio causados pela Primeira Guerra Mundial, Freud se preocupa posteriormente, em *Além do princípio do prazer*, em entender os impulsos autodestrutivos humanos. Assim, na descrição do funcionamento psíquico, introduz um novo dualismo pulsional: a pulsão de morte (Tânatos), em contraposição à pulsão de vida (Eros, que agregava as pulsões libidinais e as forças de autoconservação). O problema da destrutividade ocupou um papel cada vez mais importante nas teorias de Freud, e esta é a primeira vez que este novo quadro da estrutura da mente aparece explicitamente nas obras do autor. (FREUD, 1987b).

Karl Menninger, da segunda geração psicanalítica, irá propor um aprofundamento da teoria do suicídio na psicanálise. Sem romper com a princípio do dualismo pulsional e de que o suicídio é um fenômeno da agressividade inconsciente, publica, em 1938, *O homem contra si próprio*. As mais diversas formas de autodestruição são interpretadas sob o argumento da vitória de Tânatos sobre Eros. Menninger postula três componentes implicados no comportamento suicida: o desejo de matar, o desejo de ser morto e o desejo de morrer (BOTEGA, 2015).

Para Menninger, qualquer comportamento autolesivo ou atividade que imponha risco à vida podem ser compreendidos dentro do contexto suicida. Assim, distingue várias formas de suicídio que podem ser suicídios crônicos – como psicóticos, dependentes químicos, anti-sociais – suicídios focais – automutiladores – suicídio orgânico – derivado de doenças somáticas – e o suicídio inconsciente – observado em fatalidades ocasionadas em esportes de alto risco ou acidentes automobilísticos, ou seja, mortes inconscientemente intencionais (SARAIVA, 2010).

A partir de um eixo teórico fundamentado na noção freudiana de trauma, Macedo e Werlang (2007) desenvolveram uma linha de raciocínio estimulada pelos resultados da prática clínica. Recorrentemente, era possível observar em pacientes que haviam sobrevivido a uma tentativa de suicídio uma espécie de alheamento. Eles não conseguiam se comunicar ou explicar o que aconteceu, transmitiam uma sensação de anestesiamiento emocional. Durante o tratamento, após começarem a encontrar modos de se expressar, transmitiam o sentimento de vazio e de que algo indizível ocorrera.

Pela análise qualitativa de cinco casos de pessoas que tentaram suicídio, Macedo e Werlang (2007) abordaram a tentativa de suicídio como um ato-dor decorrente da vivência de experiências traumáticas, ou seja, daquilo que escapa ao espaço representacional do sujeito.

Assim, o trauma alude a uma dor irrepresentável, que tem como consequência um

ato que ocorre sem mediação e sem adiamento, daí seu caráter violento. A quantidade que irrompe no psiquismo buscará uma forma de descarga sendo que, na situação da tentativa de suicídio, o “violento” dirige-se contra a própria pessoa no ato de buscar a própria morte (MACEDO e WERLANG, 2007, p. 185)

A teoria do trauma seguiu sendo desenvolvida por Ferenczi, e este entendia o traumático como aquilo que não poderia ser inscrito psiquicamente. A impossibilidade de representar ou atribuir sentido a um ocorrido é o que torna um processo patológico. A dor psíquica, assim, corresponde a um sentimento de desagregação de si, aproximando-se da vivência de morte. “Quando as tentativas de lidar com o trauma fracassam e aumenta a sensação de desagregação, medidas psíquicas drásticas precisam ser acionadas” (MACEDO e WERLANG, 2007, p. 186).

O ato-dor é, portanto, uma expressão proposta para designar a tentativa de suicídio que decorre do traumático e da dor psíquica. Essa dor anula investimentos das forças de libido, ou seja, da vida, quando objetiva o falso alívio de morte como única solução. Macedo e Werlang (2007) afirmam que o espaço de escuta instaura condições de atribuição de sentido ao traumático. Ao se dar a ruptura com o “inominável”, rompe-se o estado de clivagem psíquica. A clivagem pode ser entendida como um movimento de recusa, que possibilita a coexistência no ego de duas atitudes psíquicas completamente diferentes frente à realidade, uma considerando-a e outra recusando-a.

Para Botega (2015), as considerações do ato suicida como um ato-dor acenam para a importância de uma atenção que possibilite uma construção de sentido e uma atribuição de significado aos sobreviventes de suicídio.

Dentro do campo da psicologia, no entendimento da teoria cognitivo-comportamental, o suicídio pode ser abordado como uma forma extrema de comportamento de esquiva. A pessoa é levada a tirar a própria vida para evitar uma experiência significativa de dor. Em virtude da não satisfação de expectativas do sujeito, de sua família ou de sua comunidade, à esquiva pode-se agregar contingências coercitivas, como reforçamento negativo e punição, o que aumentam o sentimento de culpa e de incapacidade (BOTEGA, 2015).

Indivíduos que tentam suicídio tem uma tendência maior a apresentarem estratégias de enfrentamentos de crise mais pobres e são mais sensíveis a estímulos que podem sinalizar fracasso e rejeição. Pôde-se observar que eles constroem distorções cognitivas em que se sentem repetidamente enganados, sem escapatória e que não conseguem esperar cenários positivos. Outras distorções cognitivas podem ser: pensamento dicotômico

(tendência à avaliação dualista e radical), sentimentos de catástrofe, abstração seletiva, inferências arbitrárias, rotulagem, personalização, pensamento comparado, desqualificação do positivo e falácia do belo (crença de que o perfeito, o belo e o harmonioso devam ser a regra geral da vida). (BOTEGA, 2015)

Segundo McGoldrick e Gerson (1987), o funcionamento das relações familiares é intrínseco aos comportamentos suicidas. As situações e experiências, como prejuízos na vinculação, pautas familiares e geração de mitos transmitem-se de geração a geração e vão se repetindo. A ocorrência de rigidez de padrões interativos, de comunicação e apego emocional incipiente podem levar a dificuldades no desenvolvimento da identidade pessoal e na capacidade de enfrentamento de crises (HENRY et al, 1994). Ambientes familiares que costumam subestimar problemas também mostraram-se responsáveis por aumentar a vulnerabilidade dos pacientes que sofrem de transtorno da personalidade *borderline*, levando-os à negação, punição e respostas inadequadas diante de problemas emocionais (LINEHAN, DEXTER-MAZZA, 2009).

Segundo Saraiva (2006), a tentativa de suicídio pode, ainda, ser percebida como uma forma de metacomunicação, ao expor problemas como distorções ou ausência de vínculos familiares. O autor apresenta uma ótica interessante em que o ato de tentar se matar é, também, um ato de comunicar, estando relacionado com o poder dentro da matriz familiar, quando a utilização do próprio corpo torna-se um meio de retomar o poder.

2.6 SUICIDOLOGIA: UM NOVO DISCURSO SOBRE O SUICÍDIO

Edwin Shneidman (1918-2009) foi um psicólogo clínico estadunidense e é considerado o pai da suicidologia. Pioneiro no campo da prevenção e da atenção ao suicídio, Shneidman fundou, nomeou e moldou a disciplina que propunha abandonar análises e abordagens unidimensionais do evento suicida. Segundo Chavez-Hernandez e Leenaars (2010), suas pesquisas foram responsáveis por catalisar investigações sobre o suicídio a partir de uma perspectiva interdisciplinar, complexa e multifacetada.

Responsável por idealizar e cunhar o nome da disciplina, Shneidmann (1996) postulou que a suicidologia, como tal, pertencia ao campo da Psicologia, pois o suicídio resulta de uma crise psicológica. Definiu, ainda, seu campo de estudos como a ciência dos comportamentos, dos pensamentos e dos sentimentos autodestrutivos.

Para Chavez-Hernandez e Leenaars (2010), as novas teorias e perspectivas

científicas trazidas por Snheidman mostraram que o estudo do suicídio deveria incorporar muitos fatores que até o momento haviam sido relegados, principalmente com o objetivo de preveni-lo. Uma grande contribuição foi descreditar o pressuposto de que somente pacientes psiquiátricos eram passíveis de cometer suicídio. Dessa forma, Snheidman advogava que nem todo suicida é psicótico, assim como nem todo psicótico é suicida.

Snheidman também tratou de refutar a diferenciação entre suicídios e tentativas de suicídios. Buscava, assim, assinalar que o estudo do suicídio não deve se centrar somente na morte do indivíduo, mas considerar o momento do planejamento e os vestígios materiais e textuais deixados para trás (CHAVEZ-HERNANDEZ e LEENAARS, 2010).

Para Leenaars (2010), Shneidman considerava que o estudo sobre suicídio permanecia parcialmente paralisado, principalmente pela carência de abordagens que o tomassem como um fenômeno multifacetado. Por isso, propôs que a suicidologia deveria se constituir a partir de um entendimento abrangente do indivíduo. Citava que a sociologia havia demonstrado que as taxas de suicídio variavam conforme fatores sociais, como guerras, crises e desemprego; a psicanálise propunha, através do conceito da melancolia, o ódio autodirigido; a psiquiatria postulava um desequilíbrio bioquímico. Defendeu que nenhum método havia chegado a uma resposta definitiva. O suicídio é tudo isso e mais. (SHNEIDMAN, 1985).

Seu trabalho pode ser subdividido em seis partes: avaliação do comportamento suicida; conceitualização e teoria; notas póstumas (cartas suicidas); aspectos administrativos e programáticos; aspectos clínicos e comunitários; e autópsia psicológica⁹ e pósvenção (LEENAARS, 2010)

Unindo tanto um referencial psicodinâmico quanto cognitivo, a abordagem proposta por Snheidman privilegiava o conceito de “dor psíquica” – *psychache*, neologismo cunhado pelo próprio Shneidman – em detrimento da noção de transtorno mental, pois este seria o principal denominador comum do comportamento suicida. Assim, considerava que o suicídio é um ato consciente de autoaniquilação, podendo ser entendido como um mal-estar pluridimensional em um indivíduo que o percebe como a melhor solução para a dor psíquica.

A partir de sua atuação clínica e do desenvolvimento de um referencial teórico focado no indivíduo, especialmente com aportes da psicologia, Shneidman elaborou as chamadas dez generalidades (*commonalities*) do ato suicida.

1. O propósito comum do suicídio é a busca de uma solução

⁹Essa metodologia, que agregava técnicas qualitativas e quantitativas, era baseada em um questionário que visava obter informações de caráter histórico, clínico e antropológico do sujeito suicidado (CHAVEZ-HERNANDEZ e LEENAARS, 2010).

2. O objetivo comum do suicídio é a cessão da consciência
3. O estímulo comum do suicídio é a dor psicológica intolerável
4. O estressor comum do suicídio é a frustração das necessidades psicológicas
5. A emoção comum do suicídio é a desesperança/desamparo
6. O estado cognitivo comum do suicídio é a ambivalência
7. O estado perceptivo comum do suicídio é a constrição
8. A ação comum no suicídio é o escape
9. O ato interpessoal comum do suicídio é a comunicação de intenção
10. A consistência comum do suicídio é com padrões de enfrentamento existenciais (LEENAARS, 2010, p. 9. Tradução nossa.)¹⁰

As ideias de Shneidman assinalam, enfim, que a questão primordial do suicídio não é sobre a morte, e sim a cessação da consciência com o objetivo de acabar com uma dor psíquica insuportável. A despeito do que possa representar, o suicídio se constitui a partir de uma tentativa de responder a uma necessidade psíquica urgente. É a falta de resposta a essa necessidade que geralmente é relatada pelo suicida como perturbação ou dor. (BOTEGA, 2015).

O estado da constrição afetiva e intelectual é descrito a partir de um estreitamento da gama de opções de atitudes disponíveis para a resolução da dor. Assim, a interrupção da consciência emerge como única saída. Frequentemente, sob as condições do estado da ambivalência, quando a variação emocional é extrema, observa-se o chamado pensamento dicotômico. Nesta situação, o leque de opções se resume a duas possibilidades radicais: ou se soluciona a dor psíquica de uma vez por todas, como que magicamente, ou mata-se, para interrompê-la (BOTEGA, 2015).

Nas teorias de Shneidman, mesmo que sejam reflexos de tensões sociais, os suicídios são definitivamente atos individuais e pessoais. Sua natureza social advém do fato de que é um comportamento aprendido na vida sociocultural.

2.7 SUICÍDIO NAS CIÊNCIAS BIOMÉDICAS

Dentre as disciplinas científicas que têm se ocupado da questão do suicídio, destacam-se as interfaces do campo da medicina, mais especificamente da saúde mental, com

¹⁰ I. The common purpose of suicide is to seek a solution.
 II. The common goal of suicide is cessation of consciousness.
 III. The common stimulus in suicide is intolerable psychological pain.
 IV. The common stressor in suicide is frustrated psychological needs.
 V. The common emotion in suicide is hopelessness-helplessness.
 VI. The common cognitive state in suicide is ambivalence.
 VII. The common perceptual state in suicide is constriction.
 VIII. The common action in suicide is egression.
 IX. The common interpersonal act in suicide is communication of intention.
 X. The common consistency in suicide is with lifelong coping patterns.

destaque para a psiquiatria e a neuropsiquiatria. Um modelo a investigar a suscetibilidade do indivíduo congrega propensões biológicas, a partir da predisposição genética, conjugadas com fatores ambientais e traumas infantis. (MANN et al, 1999).

Botega (2015) cita que estudos retrospectivos realizados nos Estados Unidos e na Europa identificaram pelo menos um transtorno psiquiátrico em mais de 90% dos casos de suicídio, frequentemente a depressão. A observação de que tanto o suicídio quanto a depressão podem ocorrer como respostas anormais a acontecimentos estressantes estimulou a hipótese de que pode haver uma predisposição biológica nestas condições. Traços impulsivos e agressivos evidenciam tal hipótese.

Um destes modelos foca na função serotoninérgica, pois é a partir dela que encontraram-se o maior número de evidências. Segundo Botega (2015), outros sistemas biológicos com potencial de se relacionar ao suicídio vêm sendo estudados, mas com menos resultados promissores. A disfunção da serotonina, por isso, desde a década de 60, foi o grande foco do modelo neurobiológico (SARAIVA, 2010)

Saraiva (2010) argumenta que a descoberta da sequenciação do genoma humano em 2003 abriu a possibilidade da identificação dos chamados “genes candidatos”, isto é, aqueles que estariam mais implicados em determinadas perturbações e cujo estudo é basicamente de associação.

Segundo Botega (2015) a função serotoninérgica regula o sistema de resposta ao estresse e está relacionada com a vulnerabilidade para a depressão e para o comportamento suicida. Como o ato suicida frequentemente envolve agressividade e impulsividade, cresceu a suposição de um “instinto de morte”, que levaria o indivíduo ao autoextermínio. Este entendimento começou a ceder em aceitação científica a partir da década de 70, com estudos liderados por Marie Asberg. As pesquisas encontraram níveis abaixo do esperado de um metabólito da serotonina (5-HIAA) no fluido cerebrospinal de pessoas que tentaram suicídio. Em estudos posteriores, realizados em outros subgrupos (suicidas, homicidas e indivíduos com histórico de impulsividade e/ou agressividade), os mesmos níveis foram encontrados. Estas descobertas foram associadas a uma provável disfunção do sistema serotoninérgico (BOTEGA, 2015).

Na esteira dos estudos de Asberg, várias pesquisas foram realizadas e forneceram informações importantes sobre o funcionamento deficiente do sistema serotoninérgico. Desde então, descobriu-se que os baixos níveis de 5-HIAA, associado à impulsividade/agressividade, permanecem estáveis ao longo da vida adulta e são parcialmente

herdados. Essa relação pôde ser observada em pessoas que sofreram abuso físico ou privação materna na infância e foi encontrada em casos de suicídio e tentativas de suicídio com alta letalidade, que aumentam o risco de óbito em cinco vezes (BOTEGA, 2015).

Ainda no campo biomédico, outros fatores biológicos cujas pesquisas apresentam perspectivas para o entendimento do ato suicida é a genética. Alguns estudos de associação apontaram genes relacionados ao comportamento suicida, os chamados genes candidatos. Botega (2015) afirma que a hereditariedade é um fator que constitui, parcialmente, o comportamento suicida. Estima-se que fatores hereditários influenciem em até 55% a propensão ao suicídio (STATHAM et al, 1998). A taxa de concordância de suicídios para gêmeos univitelinos é 17 vezes maior que entre gêmeos bivitelinos (MANN, BRENT, ARANGO, 2001). Entretanto, o estudo genético encontrou resultados consistentes apenas para determinados genes candidatos e em grupos étnicos restritos (BOTEGA, 2015).

Em outra linha de pesquisa genética, juntamente ao modelo de suscetibilidade ao suicídio, procurou-se verificar a influência de fatores ambientais. Estudos indicam que variações ambientais ocorridas precocemente, como a privação materna, podem desencadear alterações da expressão genética (mudanças não nos genes propriamente, mas em sua ativação ou desativação). A desregulação da expressão de certo número de genes ocorridas a partir de circunstâncias traumáticas na infância foram frequentemente observadas em indivíduos que cometeram ou tentaram suicídio (LABONTÉ; TURECKI, 2010).

Botega (2015) cita dois estudos que investigam a relação entre alterações epigenéticas – as citadas mudanças da expressão genética causadas por fatores ambientais – e o comportamento suicida. No primeiro, foram encontrados elevados índices de metilação (possível alteração epigenética) no DNA referente à região do hipocampo no cérebro de 46 suicidas. Nos mais de 300 genes afetados, a maioria relaciona-se a funções cognitivas e de aprendizagem. Em roedores, um destes genes (NR2E1) quando afetado desencadeia comportamentos agressivos e violentos.

No segundo estudo, foram constatados altos índices de metilação em uma região do gene SKA2, na região pré-frontal do cérebro de 197 pessoas. Destas, 98 delas eram diagnosticadas com depressão, transtorno bipolar ou esquizofrenia. 15 se mataram. Contudo, o diagnóstico psiquiátrico e o tipo de meio letal utilizado foram independentes das descobertas da pesquisa.

Na esteira de tais descobertas, a partir de amostras de sangue de 475 voluntários, verificou-se que alterações no SKA2 combinadas com níveis de ansiedade e estresse foram

capazes de prever 80% dos casos que evoluíram em ideação suicida. Em uma sub amostra, foi possível identificar os casos que, da ideação suicida, progrediram para a tentativa de suicídio. Para Botega (2015), tais achados indicam a viabilidade de apontar, com 80% de precisão, pessoas que possam progredir para ideações e tentativas de suicídio valendo-se de biomarcadores, neste caso a partir de amostras de sangue. Esta asserção, aponta, seria capaz de possibilitar medidas terapêuticas de redução de estresse e ansiedade antes que um suicídio possa ser consumado ou tentado.

Botega (2015) explica que, como a metilação do DNA é considerada uma das pontes moleculares entre efeitos de experiências traumáticas e a herança genética contida no cérebro, esta linha de investigação poderia fornecer aportes para explicar a relação entre o subtipo agressivo/impulsivo de comportamento suicida a uma base biológica.

Convergindo os estudos realizados pela biologia molecular com resultados da psicologia, Botega (2015) defende duas suposições:

Experiências traumáticas na infância alteram a arquitetura genética que herdamos e aumentam, de forma parcialmente independente, a propensão tanto para a depressão quanto para o comportamento suicida; A propensão biológica que contribui para a determinação de alguns suicídios não é específica. Ela se encontra igualmente associada a outras manifestações do binômio agressividade/impulsividade e é fomentada pela presença de transtornos mentais (BOTEGA, 2015, p. 67)

Estudos futuros poderiam esclarecer, ainda, se tal a tendência ao suicídio revela um traço estável de personalidade, desencadeado por acontecimentos traumáticos precoces, ou se seria melhor entendida como um reflexo de um estressor atuando em um contexto recente ou na ocasião em que o suicídio foi consumado. (BOTEGA, 2015).

3 DISCURSO, PODER E AFETO

Se quisermos, em algum momento definir algo como o “discurso suicida”¹¹, devemos entender que as formações discursivas presentes neste discurso, em correspondência às formações ideológicas, devem ser apreciadas na dispersão de textos que compõe um espaço de regularidade enunciativa e que permite, em alguma medida, apreender o modo de inscrição histórica. A formação discursiva é, por definição “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2014, p. 147) [grifo no original]

Pensar o acontecimento suicida de forma discursiva significa colocar em questão o estatuto do sujeito em relação à ideologia. Em AD, entendemos que a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso – definido como efeito de sentido entre locutores - é a língua. Logo, é preciso que se estabeleça uma posição de modo a indagar o trabalho língua-discurso-ideologia, considerando que a operação ideológica no/do discurso é materialmente apreensível na língua (ORLANDI, 2016).

Há um pano de fundo teórico-conceitual para que uma proposta desta natureza se viabilize. Ao refutar a concepção idealista que coloca o sujeito como ponto de partida, Pêcheux (2014) procura formular “uma teoria (não-subjetivista) da subjetividade”. Para isso, estabelece a AD como uma teoria materialista da linguagem. Nesta formulação, o “pensável” constitui-se como objeto de análise na medida em que se propõe uma abordagem materialista do funcionamento das representações do “pensamento” nos processos discursivos. Isto nos leva a não tomarmos as ideologias como ideias, mas como “forças materiais”, cujo efeito pode ser atestado tanto pela relação do sujeito com os processos de identificação quanto pela eficácia material do imaginário - “as ideologias não são feitas de 'ideias', mas de práticas”, afirma (PÊCHEUX, 2014, p. 130). É neste sentido que, remetendo a Althusser, Pêcheux concebe que as ideologias não têm origem nos sujeitos, mas elas “constituem os indivíduos em sujeitos”. (PÊCHEUX, 2014, p.120).

Entendemos que a “tomada de posição”, para retomar Pêcheux (2014), de forma alguma constitui um ato de origem do sujeito-enunciador. Demonstra, ao contrário, o efeito na forma sujeito da determinação do interdiscurso como discurso transversal, que traz a exterioridade para o interior da formulação, isto é, para a tomada de posição, o que caracteriza

¹¹ Não é nossa intenção atingir esse grau de completude. Utilizaremos a expressão apenas como proposta.

o retorno do Sujeito no sujeito, recobrando de "naturalidade" o que reconhecemos como a "tomada de consciência" e conduz os processos imaginários de identificação.

Diremos que a marca do inconsciente como "discurso do Outro" designa no sujeito a presença eficaz do "Sujeito", que faz com que o sujeito "funcione", isto é, tome posição, "em total consciência e em total liberdade", tome iniciativas pelas quais se torne "responsável" como autor de seus atos etc., [...]. O "desdobramento" do sujeito – como "tomada de consciência" de seus "objetos" – é uma reduplicação da identificação, precisamente na medida em que ele designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade *no próprio interior do sujeito*. (PÊCHEUX, 2014, p. 159-160)

A noção de sujeito do discurso é desenvolvida na AD valendo-se da hipótese psicanalítica do inconsciente, de Jacques Lacan, e do pressuposto materialista do sujeito assujeitado, de Louis Althusser. Desta maneira, concebe um sujeito afetado duplamente, pelo inconsciente e pela ideologia e, necessariamente por isso, assujeitado socio-historicamente. (PÊCHEUX, 2014). Como ressalta Henry (1992) ao comentar a influência do pensamento lacaniano para a concepção da noção de sujeito do discurso, “se há uma coisa que emerge de toda experiência analítica é que a dimensão do inconsciente, como a da ideologia, não é da ordem da individualidade” (HENRY, 1992, p. 140). E acrescenta que o sujeito “é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação”. (HENRY, 1992, p.188).

É através de uma teoria não subjetiva do sujeito que se pode apreender a ilusão de autonomia e unidade como um efeito ideológico, aquele da interpelação do indivíduo em sujeito. Este processo de constituição do sujeito pensado por Pêcheux (2014), isto é, associado à relação entre ideologia e inconsciente, propõe que o recalque e o assujeitamento estão materialmente ligados. Na base do mito idealista do sujeito dois funcionamentos estão em jogo: o esquecimento do sujeito (nº1), “que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2014, p. 162); e o esquecimento de sentido (nº2), “pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase (PÊCHEUX, 2014, p. 161).

Tal funcionamento refletiria no processo em que as condições ideológicas se realizam, ou seja, o processo do significante na interpelação e identificação do sujeito. Por isso que a categoria do sujeito é constitutiva da ideologia, de forma que "não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia" (ORLANDI, 2015, p.15).

Para isso, devemos, antes de tudo, reconhecer que a ideologia e, logo, os discursos, não funcionam perfeitamente. Isto significa que, nos processos discursivos, onde ideologia e sistemas significantes se articulam, há sempre falhas, “furos”, incompletudes e apagamentos, e é este funcionamento que serve de indício para que se compreenda os pontos de resistência do sujeito. Como afirma Orlandi (2016, p. 214), “a univocidade e a ambiguidade são coextensivas”.

Na questão do suicídio, propomos a noção de “destituição simbólica” como processos severos de dessubjetivação e dessimbolização (dois aspectos de uma crise da relação entre sujeito e discurso). Compreendemos este conceito como o processo pelo qual o sujeito vai se desidentificando com os discursos majoritários e legitimados socialmente. Como não há sujeito sem sentido (ORLANDI, 2015), observamos um processo de restituição, embora nem sempre pelas vias reconhecidas socialmente. A restituição pode ser o próprio desejo de aniquilação de si. Contudo, nada disso acontece fora do esteio das relações de poder. Se, como Foucault (2017)¹², aceitarmos que onde há poder, há resistências, desenvolvemos a hipótese de que as formas de desistências também só ganham sentido em uma dada relação discurso/poder.

De acordo com a afirmação de que a formação discursiva não é uma máquina lógica, a entendemos como uma “unidade dividida”, heterogênea, com fronteiras sendo deslocadas continuamente conforme o jogo político-social. Por isso que a contradição é constitutiva da formação discursiva. “Cada formação discursiva define-se em sua relação com as várias outras formações, em sua articulação (contraditória) com a ideologia” (ORLANDI, 2012, p.146).

Podemos apreender esse movimento fundamental da formação discursiva nos exemplos que se seguem retirados das postagens de sujeitos suicidas no Facebook¹³.

Exemplo 1: A) Eu quero viver,
 B) (mas) quero ser livre e feliz,
 C) (porém) parece q não dá pra ser feliz tendo que agradar a todos e a si mesmo

Podemos nomear, sem muita pretensão de aprofundamento, cada enunciado como

¹² Original publicado em 1976

¹³ Todas as capturas de tela dos textos presentes nesta análise podem ser conferidas nos anexos

atravessado pelas seguintes FDs: A) FD da potencialidade da vida; B) FD da Liberdade/Felicidade; C) FD do Altruísmo/Individualismo. Todos estes enunciados foram produzidos enquanto o sujeito fazia uma opção diante da vida. Para entender os sentidos de um enunciado é preciso pensar sua articulação e sua relação de contradição com os demais. A priori, as FDs que atravessam o texto não são necessariamente conflitantes, mas são colocadas em relação adversativa em uma filiação à formação ideológica neoliberal, quando tais valores, muito embora advogados, podem parecer irrealizáveis ao sujeito. Por este motivo que dizemos em AD que o que define o sujeito é o lugar do qual ele fala em sua relação com os demais lugares de determinada formação social.

Como entende a AD, o sujeito, o sentido, o pensamento e o mundo resultam de processos, histórico-discursivos complexos mediados pela linguagem e pela interpretação (ORLANDI, 2015). Assim, questionar sobre os processos de subjetivação significa inquirir sobre o funcionamento da linguagem e da ideologia e, além disso, em um segundo momento, buscar a constituição dos discursos em determinada formação histórica e social – incluindo, aí, as formas institucionais e políticas. A esta exterioridade chamamos de condição de produção, que inclui tanto a situação imediata de enunciação (contexto de situação, no sentido estrito) como os fatores do contexto sócio-histórico, ideológico (contexto de situação, no sentido lato). (Orlandi, 1983). Pois, como todo discurso pressupõe a regulação de uma ordem do discurso (FOUCAULT, 2014), assim também ocorre em relação ao discurso de si no Facebook.

Pensamos, assim, tentar percorrer uma análise fundamentada na questão da interpelação subjetiva, sem deixar de lado o fato de que a interpelação e sua função tem uma forma histórica precisa em dada conjuntura. Por isso, é fundamental pensá-la em relação à ideologia dominante. Para Orlandi (2016), a ideologia capitalista opera produzindo seu próprio apagamento, criando a ilusão de naturalidade do sujeito com a sua realidade individual e social.

Faz parte da ideologia, no capitalismo, a existência de formas de onipotência no chamado domínio pessoal em que a posição é “se eu quiser, posso tudo” e essa posição aparece como se sustentando na vontade de consciência. No sujeito como origem e dono de si. Ilusão de transparência do sujeito para si mesmo. E há formas de onipotência também no domínio do social: “juntos podemos tudo”, posição que se sustenta na quantidade e na pretendida consciência coletiva. Ilusão da transparência da sociedade, negação da ideologia. Lugar do entendimento da necessidade da política, essas ilusões trazem em comum uma relação com a autoridade do saber e o saber da autoridade. Esquecendo o real e o atravessamento do poder (a força) e o atravessamento do sentido (a ideologia, o equívoco), sugerem que quando se quer se pode tudo fazer. Ilusões que derivam da ideologia, esta

entendida não como ocultação mas como produtora de evidências, imaginário que relaciona o sujeito a suas condições materiais de existência. Ancilar à articulação do simbólico com o político. Pagamento do real da história, de sua materialidade. (ORLANDI, 2016, p. 213)

É assim que Pêcheux buscará aprofundar a noção de forma-sujeito capitalista como uma forma histórica de interpelação ideológica própria desta estrutura. No entanto, cabe que ressaltar que a forma-sujeito não é senão um efeito e um resultado dos processos socio-históricos. O ponto de partida da teoria do sujeito de Pêcheux (2014) “não é o homem, o sujeito, a atividade humana etc., mas, ainda uma vez, *as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção*” (p. 168).

Neste trabalho, retomamos a noção de modos de subjetivação, que permeia as obras de Foucault (2006¹⁴, 2008¹⁵, 2012¹⁶, 2017b¹⁷) e tantas vezes retomado pela AD (ORLANDI, 2016), para propor o modo neoliberal como uma modulação da forma-sujeito capitalista. Desta forma, entendemos a formação ideológica neoliberal em relação de dominância em sua articulação com o todo complexo das formações discursivas. É sob esta perspectiva que mapearemos as formações discursivas que atravessam os enunciados elencados e dotam os textos suicidas de sentido.

Sob a perspectiva da AD, a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea. Em um mesmo texto, o sujeito ocupa várias posições diferentes. Isto ocorre porque a ideologia não funciona como uma máquina lógica perfeita, imune às discontinuidades e contradições. É isto que os enunciados de discursos diversos, derivados de formações discursivas diversas, representam: a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia não ocorre sem falhas. (ORLANDI, 2012).

A consideração de que são as formas ideológicas de assujeitamento que regem os mecanismos de enunciação nos leva a refutar a tese da liberdade do sujeito falante. Ao contrário das teorias da enunciação, que consideram detectáveis, no texto, de forma mecânica e empírica as marcas que demonstram a relação entre sujeito e linguagem, a perspectiva discursiva percebe os mecanismos enunciativos como construções discursivas cujos efeitos são de caráter ideológico. Por isso, não são unívocos nem autoevidentes. Para Orlandi (2012), tais marcas são como "pistas", impossíveis de serem apreendidas diretamente.

Para se atingi-las é preciso teorizar. Além disso, a relação entre as marcas e o que

¹⁴ Curso dado no Collège de France em 1981, publicado como “A hermenêutica do sujeito”. cf. Referências

¹⁵ Curso dado no Collège de France em 1978, publicado como “Nascimento da biopolítica”. cf. Referências

¹⁶ Original publicado em 1969

¹⁷ Original publicado em 1984

elas significam é tão indireta quanto é indireta a relação do texto com suas condições de produção. No domínio discursivo não se pode, pois, tratar as marcas ao modo "positivista", como na linguística. (ORLANDI, 2012, p. 72).

É tal afirmação, de que enunciados diversos são materializações de formações discursivas diversas, que pretendemos mostrar nos discursos de sujeitos suicidas. Conforme Orlandi (2012), é preciso entender o discurso como regularidade de uma prática, não como um conjunto de textos. Assim, sendo uma prática, para encontrar sua regularidade importa muito mais analisar os processos de sua produção que necessariamente seus produtos. Pensar uma relação automática entre discurso e situação revela a mesma tendência mecânico-empirista que propõe pensar as marcas linguísticas em si mesmas. O discurso não é um reflexo de uma situação nem está determinado automaticamente por ela.

O arquivo construído para as discussões que seguem foi resultado da coleta de publicações em perfis pessoais no Facebook. Acedemos a estes perfis a partir de notícias publicadas na imprensa, em portais locais e a partir de indicação de contatos do Grupo Sensus. Primeiramente, nos focamos em coletar postagens publicadas em até seis meses antes do cometimento do suicídio. Em seguida, para a escrita desta pesquisa, estreitamos o conjunto de nosso objeto empírico para aquelas publicações escritas como uma antecipação do suicídio, como uma nota suicida, nas horas que antecederiam o ato. Portanto, neste trabalho não constam publicações de pessoas que se suicidaram e não deixaram um último relato. Consideramos que outras reflexões são necessárias para a análise deste material.

As postagens publicadas na iminência do ato funcionam como correlatos discursivos das cartas suicidas, e são marcadas por uma estrutura enunciativa do anúncio do suicídio. Alguns componentes são a despedida, as motivações, pedidos de perdão e orientações aos parentes, amigos e família.

Os relatos que compõem nosso arquivo analítico foram coletados no Facebook entre 2017 e 2018. Todos as postagens também foram publicadas neste período. Este não foi um recorte delimitado por nós, mas se impuseram como obstáculo devido ao fato de alguns perfis pessoais não estarem mais disponíveis para consulta pública ou desativados. À exceção de um relato, todos os outros posts que compõem o arquivo tiveram a captura de tela feita pelo autor deste trabalho. Naquele, recorremos a fotos publicadas em um portal local. Em todos os perfis aos quais tivemos acesso, constavam o aviso do estatuto de memorial¹⁸.

¹⁸ Quando o dono de uma conta morre, é possível que o perfil se torne um memorial por solicitação de amigos, familiares ou contato herdeiro. Neste caso, a descrição do perfil é apresentada com o aviso “Em memória de”. Cf. Facebook: <https://www.facebook.com/help/contact/651319028315841>

3.1 NEOLIBERALISMO, INDIVIDUALISMO E SUJEITO EMPRESARIAL

Os conceitos foucaultianos de biopolítica, biopoder e governamentalidade são cruciais para as reflexões que Dardot e Laval (2016) tecem acerca da sociedade neoliberal e os modos de subjetivação suscitados em meio à sua normatividade. Para estes autores, o neoliberalismo, longe de ser somente uma ideologia ou política econômica, é um sistema normativo de alcance global, cuja lógica, a do capital, estendeu-se a todo tipo de relações sociais e a todas as esferas da vida.

Dotado de uma notável capacidade de autofortalecimento, a despeito das crises e depressões que engendra, o neoliberalismo possibilitou o surgimento de normas e instituições que são a materialização dos modos de governo - no sentido foucaultiano - mais eficazes já registrados. As crises, ao invés de limitá-lo, propiciaram seu recrudescimento e sua trajetória de ilimitação. (DARDOT; LAVAL, 2016).

O que ocorre nesta nova racionalidade vai muito além dos fatores sociológicos e políticos, afetando profundamente as formas subjetivas de mobilização, cooperação e ação coletiva, dificultadas pelo regime concorrencial a que todos os indivíduos são submetidos.

As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.9)

Não perdendo de vista o binômio foucaultiano, isto é, a relação saber-poder, Dardot e Laval (2016) assinalam que tal aprofundamento dos valores neoliberais não seria possível sem uma refundação intelectual do clássico liberalismo econômico, principalmente se ponderarmos que o relativo descrédito da ideologia do “laissez-faire” não impediu que o neoliberalismo predominasse enquanto sistema normativo capaz de orientar globalmente as práticas individuais e de governo. Segundo os autores, é um erro comum confundir a representação ideológica do neoliberalismo com a normatividade prática que o caracteriza. Assim, torna-se indispensável considerar as condições histórico-discursivas de produção dessa nova racionalidade, tanto em seu viés prático quanto normativo.

A partir disto, o que convencionou-se chamar “crise do liberalismo” foi o embrião do neoliberalismo. Mas esta “crise” está longe de ser uma formulação consensual e acabada. É um fenômeno multifacetado que envolve contradições internas do próprio liberalismo, a

dilaceração de sua unidade em movimentos intelectuais diversos, a revisão dos dogmas dominantes até meados do século XIX - liberdade de comércio, direito natural, propriedade privada e equilíbrio do mercado - e a dificuldade de reduzir as “soluções” dos conflitos sociais a uma pura soma de trocas contratuais individuais. Mas todos estes diagnósticos da crise só tornam-se válidos se o liberalismo for reduzido a uma crença na espontaneidade do mercado em produzir o equilíbrio e se a reflexão permanecer no plano das ideias.

O que interessa nesta “crise” é justamente o fato de o capitalismo ter perdido, em diferentes partes do globo, a capacidade de fazer da lógica do mercado o elemento fundamental do governo de si e dos outros. Isto quer dizer que foi uma crise da governamentalidade liberal, “uma crise que apresenta essencialmente o problema prático da intervenção política em matéria econômica e social e o da justificação doutrinal desta intervenção” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.38). Não obstante a carência de respostas que o “capitalismo histórico” formulava para os problemas sociais desde a industrialização, o que o liberalismo clássico falhou em compreender, e demorou a reagir, foi o fenômeno da empresa e suas formas de organização, cuja atuação resultava em concentração de recursos e instituiu novas formas de competição.

O reconhecimento do “débâcle” do liberalismo não se restringia aos socialistas ou a grupos reacionários. Os esquemas teóricos e a idealização da harmonia econômica suscitada pelo mercado era cruamente desmentida pela emergência de gigantescos grupos cartelizados e pela marginalização das pequenas unidades que destruía a crença na concorrência leal e benéfica a todos.

De acordo com Dardot e Laval (2016), as tensões internas são parte do universo liberal, cuja unidade sempre fora problemática. Um dos sintomas da longa crise foram as repetidas revisões no próprio interior do movimento intelectual. Já em meados de 1830, esta tendência foi expressa nos pensamentos de Alexis de Tocqueville - para quem a democracia pendia naturalmente para a concentração de poderes e a centralização avançava às custas das liberdades individuais - e John Stuart Mill - que concordava em parte com Tocqueville, mas formulava algumas objeções; para Mill, era a predominância da busca da riqueza que representava a maior transformação social, cujo princípio era o declínio de determinados valores intelectuais e morais.

Tocqueville e Mill atestam, segundo Dardot e Laval (2016), as dúvidas que permeavam o campo liberal desde o início. Mill relativizava, inclusive, a natureza do direito à propriedade privada. Para o economista inglês, este deveria obedecer ao exame social e ser

favorável ao bem público. Este utilitarismo que possibilitou a justificação da intervenção política foi objeto de uma crítica feroz de Herbert Spencer, cujo pensamento foi o responsável por introduzir, no seio do campo liberal, certos temas que iriam compor o cerne do neoliberalismo, notadamente o primado do regime concorrencial nas relações sociais.

O spencerismo se constituiu como uma contraofensiva aos “traidores” que defendiam reformas sociais visando o bem-estar da população. Esta filosofia, que se tornou muito popular na Inglaterra e nos Estados Unidos no fim do século XIX, estava assentada mais em um utilitarismo de bases evolucionista e biológica que jurídica e econômica. Para Spencer, qualquer intervenção deveria ser refutada na medida em que deveria prevalecer a cooperação voluntária contratualista. Qualquer ação em contrário seria ir de encontro à marcha da história. Isto porque a sociedade tem leis fundamentais, assim como tudo na natureza. Tal argumento sustenta sua tese da “sobrevivência dos mais aptos”, que dará ensejo à crítica violenta a qualquer forma de auxílio aos mais pobres por parte do Estado. Spencer conjuga interpretações de crenças sociais, cristãs - pelo menos em seu ponto de vista - e científicas para postular que aquele que não consegue se bastar deve perecer, de forma a não desabonar os meritórios em função da incapacidade dos demeritórios (DARDOT; LAVAL, 2016).

Spencer irá atacar, no pensamento de Hobbes, o que via como uma superstição política: o Estado e as categorias políticas que o davam legitimidade. Bentham também será alvo da filosofia spenceriana no que diz respeito à criação de direitos pelo Estado. A “evolução” seria a prova da anterioridade dos direitos estabelecidos contratualmente entre duas ou mais partes em relação à legislação positiva. Tal pensamento se baseava no princípio da cooperação que impelia o homem, como espécie, a buscar suas necessidades vitais e sociais através de contratos tacitamente respeitados em função de uma vivência em grupo. Para Spencer, o estado só molda o que já existe na natureza (DARDOT; LAVAL, 2016).

Tencionando criar uma sociologia científica de base evolucionista e biológica, Spencer, valendo-se de Comte, estende o princípio da divisão fisiológica do trabalho às realidades físicas, biológicas e humanas, transformando-o “num princípio da marcha universal da matéria e da própria vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 51). A publicação de “A origem das espécies”, em 1859, levará Spencer a fazer sua própria interpretação da teoria da evolução e da seleção natural. É quando cunhará sua famosa expressão, “sobrevivência dos mais aptos”.

[...] notaremos que, para Spencer, a teoria darwiniana parecia corroborar a teoria do

“laissez-faire” da qual ele se fez arauto, como indica o paralelo entre a evolução econômica e a evolução das espécies em geral que ele estabelece em seus “Princípios de biologia”. Para ele, a primeira é apenas uma variedade da “luta pela vida”, que faz prevalecer as espécies mais bem adaptadas a seu meio. Esse paralelo conduzia diretamente a uma deformação profunda da teoria da seleção, na medida em que não era mais a herança seletiva das características mais adaptadas à sobrevivência da espécie que importava, mas a luta direta entre raças e entre classes que era interpretada em termos biológicos. A problemática da competição levava a melhor sobre a da reprodução, dando origem, assim, ao que foi chamado de maneira muito imprópria de “darwinismo social” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 52)

Dardot e Laval (2016) sublinham que o pensamento de Spencer representou um dos mais significativos pontos de virada no campo liberal. O argumento central de que na vida social prevalece a luta pela sobrevivência foi o que possibilitou a passagem da lei da evolução biológica para suas repercussões políticas. Acrescenta-se a isso a expressa orientação malthusiana de suas colocações, que permitiu afirmar que “nem todos os homens são convidados para o grande ‘banquete da natureza’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.52). Sua leitura inadequada do darwinismo permitiu, ainda, acrescentar que a competição era o próprio princípio do progresso da espécie, ou seja, da humanidade. Daí, pode-se entender como a concorrência econômica é uma norma vital geral. Interrompê-la seria impedir o próprio curso da evolução.

Com este naturalismo exacerbado, o que se opera é um deslocamento do eixo do pensamento liberal: a necessidade vital passa do modelo de divisão do trabalho para o concorrencialismo. Este regime discursivo, explicam Dardot e Laval (2016), em adição a favorecer os interesses ideológicos tanto de empresas quanto de economias nacionais, vai fazer a concepção do motor do progresso passar da “especialização” para a “seleção”.

Como é de se esperar, uma mudança desta natureza terá efeitos distintos. No primeiro modelo, comercial e mercantil, presente nos pensamentos de Adam Smith, por exemplo, a livre troca favoreceria a especialização que por sua vez impactaria na produção nacional. O aumento da produtividade média decorrente da especialização beneficiaria a todo o conjunto social. Para Dardot e Laval (2016)...

Essa não é uma lógica eliminatória do pior dos sujeitos econômicos, mas uma lógica da complementaridade que melhora a eficácia e o bem-estar do pior dos produtores. É claro que aquele que não quiser obedecer a essa “regra do jogo” deve ser entregue à própria sorte, mas aquele que participa do jogo não pode perder. No segundo modelo, ao contrário, nada garante que aquele que participa da grande luta da seleção natural irá sobreviver, apesar de seus esforços, de sua boa vontade, de suas capacidades. Os menos aptos, os mais fracos, serão eliminados por aqueles que são mais adaptados, mais fortes na luta. Não se trata mais de uma lógica da promoção geral, mas de um processo de eliminação seletiva. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.53).

O spencerismo, portanto, visto como um evento teórico em reação à crise do liberalismo, resignificou uma série de conceitos clássicos desta corrente de pensamento que, mesmo posteriormente, quando o evolucionismo biológico foi abandonado, marcou de forma aguda o campo neoliberal em seus mais diversos ramos. Seu principal legado teórico à visão neoliberal será o da concorrência como o motor do progresso das sociedades. (DARDOT; LAVAL, 2016)

Para Dardot e Laval (2016), a originalidade do neoliberalismo reside no que concerne ao indivíduo e sua relação com as instituições. Nas mais variadas correntes que se manifestaram no Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris em 1938 e que é considerado o marco fundador do neoliberalismo, a despeito daquelas que defendiam a necessidade da intervenção governamental – como o próprio Lippmann e os ordoliberalis alemães – Von Mises proclamava uma recusa profunda a essa ideia e se apegava ao princípio do *laissez-faire*. Mas tais ideias não eram apenas um retorno ao dogmatismo liberal. A novidade consistia na argumentação de que a concorrência e a empresa deveriam ser valorizadas como uma forma geral da sociedade.

Além da ênfase à ação individual e ao processo de mercado, Mises e outros autores austro-americanos postulavam uma nova dimensão do homem a partir do “empreendedorismo”. Este deveria ser “o princípio de conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.134). Será precisamente esta resignificação do homem e seu papel na realidade social a principal contribuição dessa corrente: a dimensão antropológica do homem-empresa. As estratégias traçadas pelo neoliberalismo, como a criação de situações de mercado em todos os aspectos da vida social e a produção do sujeito empresarial, são donatárias em muito maior medida da corrente austro-americana que propriamente do arranjo da economia neoclássica.

Desta maneira, Von Mises e, além dele, Hayek, tomavam a ideia de concorrência a partir de uma concepção muito diferente daquela presente nos trabalhos dos pensadores neoclássicos. Enquanto para estes a concorrência consistia em um estado que poderia ser conduzido idealmente a um equilíbrio, portanto, tendo que ver com a noção do “estático”, para os austro-americanos a concorrência era vista como um princípio dinâmico de descoberta e inovação. Por isso, deveria impulsionar uma conduta do sujeito que visava superar os outros na busca por oportunidades de lucro. O que opera é uma radicalização de uma teoria cujos aspectos já presentes no liberalismo clássico – como o desejo de melhorar de vida, ter sucesso, etc – sofrem um deslocamento para a dimensão da competição e da rivalidade.

(DARDOT; LAVAL, 2016)

Assim também ocorre com a palavra “mercado”, que, embora seja a mesma do pensamento liberal tradicional, designa um outro conceito. Para os austro-americanos, o mercado é um ambiente que modifica os sujeitos ao estimular um movimento constante de mudança, descoberta e aprendizado. (DARDOT; LAVAL, 2016)

[...]os austro-americanos seguem o caminho do “subjativismo”, isto é, do autogoverno do sujeito. O homem sabe se conduzir não por “natureza”, mas graças ao mercado, que constitui um processo de formação. Posto cada vez mais frequentemente em situação de mercado, o indivíduo pode aprender a conduzir-se racionalmente. Esboça-se assim, dessa vez de maneira indireta, o tipo de ação ligado à governamentalidade neoliberal: a criação de situações de mercado que permitem a esse aprendizado constante e progressivo. Essa ciência da escolha em situação de concorrência é, na realidade, a teoria do modo como o indivíduo é conduzido a governar a si mesmo no mercado. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 141).

Como se vê, a economia também sofre uma redefinição. É mais uma questão de escolha do que necessariamente de cálculo de maximização. A teoria dos preços de mercado é transformada em uma teoria geral da escolha humana. Para Dardot e Laval (2016), trata-se de uma redefinição do *homo oeconomicus* de que Michel Foucault descrevera em “O Nascimento da biopolítica”.

Retomando as reflexões de Foucault (2008) acerca do *homo oeconomicus*, considerado a gênese do sujeito neoliberal, ou “empresa-de-si-mesmo”, este *homo oeconomicus* “aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável” (FOUCAULT, 2008, p. 369).

Para Foucault (2008), o modelo do *homo oeconomicus*, sujeito básico da razão governamental que surge no liberalismo do século XVIII, é o foco da aplicação indistinta da análise economicista, o que moldará suas condutas e comportamentos que, a priori, não pertencem à esfera do mercado e da economia. Ou não pertenciam. O fenômeno da generalização do objeto econômico a toda forma de conduta, racional ou não-racional, é o que definirá a economia psíquica deste sujeito referencial do liberalismo.

A estratégia da racionalidade neoliberal de nossos tempos (DARDOT e LAVAL, 2016), vista como um aprofundamento e uma redefinição através da generalização da doutrina econômica liberal, consiste, então, em fabricar simbólica e materialmente a realidade dos indivíduos, produzindo situações de mercado, organizando a “obrigação de escolher” para que

todos reconheçam esta situação como a “realidade”, ou seja para que todos incorporem a faculdade de realizar cálculos de interesses individuais como necessidade e, mais ainda, como a única “regra do jogo”.

O que dá ensejo a uma defesa da liberdade de mercado é a concepção deste como um “processo de formação de si”, onde o indivíduo poderá testar-se, aprender e corrigir-se em um processo de autogoverno cujo nome é o empreendedorismo.

A valorização do empreendedorismo é fundamental na redefinição do sujeito referencial da racionalidade neoliberal. É uma função que não se restringe somente às esferas econômica e mercantil – como vimos, a própria economia passa a ser encarada como uma teoria da escolha – mas é uma faculdade inerente a todos os sujeitos, que permite que este torne-se empreendedor em diversos aspectos de sua vida, ou até mesmo “empreendedor de sua vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.151). É uma proposta genérica cujos contornos antropológicos redesenham o homem econômico. A sistematizada “lenda do empreendedorismo” ganha ainda mais força no cenário empresarial, fazendo da inovação o princípio universal da organização. “Todos os problemas são solucionáveis dentro do 'espírito da gestão' e da 'atitude gerencial'; todos os trabalhadores devem olhar para sua função e seu compromisso com a empresa com os olhos do gestor”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 154).

Este quadro em que se funda as bases da racionalidade liberal deu consistência teórica a uma antropologia do homem empresa-de-si, o sujeito referencial desta razão. O reinvestimento de áreas externas ao campo classicamente delimitado da ciência econômica – materializados em noções como “capital humano” e “capital social”, por exemplo - fornece o suporte discursivo essencial à governamentalidade neoliberal da sociedade. (DARDOT; LAVAL, 2016)

No entanto, por mais influente que tenha sido as concepções neoliberais do homem como capital, elas não foram, segundo Dardot e Laval (2016), as responsáveis pelas mutações subjetivas em larga escala que hoje é possível constatar. Para que este novo sujeito pudesse vir à tona, tais ideais tiveram de tomar corpo materialmente através da instauração de “dispositivos múltiplos, diversificados, simultâneos ou sucessivos, que moldaram duradouramente os sujeitos”. (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 215)

Isto é verdade principalmente se considerarmos não somente a dimensão negativa do poder, mas também a sua força produtiva, que estimula o prazer, ou seja, se o considerarmos como “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”. (FOUCAULT, 2018c, p. 45). Só

desta forma a racionalidade neoliberal poderia instituir um novo sistema de disciplinas, ao instituir um tipo de poder que, ao contrário de exercer-se puramente pela coerção, acompanha, orienta, influencia, enfraquece ou desvia o desejo individual. O poder penetra e participa do cálculo de gozo do indivíduo.

Essa governança indireta às condutas individuais como estratégia neoliberal está engendradora na “liberdade de escolher”, cujo efeito produz um apagamento de sua dimensão normativa e coercitiva. Neste imperativo está implicada

a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha 'com toda a liberdade' o que deve obrigatoriamente escolher para seu próprio interesse. O segredo da arte do poder, dizia Bentham, é agir de modo que o indivíduo busque seu interesse como se fosse seu dever, e vice-versa. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 216)

Como dissemos, ao discurso neoliberal procedeu-se uma mudança progressiva das relações e uma transformação das práticas que tiveram efeitos subjetivos neste espaço social delimitado por essa discursividade. Este regime deu ensejo a um desaparecimento gradual das diferentes esferas da vida do sujeito – moral, religiosa, política, econômica, estética e intelectual. Sob os auspícios da democracia política e do capitalismo, o homem moderno dividiu-se em dois: o sujeito de direito e o econômico, com forte pendor para este último polo. Para produzir este “neossujeito” (DARDOT; LAVAL, 2016), a sociedade neoliberal tem como foco o desejo do indivíduo, para que se possa, neste sujeito unitário, aplicar indistintamente as estratégias de autogestão e autocontrole para produzir um *ethos* de autovalorização fundamentado na racionalização do desejo.

Para Dunker (2017), o neoliberalismo, situando-se em um posto intermediário entre uma etapa difusa do capitalismo e a teoria econômica que delineamos acima, apresenta-se como uma forma de vida, que, de forma eficaz, desenvolve-se a partir da descoberta de que é possível extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento.

Desta forma, todos os domínios da vida são recursos em potencial para serem geridos, seja por si mesmo ou pelos outros. Por isso, toda a subjetividade é convocada para o modo de gestão da governamentalidade neoliberal. “Tudo é mercado. Educação é investimento. Saúde é segurança. Relações são networking. Imagem é marketing pessoal. Cultura é entretenimento. Pessoa é o empreendedor de si mesmo” (DUNKER, 2017, p. 285).

Para Ehrenberg (2010), as relações sociais hoje em dia se dão cada vez mais em uma lógica em que os afetos são orientados por valores como o ideal de autonomia individual,

as escolhas de vida e a autorrealização. Conseqüentemente, aspectos como a subjetividade individual, assim como as emoções, os afetos, o sofrimento psíquico e a saúde mental são posicionados no cerne da vida social.

Nesta articulação da gestão dos afetos na contemporaneidade, Freire Filho (2010) detecta que as últimas décadas do século XX testemunharam a emergência cultural do imperativo da felicidade e dos meios prescritos para atingi-la. Assim, a felicidade passa a ser “a mola propulsora de todas as ações humanas, a obrigação e o direito primordial de cada um de nós” (FREIRE FILHO, 2010, p. 13). Segundo o autor, este é um propósito tão evidente e naturalizado que não se percebe a especificidade histórica da demanda subjetiva pela felicidade.

Em suas sedutoras vestes contemporâneas, a felicidade não se afigura como cortesia dos deuses, nem como resultado de um árduo esforço coletivo para a transformação de circunstâncias externas. Não estaria atrelada à sorte (trunfo da aleatoriedade), ao destino (manifestação de uma ordem preestabelecida) ou à recompensa final por uma vida virtuosa. Tampouco dependeria, substancialmente, das ações distributivas ou assistências do Estado. A felicidade se insinua, no imaginário popular e científico, como um projeto de engenharia individual. (FREIRE FILHO, 2010, p. 13)

Elementos da matriz ideológica neoliberal constituem fortemente as expressões de sofrimento levantadas neste trabalho:

[N1] Quando era criança achei q teria o mundo aos meus pés, hoje vejo o quão insignificante eu sou

[N2] A vida é feita de escolhas e eu escolhi morar com Deus!

[N3] O motivo do meu desespero é por causa da minha loja, isso mesmo para surpresa de uns e para a confirmação de outros, eu ia abrir minha loja, meu sonho estava começando a se realizar

[N4] eu estava feliz, muito bem, cheia de planos e sentimentos maravilhosos até o momento em que contratei uma arquiteta totalmente despreparada para cuidar do meu projeto.

[N5] Minha vida era tão boa, eu estava me tornando a mulher mais realizada que existe, eu estava ciente de que estamos passando por uma crise, mas mesmo assim preferi arriscar, eu queria ocupar minha cabeça com algo que eu gostasse e que me faria feliz e realizada profissionalmente

[N6] Eu queria dar esse orgulho para minha mãe, mostrando que eu sou capaz, queria também dar esse orgulho principalmente para meu marido que eu amo tanto e mostrar a ele que a mulher dele estava se tornando uma lojista determinada e batalhadora

[N7] Eu vou, mas deixo todos cientes do porquê de tudo isso. E não tem mais jeito de mexer no projeto, pois dinheiro já foi investido e meus primeiros pedidos estariam chegando na primeira semana de Setembro

[N8] Eu queria ser forte para isso, mas não estou conseguindo suportar essa dor, é um sonho que se tornou pesadelo, tô pirada, tô surtada, tô triste e amargurada e a arquiteta quer que eu engula as coisas AFIRMANDO que eu pedi daquela forma.

[N9] Essa foi uma decisão que eu tomei sozinho e estava apenas planejando a alguns anos

[N10] Esse ano era pra ser “meu ano”, pois além da inauguração da loja, eu iria convidar as pessoas que deixaram de falar comigo, para irem conhecer meu espaço, pois eu queria que essas pessoas notassem minha mudança interna, mas o ano e o mês dos sonhos não aconteceu e não vai acontecer, pois sou fraca e não sei lidar com esse tipo de sentimento, é ruim, doloroso e machuca muito! Meu projeto virou motivo de desespero e depressão!

[N11] eu quero isso pra mim

[N12] então decidi dar um fim a isso tudo. Cansei de merda de vida , cansei de pessoas falsas , cansei de tudo

[N13] E que esses infelizes destruidores de vida e lares paguem por todo meu sofrimento e por tirar minha vida q era cheia de planos!

[N14] Motivos:
pq eu quero kadkdoaksdk

[N15] Ana só quer ter um tempo para si, e não mais se cobrar além do limite.

[N16] Ana só quer um tempo para si, tempo de respirar, estudar, trabalhar, sem nenhuma pressão ou obrigação

Os enunciados em [N1] e [N10] são constituídos a partir de uma matriz discursiva baseada na relação da expectativa versus resultado, o que pressupõe a busca por uma conquista – na expressão “ter o mundo aos pés” e em “meu ano”. O efeito de frustração vem da constatação de tal impossibilidade, metaforizado pela insignificância. Remete a um forte marcador de subjetivação da geração nascida nas duas últimas décadas do século XX.

É sintomático como a metáfora do batalhador aparece como ideal do enunciador em [N6]. Esta narrativa se constituiu como uma poderosa subjetivação de matriz neoliberal no cenário brasileiro, modulado pelo ideal de autossuperação através da retórica da guerra e da “batalha” diária e contínua. Como tal, pressupõe uma nova política de identificação.

Podemos dizer que o Brasil pós-inflacionário gestou um novo tipo social [...], a saber, o batalhador, ou a nova classe trabalhadora. [...] O batalhador exprime, assim, uma nova modalidade de subjetivação na qual o trabalho adquire uma centralidade inovadora. Sua própria existência questiona a posição daqueles que obtêm e exibem signos de status social sem que possam apresentar as credenciais de sua obtenção por meios dotados de valor. (DUNKER, 2015, p. 90-91)

Desta maneira, o sujeito identificado com este regime discursivo tipicamente

brasileiro – que também pode ser identificado em [N5] e [N7] – produz uma imagem de si a partir da narrativa do sacrifício e da perseguição da vitória pelo trabalho. O fracasso, neste caso, segundo Dunker (2015), pode ser articulado em narrativas da “perda da alma” – “minha vida *era* tão boa” – e em estratégias de demanda e de reconhecimento baseadas na gramática do sacrifício, de privações autoimpostas e de gratidão – a crise de autoimagem em [N1], realizada pelo signo da insignificância, em [N8] e [N10] pela metáfora da fraqueza; a relação entre arriscar e sentir-se realizada em [N5]; o orgulho e o reconhecimento pela determinação profissional em [N6], a demanda de reconhecimento pessoal em [N10], metaforizada por “mudança interna”,

A relação do significante “vida” na tópica discursiva traz reflexões sobre como a formação discursiva configura os sentidos do mesmo. Por exemplo, em [N2], a sinonímia de “vida” é um conjunto de escolhas, o que nos remete à concepção da vida em situação de mercado. Não somente a isso, tomemos a articulação em [N13], “por tirar minha vida que era cheia de planos”. Esta fórmula, “cheia de planos”, articulada no eixo do sintagma com “vida” aparece diversas vezes neste texto¹⁹. Em [N4] está associada à noção de felicidade, como uma possível condição para esta – “eu estava feliz, muito bem, cheia de planos”.

A formação ideológica neoliberal, que prescreve a dinamicidade, velocidade e atenção contínua com vistas à inovação é o que suscita a qualificação “cheia de planos” como componente para uma vida feliz. Uma vida sem perspectivas, invariavelmente de crescimento profissional – que se tornou quase homônimo da metáfora do crescimento pessoal, também realizada em [N10] sob o sintagma “mudança interna” – é aquela que não vale a pena ser vivida, pois não tem sentido. Esta transmutação de valores atinge, inclusive, o plano lexical, em que “sonhos”, apreendidos na discursividade neoliberal, são “planos”, sonhar é planejar.

Tudo isto nos dá uma mostra de como a formação ideológica neoliberal engendra um rearranjo na subjetivação contemporânea, regulando a produção afetiva do sujeito e produzindo as evidências de seu processo de identificação. No entanto, também é possível perceber um fenômeno de contraidentificação do discurso neoliberal, uma forma de recusa que nos remete ao conceito foucaultiano de resistência (FOUCAULT, 2018c). Em [N15] e [N16], “tempo para si”, ao invés de produzir um efeito da ordem do egoísmo ou do individualismo, podem remeter a dimensões do sujeito não legitimadas socialmente, como uma profunda recusa a “participar do jogo”. Esta leitura é possível pela relação de isotopia discursiva, em que “não mais se cobrar além do limite” e “sem nenhuma pressão ou

¹⁹ Cf. Anexo B

obrigação” denotariam a dimensão concorrencialista

[N2], [N9], [N12] e [N14] são unidades interessantes que marcam um atravessamento pelo discursividade da escolha e do livre arbítrio. Mostram um certo grau de adesão ao discurso individualista, que prescreve o poder e o direito de despender da própria vida. Denotam, por isso, uma conclamação ao indivíduo, isto é, um certo apego a valores pessoais que, se não encontram as condições para se realizarem, direcionam para o suicídio como solução. É a primazia da escolha individual. Uma escolha, no entanto, que ao ir de encontro a uma das propriedades mais valorizadas no discurso ocidental, isto é, a vida humana, nos indica um processo de restituição ainda dominado pela formação ideológica neoliberal, mas baseada na própria ressignificação da valoração da vida, algo que, a depender da situação, passa a ser dispensável. Este processo pode dar as pistas para a hipótese da desistência. Também pode indicar uma espécie de “regionalização” da incidência da destituição e/ou da restituição simbólica.

3.2 O DISCURSO SOBRE O NORMAL E O PATOLÓGICO

As noções de normal, patológico, saúde e doença sofreram uma profunda redefinição a partir de Georges Canguilhem. Em “O normal e o patológico”, fruto de sua tese de doutorado apresentada em 1943, o médico e filósofo francês faz uma releitura dos conceitos vigentes até então no estudo das patologias.

Canguilhem (2000)²⁰ detecta que o pensamento médico frequentemente oscila entre duas representações de doença. As chamadas doenças de carência e as doenças infecciosas - ou parasitárias - e as doenças endócrinas e aquelas marcadas pelo prefixo “dis”. As primeiras marcariam a pregnância de uma teoria ontológica do mal, pois este poderia ser identificado, visto e representado pela presença de um agente estranho, um parasita. Todo este modo de encarar a doença e os possíveis desdobramentos terapêuticos - a delegação da cura à técnica e à terapêutica, sem nada esperar da vida ou da natureza, por exemplo - devem-se certamente a Pasteur e à teoria microbiana. As segundas reafirmariam uma teoria dinamista ou funcional, e tem sua genealogia na medicina grega hipocrática, em que a concepção de doença é totalizante, e não localizante, dinâmica e não ontológica. Assim, a doença é desequilíbrio e desarmonia, mas não somente isso, poderia ser a ação que a natureza submete o homem para que um novo equilíbrio seja encontrado. A doença é, então uma reação generalizada com

²⁰ Original publicado em 1966

intenção de cura, e a terapêutica e a técnica médica constituem-se como um prolongamento da ação médica natural do corpo (*vis medicatrix naturae*).

Embora uma concepção veja na técnica humana a resposta para a cura enquanto outra procure este sentido na natureza, ambas compartilham um ponto em comum: a diferença qualitativa entre doença e saúde, entre normal e patológico, ou seja a heterogeneidade de tais estados. Apesar disso, em desvelamentos modernos, Canguilhem (2000) aponta que dificilmente uma dimensão qualitativa entre tais estados poderia ser sustentada na medida em que apostava-se na capacidade humana de domar a natureza, dobrando-a aos interesses normativos da espécie. Fundada nessa crença, emergiu a perspectiva de que dominar a doença significava conhecer suas alterações em relação ao estado normal, e, conseqüentemente, a necessidade teórica de fundar uma patologia científica subordinada à fisiologia, ou seja, ao “correto” funcionamento dos estados vitais. Delimitar, determinar e classificar o “mal” são o imperativo desta concepção, o que levará a nosologia patológica ao auge, como nos trabalhos do psiquiatra Phillipe Pinel, por exemplo.

As ideias médicas cujos axiomas postulavam a patologia como o prolongamento da fisiologia irão evoluir e resultar na construção de uma teoria das relações entre o normal e o patológico segundo a qual estes nada mais são do que variações quantitativas daqueles. Assim, todo fenômeno patológico teria um fenômeno patológico correspondente. Bastava uma alteração quantitativa para que este se manifestasse. O patológico vai, então se designar a partir do normal, na semântica do “hiper” e do “hipo”.

Contudo, Canguilhem (2000) assinala que tal teoria não faz uma defesa absoluta da tese de que saúde e doença sejam apenas opostos quantitativos. Ocorre que, no entanto, uma teoria ontológica do mal proporciona uma crença na possibilidade de vencer científica e tecnicamente o mal, ideia que, levada às últimas conseqüências, esvaziaria o próprio conceito de doença e anularia o patológico. Uma aporia das mais graves.

Durante o século XIX, viu-se a empreitada científica de determinar a identidade real dos fenômenos normais e patológicos atingir o estatuto de dogma. Tal questão, legitimada e ampliada pelo poder que médicos e biólogos lhe garantiam, estendeu sua influência para campos diversos e heterogêneos, como a filosofia e psicologia. Sob a égide do dogma quantitativo, estas ideias foram expressas de formas e com finalidades distintas por Auguste Comte e Claude Bernard.

Segundo Canguilhem (2000), Comte parte do patológico para o normal com o objetivo de determinar “especulativamente” as leis do normal. Para o filósofo positivista, os

fenômenos biológicos, psicológicos e inclusive sociológicos estariam ordenados segundo o que ele chama de “princípio de Broussais”, cujo alcance seria universal. Dessa forma, Canguilhem (2000) detecta que Comte atribui a Broussais o postulado que teria sido expresso por Bichat, e antes por Pinel, de que todas as doenças consideradas como tal seriam apenas sintomas de lesões de tecidos. Tais lesões que causariam as perturbações vitais. Comte defende a relação fundamental entre patologia e fisiologia, tudo isso a partir de Broussais, segundo o qual todas as doenças consistem, substancialmente, de excesso ou falta de excitação dos tecidos, acima ou abaixo do grau que constitui o normal.

Não é por acaso que Canguilhem utiliza o termo “dogma” para definir os postulados de Comte, dado a extensão sistemática que elevou a concepção nosológica à categoria de axioma geral. Para o sociólogo, o princípio de Broussais, que tão bem explicava as variações no campo da biologia poderia - e deveria - ser aplicado às funções intelectuais, morais, e instrumentalizado para aperfeiçoar e confirmar as “leis sociológicas” e as complexidades do “organismo coletivo”. Nas próprias expressões utilizadas por Comte vê-se como o que era visto até então como princípios da fisiologia é hipostasiado ao campo do social, o que investe um princípio nosológico de autoridade inclusive política.

Canguilhem (2000) não deixa de avaliar como Comte, em sua insistência em determinar o “normal” a partir do patológico, negligencia notoriamente qualquer tipo de exemplificação precisa de natureza médica para ilustrar uma tese tão generalista e abstrata, assim como na explanação de que todo evento patológico teria seu correspondente fisiológico, não constituindo algo particularmente novo. Além disso, é flagrante como o filósofo positivista, mesmo pretendendo afirmar que o normal é esclarecido a partir do patológico e este a partir de sua restauração ao normal, aferra-se na pretensão de determinar, de forma prévia, o normal e seus limites de variação antes de explorar os casos patológicos. Isto sem conceber, ao menos, qualquer critério para estabelecer a normalidade de um fenômeno.

Finalmente, negando veementemente a diferença qualitativa entre os estados normais e patológicos na medida em que a patologia exprimia um simples prolongamento dos limites de variação, superior ou inferior, de fenômenos do organismo normal, Comte contraditoriamente utiliza termos vagamente quantitativos, como “harmonia de influências distintas, tanto externas quanto externas”, termos estes que preservam uma significação qualitativa. Segundo Canguilhem (2000), Comte herda tais imprecisões de Broussais, cuja inadequação de vocabulário também exprimia uma série de incertezas e lacunas. Termos como “anormal”, “patológico” e “mórbido”, por exemplo, são utilizados indistintamente,

assim como conceitos como “excesso” e “falta”, centrais para todas as proposições de Broussais apenas dissimulam uma pretensão métrica, cuja precisão inexistente em seus trabalhos.

É em relação a uma medida considerada válida e desejável — e, portanto, em relação a uma norma — que há excesso ou falta. Definir o anormal por meio do que é de mais ou de menos é reconhecer o caráter normativo do estado dito normal. Esse estado normal ou fisiológico deixa de ser apenas uma disposição detectável e explicável como um fato, para ser a manifestação do apego a algum valor. Quando Bégin define o estado normal como aquele em que "os órgãos funcionam com toda regularidade e uniformidade de que são capazes", não podemos deixar de reconhecer que apesar do horror que qualquer ontologia inspirava a Broussais, um ideal de perfeição *paira sobre essa tentativa de definição positiva*. A partir deste ponto podemos esboçar a objeção maior à tese segundo a qual a patologia é uma fisiologia mais extensa ou mais ampla. A ambição de tornar a patologia e, conseqüentemente, a terapêutica integralmente científicas, considerando-as simplesmente procedentes de uma fisiologia previamente instituída, só teria sentido se, em primeiro lugar, fosse possível dar-se uma definição puramente objetiva do normal como de um fato; e se, além disso, fosse possível traduzir qualquer diferença entre o estado normal e o estado patológico em termos de quantidade, pois apenas a quantidade pode dar conta, ao mesmo tempo, da homogeneidade e da variação. Não julgamos estar depreciando nem a fisiologia nem a patologia ao contestarmos essa dupla possibilidade. Mas, de qualquer forma, deve-se constatar que nem Broussais nem Comte preencheram essas duas exigências que parecem inseparáveis da tentativa à qual ligaram seus nomes. (CANGUILHEM, 2000, p. 36) [grifos no original]

Como dissemos anteriormente, o objetivo de Comte se difere daquele de Broussais. Para Canguilhem (2000), Comte pretendia conceber cientificamente uma doutrina política, em que, ao afirmar genericamente que as doenças não são uma alteração qualitativa nos estados vitais, justificava-se por suas ideias de que “a terapêutica das crises políticas consiste em trazer as sociedades de volta à sua estrutura essencial e permanente, em só tolerar o progresso nos limites de variação da ordem natural definitiva pela estática social (CANGUILHEM, 2000, p. 42).

Tão eficazes como as teorias de Comte em inspirar uma série de pensadores das ciências humanas, naturais e da saúde foi a influência do trabalho de Claude Bernard, muito embora as conclusões deste fossem resultados de anos de experimentação biológica e práticas metodicamente descritas. Enquanto em Comte a identidade do normal e do patológico é puramente conceitual, a empreitada de Claude Bernard visava defini-la precisamente em termos quantitativos e numéricos. Ao contrário de Broussais, Bernard acrescenta métodos de quantificação de conceitos fisiológicos, protocolos de experimentação e argumentos controláveis e passíveis de teste para sustentar sua teoria geral das patologias. Em comum, o pensamento de que o normal e o patológico eram estados homogêneos. Para Bernard, toda doença tem uma função normal correspondente da qual ela é uma expressão alterada. Bernard também não deixa de cair na contradição de convergir conceitos qualitativos e quantitativos

na definição dos fenômenos patológicos. Termos com os sufixos “des” e “dis”, como distúrbio, desproporção, desarmonia, deslizam ora para um sentido mais quantitativo ora para um mais qualitativo, o que para Ganguilhem, é bastante sintomático.

Essa ambiguidade é certamente instrutiva, pois revela a persistência do próprio problema no seio de uma solução que se acreditava ter sido dada a esse problema. E o problema é o seguinte: o conceito de doença será o conceito de uma realidade objetiva acessível ao conhecimento científico quantitativo? (GANGUILHEM, 2000, p. 53)

Outra crítica às conclusões de Claude Bernard reside no fato de este tomar um sintoma, cientificamente localizável e por inúmeras vezes corretamente definido por uma alteração quantitativa, por um fenômeno geral ou pela integralidade do estado patológico. Em resumo, o que Ganguilhem julga não é a questão de serem errôneas no método e na identificação de uma alteração fisiológica, mas o fato de serem insuficientes e parciais. Observações de alterações fisiológicas não são, em si, uma doença. Claude Bernard teria extrapolado tais observações, ilegitimamente, para Canguilhem, ao substituir sintomas pelos mecanismos, o que, ao contrário do que acreditava Bernard, nem assim elimina uma diferença qualitativa entre estados patológicos e normais. Isto fica ainda mais claro ao considerar a doença como um acontecimento que diz respeito ao organismo vivo encarado em sua totalidade, e não quando esta é dividida em uma multiplicidade de funções alteradas (CANGUILHEM, 2000).

Isto posto, a teoria de Bernard, assim como suas observações acerca da fisiologia, longe de estarem erradas por completo ou invalidadas em definitivo, teriam, para Canguilhem, aplicações em casos limitados: quando o fenômeno patológico fosse restringido a algum sintoma sem levar em consideração seu contexto clínico e quando a causa de tais sintomas fosse buscada em mecanismos funcionais parciais. Ainda assim, mesmo limitada, a teoria encontraria inúmeras dificuldades, visto que muitas doenças infecciosas desmentem a hipótese da continuidade do estado normal e do patológico assim como doenças nervosas invalidam, muitas vezes, a hipótese da homogeneidade de tais estados (CANGUILHEM, 2000).

Em suma, é a partir do “dogmatismo” positivista de Comte, assim como das metódicas descrições de Bernard, mas não somente destes como também dos escritos de Bichat e Leriche, que Canguilhem irá fazer uma revisão dos postulados para começar a ensaiar sua teoria. A originalidade do evento doença – o autor chega a afirmar que ser doente é, para o homem viver uma vida diferente -, a normatividade da vida e a integralidade

orgânica são elementos que compõem o cerne da tese de Canguilhem. E as perguntas suscitadas a partir da reflexão das teorias predecessoras são eloquentes:

Finalmente, seria conveniente dizer que o fato patológico só pode ser apreendido como tal — isto é, como alteração do estado normal — no nível da totalidade orgânica; e, em se tratando do homem, no nível da totalidade individual consciente, em que a doença torna-se uma espécie de mal. Ser doente é, realmente, para o homem, viver uma vida diferente, mesmo no sentido biológico da palavra.[...]É de um modo bastante artificial, parece, que dispersamos a doença em sintomas ou abstraímos de suas complicações. O que é um sintoma, sem contexto, ou um pano de fundo? O que é uma complicação, separada daquilo que ela complica? Quando classificamos como patológico um sintoma ou um mecanismo funcional isolados, esquecemos que aquilo que os torna patológicos é sua relação de inserção na totalidade indivisível de um comportamento individual. De tal modo que a análise fisiológica de funções separadas só sabe que está diante de fatos patológicos devido a uma informação clínica prévia; pois a clínica coloca o médico em contato com indivíduos completos e concretos, e não com seus órgãos ou funções. A patologia, quer seja anatômica ou fisiológica, analisa para melhor conhecer, mas ela só pode saber que é uma patologia — isto é, estudo dos mecanismos da doença — porque recebe da clínica essa noção de doença, cuja origem deve ser buscada na experiência que os homens têm de suas relações de conjunto com o meio. (CANGUILHEM, 2000, p.64)

Concordando com Sigerist, segundo quem a medicina é uma das ciências mais estreitamente ligadas ao todo da cultura - e uma sustentação desta afirmação seria o fato de que qualquer mudança nas concepções médicas está condicionada por transformações nas ideias de uma época - Canguilhem comprova como os escritos de Comte, Bernard entre outros compõem uma teoria que não é somente médica, mas científica e filosófica, e aqui acrescentaremos, também, moral. Todas elas satisfazem, ao mesmo tempo, diversas demandas e “verdades” do momento histórico e cultural em que foram formuladas (CANGUILHEM, 2000).

Desta forma, a crítica ao determinismo vem por reduzir a qualidade à quantidade que está implicada na identidade dos fenômenos fisiológicos e patológicos. Afirma, a partir de Hegel, que “a quantidade é qualidade negada, mas não suprimida”, pois a variação quantitativa, pelo aumento ou diminuição, constitui uma variação na dimensão qualitativa. Sem negar a realidade dos valores numéricos das funções fisiológicas, contesta, no entanto, que termos como “mais” e “menos” tenham uma significação puramente quantitativa quando entram na definição do patológico como uma variação do normal (CANGUILHEM, 2000).

É interessante notar como Canguilhem se utiliza da medicina das doenças mentais para defender que a doença, inclusive a que se expressa no somático, é um fato e um valor inteiramente novos. Em certas psicoses, a personalidade do doente é heterogênea da anterior, enquanto em outras existe um prolongamento. Tal natureza impossibilita a identificação de

um estado inicial da doença, assim como sua reprodução através da experimentação para que se defina padrões do normal. Isto também terá repercussões na formulação da totalidade da doença. Como não existem fatos psicológicos elementares passíveis de separação e discriminação, é impossível comparar sintomas patológicos com elementos da consciência normal. Logo, um sintoma só tem sentido patológico no seu contexto clínico que manifesta uma perturbação global. Este raciocínio justifica, também, que na consciência patológica podem existir fenômenos que não tenham equivalentes no estado normal (CANGUILHEM, 2000).

Ao esboçar sua tese, Canguilhem reafirmará a famosa frase de Leriche, que a “saúde é a vida no silêncio dos órgãos”; que, por isso, o normal biológico só é apreendido por infrações à norma; que não existe consciência concreta ou científica da vida a não ser pelo espanto causado pela doença; que em patologia a norma é individual; e que a anomalia somática deve ser encarada de modo idêntico à anomalia psíquica, pois se a vida é uma potência dinâmica de superação, como acredita, o normal do somático não pode ser uma média correlativa a um conceito social, mas uma noção-limite que define o máximo da capacidade física de um indivíduo (CANGUILHEM, 2000).

Contudo, tais considerações só terão valor se conjugadas com uma definição precisa do conceito de normal, algo que, segundo Canguilhem, é ignorado frequentemente pela fisiologia e medicina, embora se utilizem do termo sem determinar em qual sentido.

Essa despreocupação tem, aliás, razões válidas, sobretudo por parte do médico clínico. Em última análise, são os doentes que geralmente julgam - de pontos de vista muito variados - se não são mais normais ou se voltaram a sê-lo. Para um homem que imagina seu futuro quase sempre a partir de sua experiência passada, voltar a ser normal significa retomar uma atividade interrompida, ou pelo menos uma atividade considerada equivalente, segundo os gostos individuais ou os valores sociais do meio. Mesmo que a atividade seja uma atividade reduzida, mesmo que os comportamentos possíveis sejam menos variados, menos flexíveis do que eram antes, o indivíduo não dá tanta importância assim a esses detalhes. O essencial, para ele, é sair de um abismo de impotência ou de sofrimento em que *quase ficou definitivamente*. (CANGUILHEM, 2000, p. 91) [grifos no original]

A essa dificuldade de se chegar a uma determinação médica do normal e da saúde, Canguilhem é enfático: para ele, citando Jaspers, o médico é quem menos procura o sentido das palavras “saúde” e “doença”. A ideia dominante no meio social de tais conceitos acaba ficando a cargo da apreciação dos pacientes. Em comum aos diversos sentidos suscitados pela noção de estar doente, permanece o fato de ser um julgamento de valor virtual: nocivo, indesejável, socialmente desvalorizado, etc. Aí jaz o desinteresse das ciências médicas em

chegar a uma definição precisa. “O que lhes interessa é diagnosticar e curar”, afirma. Entendendo “curar” como promover o retorno a uma norma, o médico irá defini-la segundo sua representação comum no meio social em determinada época, de sua experiência vivida e da fisiologia, com claro predomínio desta última, a dita ciência do normal. Um normal segundo constantes de características médias, mais frequentes, no sentido estatístico, que dará caráter normativo à terapêutica por sustentar um tipo ideal através de procedimentos descritivos do funcionamento dito ideal (CANGUILHEM, 2000).

Portanto, dada a equivocidade do termo normal - que na história das ciências médicas designa tanto uma “norma”, a regra, o regular, a média, ou seja, um fato, quanto aquilo que é como deve ser, um ideal, ou seja, um valor atribuído a um fato - só faz sentido precisá-lo se considerarmos a vida como uma polaridade dinâmica (CANGUILHEM, 2000).

Se a vida é uma polaridade dinâmica, e isto significa dizer que tem uma normatividade própria, a doença é, para Canguilhem a produção de novas normas de ajustamento entre o organismo e o meio ambiente. No entanto, são normas que se apresentam como restrição e perda da capacidade de atuação do indivíduo. Um ponto interessante nesta perspectiva é o fato de Canguilhem associar o desenvolvimentos de novas normas ao princípio da diferenciação tão caro à teoria das espécies de Darwin. Desta forma, o que aparece como anormal pode prenunciar uma nova potência de normatividade vital. Dito, resulta que nem toda anomalia é doença. Não perdemos de vista, neste ponto, que a normatividade vital é normatividade biológica (CANGUILHEM, 2000).

Em suma, a vida é uma atividade que institui as próprias normas. Esta normatividade é polarizada contra tudo que pode se tornar um valo negativo, decréscimo de impotência. Se qualquer diversidade orgânica não implicar polarização negativa, a diferença, como anomalias, mutações e afins, não são entendidas como doença. Contudo, a vida não é uma mera tentativa de evitar adversidades biológicas. Ela é uma atividade cujo fundamento reside na capacidade de enfrentar os riscos e superá-los (CANGUILHEM, 2000).

É por isso que Canguilhem irá afirmar que não existe fato que seja normal ou patológico em si:

A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras formas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores às normas anteriores, serão chamadas patológicas. Se, eventualmente, se revelarem equivalentes – no mesmo meio – ou superiores – em outro meio – serão chamadas normais. Sua normalidade advirá de sua normatividade. O patológico não é a ausência de norma biológica, é uma norma diferente, mas comparativamente repelida pela vida.

A postura ambivalente em relação à anomalia pressupõe, com isso, que o portador da mesma possa ser produtor de valor e de normatividade. Este centro produtor é, na visão canguilhemeana, justamente o homem são, ou seja o homem normativo, capaz de instituir novas normas. O doente, pelo contrário, é aquele fiel a uma norma única, pois não tem margem que lhe propicie sustentar as mudanças orgânicas e/ou do meio. Esta reflexão permite chegar a uma noção de saúde que não esteja atrelada a constantes fisiológicas ou a qualquer outra de caráter quantitativo, pois o organismo saudável é aquele que produz normas na relação com o meio. Decorre daí uma nova perspectiva para a cura, pois, se a doença é um fato original cujo aparecimento decorre de uma mudança de caráter qualitativo, a cura também o é. Existe uma irreversibilidade da normatividade biológica. “Nenhuma cura é uma volta à inocência biológica”, escreve Canguilhem. Curar é, para o indivíduo, criar novas normas de vida, que podem, até mesmo, serem superiores às anteriores (CANGUILHEM, 2000).

Estas proposições repercutem, inclusive, nas reflexões acerca do meio ambiente, haja vista que o raciocínio de Canguilhem inverte a direção geralmente atribuída à função normativa. É o organismo, e não meio, que detêm a potência normativa. A noção reconhecida é de que o meio se estrutura a partir de operações de valoração determinadas pelo próprio organismo. Caso tais determinações não se realizem, tem-se o estado da doença (CANGUILHEM, 2000).

As noções sobre o meio também ensejam uma crítica ao reconhecimento de valores para o estado normal e patológico a partir de observações e experimentações em laboratórios. Isto porque o laboratório constitui um novo meio, sendo, ainda, um possível entre outros. A “verdade” produzida ali deve ser circunstancial, pois os modos de vida em laboratório conservam indiscutivelmente uma especificidade em relação ao local e ao momento da experiência (CANGUILHEM, 2000).

Se as críticas de Canguilhem, hoje, são mais perceptíveis no campo da psicopatologia, onde as fronteiras difusas entre o normal e o patológico são mais assinaladas, assim como o estreitamento do que é considerado normal, é significativo notar como é precisamente na fisiologia patológica, ou nosologia somática, que o autor irá encontrar exemplos para sua teoria. Ressaltamos, com isso, a força e o alcance dos postulados de Canguilhem, em um território que julga-se frequentemente neutro e livre das incidências dos efeitos da norma. O conceito de normal, apesar de polissêmico irá inscrever práticas significativas no contexto biomédico.

3.3 MEDICALIZAÇÃO E RAZÃO DIAGNÓSTICA

Ainda podemos falar em “alma”? E, em caso positivo, podemos dizer que temos uma? De acordo com Kristeva (1995), essas perguntas, que a princípio seriam de cunho filosófico, teológico ou simplesmente equivocadas por natureza, adquirem uma relevância particular em nosso tempo. A autora traz uma reflexão sobre as “novas doenças da alma”, as formas de sofrimento cotidianas e suas implicações na sociedade moderna, marcada pela emergência da psiquiatria e do bombardeio imagético midiático.

Segundo Kristeva (1995), as “doenças da alma” remontam à distinção metafísica entre o corpo e a alma, questão debatida entre médicos e filósofos da Antiguidade Grega. Surgiu, assim, uma analogia viável que prefigurou a psiquiatria moderna: comparável às doenças do corpo, falava-se em “doenças da alma”. Estas incluíam paixões, da tristeza à alegria, até o delírio. Assim, mesmo que alguns médicos se utilizassem desse paralelismo para sustentar uma concepção monística dos seres humanos, para a maioria deles a diferença radical entre os reinos psíquico e somático era confirmada pela presença mútua de ambos.

Kristeva (1995) assinala que dualismos referentes a corpo e alma prevaleceram desde a antiguidade, alguns consistindo em dinâmicas de fluxo complementares e outros em contradições problemáticas. O fato é que, apesar de todos os esforços científicos para reduzir a psique ao somático, a questão permanece um enigma implacável. “Estaria a psique localizada no coração? Nos humores? No cérebro?” se pergunta a autora... O estatuto da psique e suas implicações na vida dos seres humanos ganha relevância, então, quando encarada como uma estrutura de significação que representa a ligação entre seres falantes e o outro, ligação esta, aponta a autora (1995), que dota a psique de valor terapêutico e moral. Além disso, ao nos tornar responsáveis por nossos corpos, a psique nos protege do fatalismo biológico e nos constitui como entidades falantes.

A encarnação de Cristo, isto é, a Paixão do Homem-Deus, corpo-e-alma, explica Kristeva (1995), suscitou, por dois milênios, a valorização de uma dinâmica psíquica que alimentava a vida interior da humanidade cristã. Assim, excessos passionais direcionados ao sujeito absoluto, isto é, Deus ou Jesus, deixou de ser patológico. Ao contrário, tais paixões eram pensadas como um planejamento do itinerário místico de uma alma buscando pelo Sujeito Último. A dialética da Trindade, no entanto, teve de ser rompida para que as doenças mentais pudessem ser repensadas, a anatomia ser adaptada ao corpo e os humores paroxísticos

serem transformados em objetos de observação e vigilância. “Neste momento, as doenças mentais entrincheiraram-se no espaço sagrado dos asilos mentais”, escreve Kristeva (1995, p. 4)

É Michel Foucault (1977) quem melhor descreverá os investimentos de poder-saber que permitiram a constituição da clínica, um novo recorte no tratamento e no olhar para a doença e para o doente cuja articulação e legitimação se dá através da linguagem de uma “ciência positiva”. A partir desta reorganização do saber médico, este torna-se elemento fundamental na nova realidade populacional do século XVIII, quando o controle dos corpos, a saúde e o bem-estar físico da população em geral passam a ser um dos objetivos primordiais do poder político (FOUCAULT, 2018b). O poder político e o imperativo tanto da saúde quanto do conhecimento (produzir a verdade) ensejam a penetração do médico nas mais variadas instâncias de poder. A partir do século XIX, surge o cenário adequado para a emergência do hospital psiquiátrico que terá, de início, a mesma função que se designava aos hospitais do fim do século XVIII (FOUCAULT, 2018a).

As “doenças do espírito” (FOUCAULT, 1978) estavam prontas para serem confinadas no espaço dos asilos mentais:

Assim se estabelece a função muito curiosa do hospital psiquiátrico do século XIX: lugar de diagnóstico e de classificação, retângulo botânico onde as espécies de doenças são divididas em compartimentos cuja disposição lembra uma vasta horta. Mas também espaço fechado para um confronto, lugar de uma disputa, campo institucional onde se trata de vitória e de submissão. (FOUCAULT, 2018a, p. 203)

Kristeva (1995) atenta para o fato, no entanto, de que este gesto começara bem antes da Era da Razão. A raiz desta racionalidade pode ser traçada desde a filosofia e medicina gregas, que introduziram a distinção e a analogia entre doenças do corpo e doenças da alma. Assim como os antigos gregos, a psiquiatria moderna, notadamente aquela representada por Philippe Pinel, relacionou teorias sobre a origem das doenças mentais a questões físicas e morais.

Não obstante o vislumbre da “morte da alma” que o progresso nas ciências naturais, notadamente na biologia e na neurobiologia (decodificação do “segredo” dos neurônios, suas tendências e dinâmicas elétricas), tem possibilitado, não obstante o banimento do sujeito das chamadas “ciências puras”, a questão das representações e variedades de imagens que constituem a alma tem indicado um campo profícuo de investigações sobre as “novas doenças da alma” ao tomá-la por um sistema estruturado como linguagem (KRISTEVA, 1995).

Ao mesmo tempo, as experiências cotidianas apontam para uma redução dramática da vida privada. É como se todos estivéssemos familiarizados demasiadamente com todos os tipos de chantagem emocional que nos remetem às tramas televisivas. Mas essa coerção, assinala Kristeva (1995), é um mero produto, fruto da falha da vida psíquica moderna, refém de imagens já retratadas pela mídia de massa. Acerca do renovado interesse nas religiões, Kristeva (1995) diz ter razões para crer que se trata mais de uma pobreza psicológica, cuja busca por um sucedâneo para a alma daria uma presença artificial para um sujeito amputado, que uma questão legítima.

Em uma sociedade de imagens predefinidas e formatadas, não temos nem o tempo nem o espaço para criar uma alma para nós, e a mera alusão a um gesto como este parece frívolo e desaconselhável. “Paralisado pela sua indiferença, o homem moderno é um narcisista - um narcisista que talvez sofra, mas que não sente remorso. Ele manifesta seu sofrimento em seu corpo e é afligido por sintomas somáticos²¹”, escreve Kristeva (1995, p.7. Tradução nossa). Este homem, assim, está alienado de seu desejo e paradoxalmente é lançado no “refúgio” dos próprios problemas que busca justificar.

Quando não está deprimido, ele [o homem moderno] é tragado por objetos insignificantes e sem valor que oferecem um prazer perverso, mas não satisfação. Vivendo em um tempo e espaço acelerado e fragmentado, ele frequentemente tem problemas em reconhecer sua própria fisionomia; deixado sem uma identidade sexual, subjetiva ou moral, este anfíbio é um ser do limite, um borderline, ou um “falso self” - um corpo que age, e frequentemente sem nem mesmo as alegrias desta embriaguez performativa. O homem moderno está perdendo sua alma, mas não percebe, pois seu aparato psíquico é o que registra representações e valores significativos para o sujeito. Infelizmente, essa “câmara escura” necessita de reparos²². (KRISTEVA, 1995, p. 7-8. Tradução nossa)

A metáfora com a sala escura, onde fotografias são reveladas, é pertinente. Incapacitado que está de representar, de criar suas próprias imagens, proliferam sujeitos-pacientes cuja dificuldade é de se expressar e de simbolizar seus traumas insuportáveis. Este mal generalizado é materializado por uma linguagem experimentada como “artificial”, “vazia” ou “mecânica”. (KRISTEVA, 1995)

²¹ “Held back by his aloofness, modern man is a narcissist – a narcissist who may suffer, but who feels no remorse. He manifests his suffering in his body and he is afflicted with somatic symptoms.

²² When he is not depressed, he becomes swept away by insignificant and valueless objects that offer a perverse pleasure, but no satisfaction. Living in a piecemeal and accelerated space and time, he often has trouble acknowledging his own physiognomy; left without a sexual, subjective, or moral identity, this amphibian is a being of boundaries, a borderline, or a “false self” – a body that acts, often without even the joys of such performative drunkenness. Modern man is losing his soul, but he does not know it, for the psychic apparatus is what registers representations and their meaningful values for the subject. Unfortunately, that darkroom needs repair.

Obviamente, a sociedade que modela os indivíduos não os deixaria totalmente à deriva. Através da neuroquímica, pacientes podem achar soluções possivelmente efetivas nos fármacos, cujos métodos podem tratar insônia, ansiedades, certos estados psicóticos e algumas formas de depressão. Desta forma, afirma Kristeva (1995), o corpo conquista o território invisível da alma, o sujeito é dominado por imagens, que substituem o próprio sujeito em um estado onírico. O êxtase da alucinação origina-se na ausência de fronteiras entre prazer e realidade, entre verdade e falsidade. O espetáculo é uma vida sonhada que todos a desejam. O resultado disso é uma expressão estandardizada e um discurso normalizado. “Se as drogas não controlam sua vida, as feridas serão ‘curadas’ com imagens, e antes que possa falar sobre os estados da alma, você as afoga no mundo da mídia de massa”²³, escreve Kristeva (1995, p.8).

Quaisquer que sejam as classificações, os nomes ou as doenças diagnosticadas, todas estas sintomatologias modernas compartilham um denominador comum: a inabilidade de representar. E tal deficiência de representação, que toma a forma de um mutismo psíquico ou adota sinais variados experimentados como “vazios” ou “artificiais”, entrava a vida sensorial, sexual e intelectual do sujeito, podendo inclusive atingir o funcionamento biológico. Para Kristeva (1995), uma “nova doença da alma” deve ser descoberta em cada paciente para que se aprecie a singularidade de cada indivíduo, da mesma forma que perceber que tais “novas doenças da alma” vão muito além dos sistemas classificatórios tradicionais e suas inevitáveis e repetidas revisões.

O que é mais importante é que eles [sistemas de classificação] encarnam dificuldades ou obstáculos na representação psíquica que acabam por destruir a vida psíquica. [Podemos] Revitalizar a gramática e a retórica e enriquecer o estilo daqueles que desejam falar conosco, porque eles não podem mais permanecer silenciosos e ignorados²⁴ (KRISTEVA, 1995, p. 9-10)

Nesta articulação entre discurso, poder e afeto, detecta-se condição de significante-mestre que o discurso biomédico e as práticas discursivas afins da medicina ocupam na organização simbólica da vida cotidiana. Com isso, na medida em que a existência humana não pode ficar imune a sofrimentos e que as sucessivas experiências físicas e emocionais que não nos agradam são inerentes à vida, tudo pode ser patologizado. Desta

²³ If drugs do not take over your life, your wounds are “healed” with images, and before you can speak about your states of the soul, you drown them in the world of mass media.

²⁴ What is more important, they embody difficulties or obstacles in psychic representation, difficulties that end up destroying psychic life. Revitalizing grammar and rethoric, and enriching the style of those who wish to speak with us because they can no longer remain silent and brushed aside.

forma, algo que até então poderia ser considerado saudável, normal ou comum, sofre uma mudança de valores nesta discursividade. “Componentes inerentes à existência ganham novas formulações: a *angústia*, por exemplo, se transforma em *transtorno de ansiedade*; e a *finitude* ou o *ser-para-morte*, em transtorno com essa ou aquela designação científica”. (FREITAS; AMARANTE, 2017, p. 12).

A este processo, chamaremos “medicalização da vida cotidiana” ou “medicalização da existência”. Apesar de ser um fenômeno identificável materialmente mais facilmente quando se trata da medicação, ou seja, “cuidar(-se) por meio de medicamentos”, a medicalização é um fenômeno moderno polissêmico.

Em comum, configura-se como o processo de transformar experiências consideradas indesejáveis ou perturbadoras em objetos da saúde, permitindo a transposição do que originalmente é da ordem do social, moral ou político para o domínio da ordem médica e práticas afins (FREITAS; AMARANTE, 2017, p. 14).

Como aponta Dunker (2015), não há medicalização sem diagnóstico. “Diagnosticar”, segundo o autor, é hoje uma das atividades que, de forma específica, as formas de vida contemporâneas mais valorizam. Testemunhamos, assim, a expansão dos atos de diagnóstico, seus raciocínios e suas estratégias de inserção (política, clínica e social) bem como seus efeitos coercitivos na vida cotidiana. A este movimento, Dunker chama de “diagnóstica”, ou “racionalidade diagnóstica”. “Assim sendo, o ato diagnóstico ocorre no interior de um sistema de possibilidades predefinidas envolvendo um sistema de signos, uma prática de autoridade e uma gramática das formas de sofrimento que são agrupadas em uma unidade regular”, afirma o autor (DUNKER, 2015, p.20).

A operação desta racionalidade é, assim, cifrar (e aqui acrescentamos, “gramaticalizar”), reconhecer e nomear o mal-estar em modos mais ou menos legítimos de sofrimento. (DUNKER, 2015). Se Safatle (2018) defende que para ter seu sofrimento reconhecido é necessário sofrer conforme dita a medicina, é sob estas formulações que entendemos a relevância da discursividade biomédica e seus efeitos nos modos de subjetivações contemporâneos, o que nos leva a considerar a interpelação em sujeito operada pela ideologia. (PÊCHEUX, 2014).

Como preconiza a AD, entendemos que para a temática das formas de sofrimento, devemos considerar a rede de sentidos e a (re)atualização de uma memória discursiva sobre a doença, o estar doente, determinadas noções históricas sobre o corpo e como estas questões se articulam com o individualismo contemporâneo, pois a categorização de uma experiência como doença

se dá em meio a um contexto histórico e cultural; ela é estruturada mas também estruturante, pois em alguma medida angula o que e como os indivíduos vivem essa experiência, como se estruturam o sistema de cura, as relações que a sociedade estabelece com o doente e assim por diante. Essa angulação certamente não ocorre de forma homogênea, havendo perspectivas diferenciadas em seu interior, e mesmo antagônicas. Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo classificatório referente à categoria doença se insere em uma dinâmica social mais ampla, que engendra uma série de relações sociais. (LERNER, 2014, p.152)

Retomamos, aqui, o percurso feito por Foucault (1977) ao tomar o discurso médico e a passagem para a anatomoclínica no decorrer do século XIX como um modo de produção da verdade baseado no encadeamento e reconfiguração de enunciados descontínuos e dispersos, conceitos com forma geral e normativa, palavras reagrupadas em categorias com a função de nomear e etc. (FOUCAULT, 2012)

Para Oliveira (2017), a noção de “evidência” é o elemento fundamental do discurso biomédico e peça chave para o estabelecimento do regime de saber-poder médico. A redefinição do transtorno mental, mais especificamente a partir do DSM-III, realizou o apagamento do vínculo entre indivíduo e sociedade, apontando exclusivamente o indivíduo como lócus do transtorno mental. Assim, tal reformulação indicaria o alvo desta estratégia como a realização de regulação social, materializado na institucionalização do diagnóstico. Este regime, segundo a autora, “reifica” o transtorno e possibilita a normalização tanto destes como dos desvios sociais. Indo mais além “o argumento de que o desvio/conflito social não é transtorno mental, salvo quando resulta de uma disfunção no indivíduo, é outra alteração no conceito, facilmente reversível para a afirmação de que a disfunção no indivíduo causa o desvio social (OLIVEIRA, 2017, p.103).

Instrumentalizado como forma de regulação social, o diagnóstico entendido no sentido mais amplo – diagnósticos jurídicos, morais, médicos, psicológicos – torna-se uma das atividades mais valorizadas atualmente (DUNKER, 2015). O que diferencia estas formas de diagnosticar que influenciarão a administração simbólica e material da vida dos diagnósticos clínicos é que estes “se fundam no campo patológico. Os demais se apropriam do patológico como metáfora” (DUNKER, 2015, p. 21). Esta apropriação discursiva do regime de saber-poder médico é o que vai permitir que os efeitos de poder do ato diagnóstico se institucionalizem e se legitimem em todas as esferas da vida humana, inclusive aquelas que não estão necessariamente ligadas à clínica propriamente dita.

O que Dunker (2015) chama de “racionalidade diagnóstica” é justamente esta expansão dos atos diagnósticos, o que o investe de valor político e efeitos de poder capazes de

“gerar coações, interdições, tratamentos e que tais” (DUNKER, 2015, p.20). A diagnóstica é, assim, um discurso que possibilita a existência e “força de lei” do ato diagnóstico, que irá dar nome ao mal-estar em gramáticas mais ou menos legítimas de sofrimento e determinarão as formas de sintoma de cada expressão do sofrimento.

Como destaca Dunker (2015), a diagnóstica

É potencialmente um fato psicológico, quando afeta de maneira substancial o horizonte futuro, a ressignificação de práticas passadas e as perspectivas presentes de realização de uma vida. Uma diagnóstica é composta pelos efeitos, pelos sentidos, e pelas 're-designações' que um diagnóstico pode ter para um sujeito ou para uma comunidade diante do aspecto social de sua patologia. (DUNKER, 2015, p.21)

Se não há medicalização sem diagnóstico, este também inexistente se não houver uma concepção determinada do que venha a ser o patológico. Porém, como vimos em Canguilhem (2000), o patológico não é uma simples inversão da normalidade. Em um breve retorno ao autor, o patológico pode ser adaptativo, pois sua concepção está muito mais próxima de um sistema de produção de verdade e de reconhecimento das diferenças, das anomalias, das mutações, etc. É por isso que o patológico é apreendido no tempo, “e pode constituir indicação preciosa de uma contradição posta em uma forma de vida pela qual ela ainda não pode ser reconhecida”, como reafirma Dunker (2015, p. 35)

É neste sentido que a redução das modalidades de sofrimento – cuja face mais visível é a chamada “medicalização da existência”, a razão diagnóstica e afins – a uma mesma gramática normativa é questionada. Para Dunker (2015), tal uniformização dos sintomas à forma ocidental contemporânea de medicalização são processos ideológicos dos mais significativos, pois, além dos efeitos individuais, neutraliza o potencial crítico que os sintomas suscitam para compreender um determinado estado social, ao mesmo tempo que anulam uma importante função própria dos sintomas, isto é, a produção de novas modalidades de laços sociais. Como defende o autor, um sintoma não deve ser separado de seus modos de expressão e reconhecimento social.

Um problema crucial, segundo Dunker (2017), da expansão dos atos de reconhecimento pela diagnóstica é o fato de esta desconsiderar que os sintomas do sujeito se exprimem e se articulam em narrativas de sofrimento. “Eles se embaralham com a história da vida das pessoas, seus amores e decepções, suas carreiras e mudanças, seus estilos e escolhas de vida, suas perdas e ganhos. A história da doença confunde-se com a história do doente, sob a qual esta age e reage” (DUNKER, 2017, p. 212).

O caráter de dominância que a formação ideológica biomédica adquire na sociedade contemporânea como forma de apreensão do sofrimento pode ser exemplificado pelo texto a seguir, extraído de um dos relatos que compõem nosso arquivo:

Bem, acredito que o que vem a seguir é surpresa para a esmagadora maioria de vocês; **depressão**, mas que **doençazinha** covarde, manipuladora e sorrateira. Eu não posso dar-lhes certeza, já que nunca tive condições de pagar um **psicólogo** ou seja lá qual for o **profissional responsável por atestar esse tipo**, não sei direito, mas posso especular a respeito. Pois bem, em 2011, por volta do meado do ano, uma amiga da família, XXXXX, chegou aqui e em casa, num dia completamente normal, então olhou pra minha cara e disse: “XXXXXX, tem que fazer uma **avaliação** pra ver se você não tem **depressão**”. Meus pais, minha irmã e eu rimos, e eu ri mais alto. Passaram-se alguns dias e eu comecei a remoer essa possibilidade, mas também não foi difícil afastar a idéia, questão de um mês no máximo e já o tinha feito. Mas aí em fevereiro do ano passado, XXXXX, um grande amigo que em muitos aspectos serviu como um pai, me chamou pra realidade em que eu me encontrava e estava negando até então. Afinal, que outra coisa me faria sentir fragmentado em milhões de pedaços impossíveis de reunir ? O que mais me faria ter a sensação de estar vivendo em câmera lenta e que os dias são apenas um ruído branco, e nada de extraordinário acontece ? O que mais me faria acreditar no final do dia que eu havia errado com tudo e com todos, imaginando mil maneiras de ter feito melhor em todas as oportunidades, e em resultado passar noites inteiras em claro, chorando ? Por que mais eu nunca consegui me sentir de fato amado, apenas tolerado ?

Vamos nos focar, primeiramente, na sequência argumentativa. Para Fiorin (2017), na argumentação, as inferências são responsáveis pela progressão do discurso. Neste excerto, o discurso progride pela forma de raciocínio da indução, e o argumento funciona através da ilustração. Este tipo de argumentação é descrito por Fiorin (2017) da seguinte forma: “O argumento por ilustração [...] serve para reforçar uma tese tida como aceita. Ele figurativiza-a para dar-lhe concretude, para torná-la sensível, para aboná-la”, (p.188). É assim que se estrutura a retórica do enunciador acima. Se sentir fragmentado em milhões de pedaços, sensação de viver em câmera lenta, ver o dia como um “ruído branco”, acreditar errar com todos, não se sentir amado, entre outras descrições, são “sintomas” elencados pelo sujeito-enunciador para dar corpo simbólico a um estado, a uma “coisa” – para usar os próprios termos – que ele mesmo nomeia, a depressão.

A própria teoria da argumentação reconhece a falha do argumento por ilustração. “Constitui defeito argumentativo dar à afirmação geral um alcance que o caso particular não permite”, diz Fiorin (2017, p. 188). Para o autor, as generalizações e as afirmações podem não ter relação nenhuma com os casos particulares, o que destrói a argumentação baseadas em fatos singulares.

Não nos cabe, no entanto, pela perspectiva discursiva que assumimos, rebater ou ratificar o estatuto de qualquer enunciação que seja. Tal excerto é tomado, de fato, como

representativo da eficácia material da ideologia e do imaginário biomédico, e isto pode ser verificado na materialidade linguística. As séries de perguntas retóricas, introduzidas pela fórmula “o que mais...?”, “Por que mais...?” funcionam como marcadores de exclusão. Seguidos pela conjugação dos verbos no futuro do pretérito, produzem o efeito de impossibilidade, da conclusão retórica que leva a uma resposta inescapável. São configurações típicas do efeito de evidência produzidos pela ideologia, que Pêcheux (2014) inventariou a partir de expressões como “é obvio”, “está claro”, etc. O efeito de evidência naturaliza e satura o sentido, como se ele não pudesse ser outro, impossibilita a incompletude. Como atesta Freitas e Amarante (2017), a diagnóstica dos distúrbios mentais despolitizam a doença, ao eliminar a relação do sujeito com a mesma.

Sobre a depressão, especificamente, significante correntemente associado ao suicídio e cujo sentido historicamente proporcionou um “efeito de cola” ao fenômeno, Horwitz e Wakefield (2007) mapeiam como tanto as ciências sociais quanto a psiquiatria, com seu esforço nosográfico, falharam em distinguir tristezas intensas normais de um distúrbio mental. Os autores criticam a expansão dos diagnósticos relativos à depressão e a semântica confusa do DSM, que colocam erradamente, na mesma categoria, a tristeza inerente à condição humana e os distúrbios mentais.

Os efeitos sociais desta expansão podem ser atestados no uso difundido de antidepressivos (COSER, 2017), baseados na crença que qualquer disfunção neuroquímica pode ser restabelecida com fármacos. Porém, mais ainda, em uma atitude que provê um “encapsulamento” de vários sentimentos conjugados em um só significante de caráter monotético (ELKIS, 2000), visto que a causa da depressão – e este estatuto de causa é bastante questionado - é definida pelo saber biomédico como uma disfunção do sistema serotoninérgico. Como propõe Dunker (2015), quando o discurso que cifra o sofrimento não abarca o real, há uma certa indeterminação simbólica

3.4 RISCO, SOFRIMENTO SOCIAL E CONDIÇÃO DA VÍTIMA

Para Giddens (1991), a modernidade caracterizou-se pela criação de dispositivos e instituições que lhe conferiram um caráter duplo em relação às noções de segurança e confiança e as de perigo e risco. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das instituições possibilitou uma existência gratificante, segura e prazerosa, desvelou-se um "lado sombrio" muito marcado nos dias atuais. Em suma, o lado benéfico da modernidade sempre fora

salientado, representado pela possibilidade de emergência de uma sociedade mais humana no próprio seio do capitalismo, pelos ganhos coletivos que o industrialismo poderia conferir, etc. No entanto, o potencial de destruição ambiental em larga escala, o armamentismo nuclear, a ascensão do fascismo e do totalitarismo que ensejaram horrores como o Holocausto foram fatores originados de dentro dos próprios parâmetros da modernidade, e não por ela barrados.

Tudo isso leva o autor a afirmar que “o mundo em vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso” (GIDDENS, 1991, p. 20). Contudo, o "ambiente de risco" na condição de modernidade não é resultado de uma mera progressão dos riscos pré-modernos, mas é composto por um novo “perfil de risco” introduzido pelos mecanismos de desencaixe²⁵ específicos da vida moderna. Estes mecanismos, que filtram o conhecimento técnico ao discurso e às práticas leigas, produzem tanto a confiança quanto a ameaça e o risco.

Uma das consequências que podem ser percebidas no nível da cultura é a descrença na noção de "progresso" e na suposição que a modernidade ocasionaria uma ordem social segura e feliz. Tal desposseção sustenta a dissolução das “narrativas” da história.

Segundo Vaz (2017), o advento do termo “risco” marca uma mudança na relação dos indivíduos com o tempo, designando um estatuto epistemológico de conhecimento parcial do futuro. “O risco é uma forma de habitar o tempo em que nos esforçamos para antecipar e evitar eventos negativos” (VAZ, 2017, p.65). Tal mutação, datada do século XVII, está associada ao deslocamento do sentido de prudência, que no século anterior, culturalmente marcado pela valorização do guerreiro, associava-se às noções de covardia, baixeza e egoísmo. Desta forma, o novo sentido de prudência, que historicizou o conceito do risco, passou a ser configurado pelo esforço de não morrer em vão, de forma a possibilitar uma realização material e espiritual antes da morte. Implicados neste entendimento estão as noções correlatas de previsão e acidente, isto é, o esforço de antecipar o futuro através do cálculo a fim de definir estratégias de enfrentamento de uma ocorrência indesejável, ou até mesmo evitá-la (VAZ, 2017).

O caráter inescapável do risco pode ser atestado pela sua diferenciação em relação à noção de perigo. Enquanto o perigo designa um mal que pode ser identificado e atribuído a algo – pessoa, coisa, situação – como uma característica intrínseca, o risco se refere à possibilidade de dano, mensurando a exposição ao perigo, ou seja, é um cálculo probabilístico do potencial de perigo. Por isso, o perigo pode ser afastado, o risco não. "Assim, como não existe risco zero, nenhuma intervenção, por mais eficaz que seja, o reduzirá de forma

²⁵Tais mecanismos são compostos pelas fichas simbólicas e pelos sistemas peritos. Sobre estes conceitos cf. Giddens, 1991.

absoluta. Riscos só podem ser reduzidos ou ampliados". (VAZ, 2017, p. 65)

Conforme Castiel, Guilam e Ferreira (2010), a relevância cultural ameadada pelo conceito de risco dá justificativa e ordenamento para uma série de práticas sociais. Por não ser um atributo, e sim um qualificador de fatores suprapessoais, o risco pode ser identificado em diferentes esferas da vida, desde nos genes ao estilo de vida, constituindo os parâmetros para os chamados “fatores de risco”.

Para Fassin e Rechtman (2009), na sociedade contemporânea o trauma se constitui como um significante fundamental, a ponto de ser invocado quase que unanimemente nas mais diversas ocasiões e por diferentes fatores de ordem social, ética e moral. Suas manifestações na vida em sociedade também são amplas e abrangentes. Tornou-se o meio normalizado de relacionar o sofrimento presente com uma violência ocorrida no passado, e é a chave de interpretação para um evento trágico, seja para uma vítima, testemunha ou até mesmo para o perpetrador. O trauma também é a impressão coletiva de um grupo social acerca de uma experiência ocorrida há décadas ou séculos, como o Holocausto. Para atestar a força destes significantes, os autores assinalam que o trauma se tornou a linguagem comum para tratar das mais variadas situações de tragédias, seja sob o aspecto clínico ou metafórico. Trauma e sofrimento, por serem polissêmicos e complexos, propiciam modos diversos de serem elaborados.

Ainda assim, a produção discursiva do conceito de trauma não se restringe somente ao campo semântico. É, sobretudo, um movimento de construção histórica que engendrará usos sociais e políticos do trauma. O que se costuma ignorar, segundo Fassin e Rechtman (2009), é que a relação de transparência entre a noção de trauma conectada à ideia de um indivíduo exposto a um evento violento, o que também dará ensejo à noção de vítima, é um fato relativamente novo. Para os autores, esta forma de perceber o “trauma” e seu sujeito correlato, a vítima, está relacionada a uma mudança nas economias morais em meados do século XX.

Apesar de se constituir um trabalho antropológico e etnográfico que se deu a partir de observações da sociedade francesa, acreditamos que as considerações de Fassin e Retchman (2009) compõem um campo teórico da história de conceitos, afetos e valores cuja abrangência é global. Não se trata, é importante ressaltar, de atestar a validade ou a pertinência da nosografia psicanalítica ou psiquiátrica sobre as questões que envolvem a noção do trauma, muito menos de colocar em questão a legitimidade, ou não, do estatuto das chamadas vítimas. Mas sim de fazer uma história social do trauma, e como este significante

foi decisivo em delinear jogos normativos que fundam práticas políticas e que, portanto, terão efeitos que desembocarão nos modos de subjetivação contemporâneos, seja pela condição de vítima, testemunha ou agente causador do trauma.

Retomando os conceitos de foucaultianos de biopoder e biopolítica, os autores buscam perceber uma governamentalidade - no sentido de governo de si mesmo e dos outros - cujas práticas discursivas estão assentadas na inscrição e desinscrição social por meio do corpo e do trauma. Assim, trata-se de mapear uma produção da verdade não no sentido da produção de postulados verdadeiros, mas de disposições e arranjos de domínios onde as práticas do verdadeiro e falso serão reguladas e, portanto, irão adquirir relevância social.

Na sociedade contemporânea, a ideia de que psiquiatras e psicólogos devem intervir tanto em situações de guerra e desastres, ou seja, de violências excepcionais, como nos casos cotidianos, é inquestionavelmente aceita. Da mesma forma, é inteiramente legítimo a noção de que um indivíduo afetado por um evento violento, seja como vítima ou como testemunha, possa, através da gramática do trauma psíquico e as leis de compensação que esta racionalidade enseja, reivindicar equiparação financeira. Geralmente, se uma vítima de tortura ou de perseguição vale-se de uma perícia médica que ateste a ocorrência de estresse pós-traumático para um pedido de estatuto de refugiado em outro país, o laudo é aceito como evidência, argumentam os autores (FASSIN; RECHTMAN, 2009). Tudo isso é possível através de um reconhecimento social de que eventos dolorosos, sejam coletivos ou individuais, deixam marcas na mente, que são vistas como “cicatrizes”, por analogia àquelas manifestadas no corpo físico. Como assinalam Fassin e Rechtman (2009), são práticas discursivas que gradualmente foram se estabelecendo e, portanto, definindo uma linha de imputabilidade e inevitabilidade ao abuso dos perpetradores e às consequências para a vítima.

Contudo, há mais ou menos 30 anos, essa problemática não era tão clara e o trauma raramente era evocado fora dos fechados círculos da psicologia e da psiquiatria. Concomitantemente, psiquiatras ou psicólogos usualmente não eram chamados a prestar socorro em situações de tragédias; a vítima, que raramente era vista como tal, era tachada como ilegítima; e o trauma interpretado como uma condição suspeita. Esta última atitude era, por exemplo, aquela reservada aos feridos e sobreviventes da Primeira Guerra Mundial, cuja neurose traumática, como então era denominada pela nosografia clínica, era encarada como uma tentativa de esconder uma deserção ou uma fuga do combate em uma época em que os países envolvidos buscavam acentuar ideais coletivos de patriotismo e coragem para justificar e estimular a participação na carnificina. (FASSIN; RECHTMAN, 2009).

Para além da trajetória no reino da clínica, onde foi denominado por variadas formas através do tempo, o trauma engloba um fato social muito mais importante. Nas últimas três décadas, tem se estabelecido como um modo singular de apreensão dos vestígios da história e como um dos modos dominantes de representar a relação com o passado. Como consequência, é elemento fundamental e cada vez mais ativo na construção identitária de grupos sociais. “A descoberta da memória da dor é um grande fenômeno antropológico das sociedades contemporâneas”²⁶, afirmam. (FASSIN; RECHTMAN, 2009, p.15. Tradução nossa).

Esta noção pode ser estendida para realidades totalmente distintas, seja na memória do Holocausto para os judeus, dos atentados ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001 para os americanos ou da escravidão para os afro-americanos. “Não obstante os diferentes contextos, o quadro moral que emerge é o mesmo: o sofrimento estabelece a base para uma causa; o evento requer uma reinterpretação da história”²⁷ (FASSIN; RECHTMAN, 2009, p.16. Tradução nossa). Em cada caso, a memória será articulada como uma relação traumática com o passado em que o grupo se identificará como vítima através do reconhecimento de experiências compartilhadas de violência.

Para Fassin e Rechtman (2009), a memória do Holocausto é indiscutivelmente a primeira inserção contemporânea da manifestação coletiva do trauma no espaço público. A emergência desta memória não se seguiu imediatamente à descoberta dos campos de concentração e ao fim da Segunda Guerra, mas foi resultado de um longo e gradual processo de “gerenciamento do indizível”, o que justamente qualifica sua natureza traumática.

Mas não será somente na percepção social que a memória do Holocausto se constituirá como um caso paradigmático da expressão do sofrimento social e do trauma. Dará, também, as condições para que se reafirme a ligação entre o individual e o coletivo que Freud havia feito em “Moisés e o monoteísmo”, pois ilustrava o postulado de uma narrativa fundante, de sofrimento e violência extremos, que seria revivida por cada indivíduo do grupo. A psicanálise fornecerá a ligação entre o cultural e psíquico que, hoje, também fundamenta as políticas do trauma e a universalização de sua gramática.

É interessante notar que, a despeito das reorientações na nosografia clínica do trauma, as enormes diferenças nas atitudes sociais a respeito da “neurose traumática”, corrente em fins do século XIX, e do “transtorno de estresse pós-traumático”, datada do final

²⁶“The discovery of the painful memory is a major anthropological phenomenon of contemporary societies”

²⁷“Notwithstanding the different contexts, the moral framework that emerges is the same: suffering establishes grounds for a cause; the event demands a reinterpretation of history”

do século XX, não se dão por um refinamento das técnicas de diagnóstico, mas muito mais por um estreitamento da distância que existia entre os anseios da opinião pública e as preocupações dos profissionais de saúde mental, isto é, entre a economia moral e as teorias médicas. (FASSIN; RECHTMAN, 2009). Assim, o debate na psiquiatria, na psicanálise e a relação com outros espaços políticos e simbólicos vão suscitar a categoria da vítima como fundamental na construção da identidade através da relação com o passado.

Desta forma, seria incorreto falar de uma psicologização da memória, pois assim se pressupõe que tal processo seja unilateral e não ambíguo. Seria mais correto falar em traumatização da experiência, ou seja, uma conceituação de um evento passado como uma ferida dolorosa, algo que é perceptível tanto ao nível público quanto identificável na clínica. Em resumo, dois movimentos correlacionados. A gramática da vítima vem se constituindo, assim, como uma forma específica de apreensão do sofrimento psíquico nas sociedades contemporâneas, assim como das responsabilizações condicionadas por ela. O sofrimento torna-se um elemento valorizado culturalmente, e o testemunho, orientado pelo significante “trauma”, confere autenticidade ao sofrimento (FASSIN; RECHTMAN, 2009).

Tal reconfiguração da relação entre doença mental e moralidade, que supunha haver um desvio na doença, é uma das condições para a relevância cultural da diagnose na sociedade contemporânea. No caso do suicídio, a depressão passa a ser o significante capaz de trazer o reconhecimento dos afetos conjugados no indivíduo. Na cultura moderna, a categoria de anormal comportava o louco, o perverso e o delinquente (FOUCAULT, 2001)²⁸, o que implicava uma conexão da doença mental com o crime e com a imoralidade. Para Vaz (2010), no entanto, a “abertura dos muros do asilo”, ao invés de fazer com que todos sejam considerados normais – normalidade baseada no critério da diferença – fez com que ocorresse justamente o contrário, quando todos reclamam o estatuto de doentes.

Para Martins de Souza (2017), a valorização da imagem da vítima e dos traumas vividos se dão no contexto histórico de inquestionável expansão do saber psiquiátrico. Por isso, argumenta a autora, a relação estreita ente vitimização e medicalização se dá na medida em que a figura da vítima se constitui como um dos vetores de ampliação dos domínios do saber psiquiátrico.

No corpus discursivo deste trabalho, percebemos a relação indissociável dos textos produzidos por sujeitos suicidas com a gramática do trauma, assim como no estatuto da vítima como modulador das posições sujeito. Tais modulações são de ordem diversas, mas

²⁸ Curso ministrado no Collège de France em 1974 e 1975, publicado originalmente em 1999

têm sempre este estatuto como um significante irradiador, ou seja, como aquele que organiza, direciona e dota os sentidos do texto. Nestes casos específicos, o estatuto da vítima orienta as posições sujeito.

Temos, por exemplo, a posição de vítima do outro, ou, como escreve Martins de Souza especificamente sobre a fala das vítimas no noticiário, um discurso que sugere “que elas não teriam nenhuma responsabilidade sobre as circunstâncias nas quais se encontram envolvidas. Subjugadas intencionalmente por indivíduos, as vítimas sofreriam por culpa do outro” (2017, p. 122).

[V1] *já fui abandonada e julgada pela pessoa q achei q seria minha melhor amiga*

[V2] *a pessoa que amei me humilhou e riu da minha cara, me chamou de ridícula*

[V3] *eu estava feliz, [...] até o momento em que contratei uma arquiteta totalmente despreparada para cuidar do meu projeto, (se é que merece o título de arquiteta), a senhorita XXXXX*

[V4] *Ela é o motivo do meu desespero e das minhas noites mau dormidas*

[V5] *ela que simplesmente me apresentou uma imagem em 3D com a intenção de que eu aprovasse*

[V6] *Além dela, o XXXXX proprietário da empresa XXXXXXXXXXXXXXXX [...]. Também é motivo de todo esse desespero sem fim*

[V7] *o mesmo simplesmente disse que não alteraria nada*

[V8] *e Ainda me desacatou no telefone, não querendo resolver o meu caso*

[V9] *Porém o XXXXX não quis explicação, deixou a loja montada da pior forma possível e simplesmente disse q seus funcionários iriam na loja entregar o que faltava e que ele estaria largando esse projeto de mão*

[V10] *Em nenhum momento ele se propôs em ajudar, simplesmente deixou jogado as traças de qualquer jeito os móveis*

[V11] *ele só se propôs quando ele viu que não tinha gaveta de caixa no caixa, então foi correndo fazer uma gaveta enjambrada e no escritório o armário não foi até q parede, era um armário sob medida, ele simplesmente enjambrou tudo na mesma tarde*

[V12] *eles não estão tendo a noção do tamanho do estrago que fizeram dentro de mim!!!*

[V13] *a arquiteta quer que eu engula as coisas AFIRMANDO que eu pedi daquela forma*

[V14] *E que esses infelizes destruidores de vida e lares paguem por todo meu sofrimento e por tirar minha vida q era cheia de planos!*

[V15] *ela quer que eu aceite aquele absurdo e pronto*

[V16] *esse também é o motivo da minha tristeza , saber que alguns dos meus irmãos*

não zelam por mim

[V17] Mas sabe *quem acabou com agente, ela mesma* : XXXXXXXX

[V18] vi que *vc está mais feliz sem mim*

[V19] *vc foi a pessoa que escolhi na minha vida, pena que eu não fui a sua...*

[V20] fiz isso *por causa da minha família*

[V21] pq da *família é só desprezo*

[V22] Você *me abraça e me beija, foi assim que Judas fez*

Outro aspecto importante nesta subjetivação diz respeito à distribuição de responsabilidades. Ser vítima de alguém pressupõe uma dimensão acusativa, de nomeação do perpetrador e uma imputabilidade. Por isso, em algumas destas sequências, a posição sujeito também se desliza para a de agressor, o que é perceptível na unidade [V14], em que, na progressão do texto, o sujeito aponta os nomes, os endereços e os números de telefone daqueles que considera seus algozes. A evocação “E que a justiça seja feita!”, em relação cotextual, acentua tal posição, acrescentando, ainda, uma dimensão cujo efeito de sentido é o da vingança.

Em termos discursivo-enunciativos, o posicionamento do sujeito na condição da vítima se assenta na perspectiva do “eu” como objeto da ação agressiva alheia, representação que ocorre em [V1], [V2], [V5], [V7], [V8], [V12], [V13], [V14], [V17], [V19], [V22]. O sentido da intencionalidade da agressão, tão importante para a imputabilidade e para o juízo da gravidade do ato, é evocado em [V5], [V8], [V9], [V10].

Um outro modo, muito semelhante, de evocar a condição de vítima, é atribuir tal posição a um certo estado de coisas, a uma configuração inerente ao “mundo”, às “pessoas”, ou à “vida”. Esta situação impediria a possibilidade de realização de uma vida considerada ideal para sujeito, um sentido que remete a expectativas que invariavelmente não possam ser cumpridas. A dimensão acusativa também aparece nesta modulação.

a prova disso são as pessoas ao meu redor

tudo doi, palavras doem, sentimentos doem

É incrível o quanto conseguimos machucar uns aos outros

Esse mundo é tão errado, vivemos falando sobre ajudar o pro..., sobre acabar com isso e aquilo, mas quando se tem que por seus ideais a prova ngm o faz.

A maior arma que o mundo criou foi o próprio ser humano

A vida é uma merda e as pessoas a deixam pior ainda

É muita pressão e muita gente negativa do meu lado
 não faz mais sentido viver nesse mundo hipócrita
 as pessoas só fingem que se importam com a gente
 muito triste em saber que as pessoas não tem um pingão de noção, consideração e respeito
 Mas ela sabe que todos já estão cansados de seus relatos e histórias tristes.
 Cansei de merda de vida
 cansei de pessoas falsas
 uns querem passar por cima dos outros e não pensam nos sentimentos e nas consequências que podem causar nas pessoas
 Se todos soubessem o que eu estou passando, não ficariam me dando conselhos e sim ficariam diariamente ao meu lado!!!

Por outro lado, temos aqueles que são vítimas de si mesmo. Estes discursos são marcados pela autoacusaçã, pela culpa e pela representaçã de incapacidade própria.

hoje vejo o quão insignificante eu sou
 me chamou de ridícula, talvez eu seja
 E eu lamento profundamente ter existido
 sou fraca e não sei lidar com esse tipo de sentimento
 meu ato covarde
 algo no meu íntimo sempre me dizia: “você vai se matar de qualquer jeito sacana”
 Acredito que isso explica algumas coisas né, como por exemplo o fato de nunca ter pedido uma menina em namoro, afinal, a vida de quem eu estragara com tamanha crueldade?
 Meu pai está certo, eu sempre me vitimizei
 e fiz isso a tal ponto de fazer de mim mesmo vítima indefesa das minhas circunstâncias, e finalmente sucumbir a elas
 O que mais me faria acreditar no final do dia que eu havia errado com tudo e com todos?
 Por que mais eu nunca consegui me sentir de fato amado, apenas tolerado ? Dói muito dizer essa última parte, pois eu sei muito bem que não é verdade, e uma parcela do meu coração está me condenando por isso.
 Em especial XXXX, me perdoe por não ter sido homem suficiente pra assumir o que eu sentia por você todo esse tempo, você merecia coisa melhor
 E XXXXXX, irmãozinho, me desculpe por não ter sido o irmão mais velho que eu

te prometi ser

não mereço sua dor, seu choro nem seu luto

Estou pedindo a Jeová até agora que não me dê uma nova chance no futuro

se eu acordar daqui a pouco vou sentir vergonha de tudo isso

Perdão por ser fraca

As vzs fizemos tantas coisas q achamos q é certo e qndo vemos, estamos errando novamente

Sabe ultimamente só tenho errado , e so fudendo o pouco de vida q tenho

Há, ainda, aqueles que são vítimas da doença mental, estatuto criado a partir dos conceitos de estresse pós-traumático, autoestima, sofrimento (VAZ, 2010) e depressão (COSER, 2017).

Depressão não é brincadeira! E hoje sei o que é essa doença pois estou passando por isso

Bem, acredito que o que vem a seguir é surpresa para a esmagadora maioria de vocês; depressão, mas que doçazinha covarde, manipuladora e sorrateira

me chamou pra realidade em que eu me encontrava e estava negando até então

Ela planeja o suicídio de sua depressão, sua ansiedade

Ana só quer que cada palavra que saia da sua boca, não seja interrompida por um gaguejo de ansiedade.

Ana ao meio dia pensa em suicídio, o suicídio do sofrimento, da dor, da desesperança, do desespero.

essa dor que estou sentindo

a dor é muito maior

Ana planeja como suicidará seu sofrimento

A condição de vítima está presente mesmo quando tenta-se negá-la, o que é contraditoriamente colocado em xeque na sequência do relato²⁹

Quero deixar claro que não foi por causa de pessoas, ou sei lá o que. Essa foi uma decisão que eu tomei sozinho e estava apenas planejando a alguns anos

Pai : vc não é o culpado, mas se vc tivesse tentado conversar comigo invés de ficar fazendo piadas talvez isso não tivesse acontecido

A oração adversativa iniciada por “mas”, no segundo excerto, além de

²⁹ Cf. Anexo E

enfraquecer, em termos argumentativos a proposição que exime o pai da culpa, ainda prescreve uma ação potencialmente preventiva que atribui como de responsabilidade inteiramente do pai. E não somente como negligência, mas conferindo gravidade a postura do pai como agente de uma atitude de potencial desencadeamento do ato, fazer piadas. A atribuição de culpa, mesmo que emergindo na perspectiva da falha, é um ponto de observação da eficácia material da subjetivação pela condição da vítima, que escapa e se realiza mesmo a contragosto do enunciador.

4 DISCURSO, SUJEITO E LÍNGUA: TEXTOS SUICIDAS ENTRE O VESTÍGIO E O SINTOMA

Pensamos ter traçado, até aqui, um percurso que buscou examinar as relações entre discurso e história, que estamos chamando de indícios, isto é, a determinação histórica dos sentidos e seus efeitos na modulação da forma-sujeito capitalista.

A partir de agora, nossa análise se centrará em uma investigação sobre os vestígios da língua no discurso e sobre uma diagnose do sujeito como sintoma da ordem discursiva. No entanto, cabe salientar, que tais intersecções não são categorias estanques. Língua, sujeito, história e discurso se articulam simultaneamente. Valemo-nos de tais atos analíticos apenas para fins de organização e de separação pragmática da análise. Como pudemos observar no capítulo 3 e continuaremos a testemunhar, as reflexões sobre um aspecto invariavelmente nos levam a considerar o outro.

Dito isto, lembremos a filiação teórica da AD: materialismo histórico, linguística e psicanálise. O primeiro nos ensina que existe uma forma material encarnada na história, mas há um real histórico, de tal maneira que o homem faz história, mas esta não lhe é transparente. Em outras palavras, os fatos, se é que podemos chamá-los assim, não existem por si só, mas reclamam sentidos (ORLANDI, 2015)

A AD representa uma mudança no paradigma linguístico que identifica uma relação direta entre linguagem, pensamento e mundo. Para nós, a língua não é unívoca. Tem uma ordem própria, mas sua autonomia é relativa. Esta perspectiva pode ser apreendida no postulado da não transparência da linguagem, que leva ao efeito da ilusão referencial da língua (ORLANDI, 2015).

Tomamos ainda, o deslocamento da noção de “homem” para a de “sujeito”, isto porque afetado pelo real da história e pelo real da língua, recalcado de seu inconsciente e assujeitado pela ideologia, não tendo, portanto, controle sobre seu processo de constituição em sujeito. (ORLANDI, 2015).

Vimos, no capítulo 2, como a sociedade midiaticizada é marcada pelo processo de retroação da escuta prevista. Isso é um aspecto do funcionamento do discurso que caracteriza a formulação sob a condição da antecipação imaginária. Conforme Orlandi (2015), este mecanismo consiste no ato em que o locutor experimenta, imaginariamente, o efeito de suas próprias palavras, antecipando-se em relação ao seu interlocutor. Este funcionamento orienta a argumentação conforme os efeitos desejados. A antecipação imaginária é um componente

marcante do sujeito no digital (DIAS, 2018).

Conforme Dias (2013), a forma material da escrita, isto é, o suporte, a tecnologia e a grafia, enseja significações específicas para a escrita de si e para a escrita de uma sociedade, em geral, assim como as condições de produção sócio-históricas. Partindo deste ponto, a autora considera a linha do tempo do Facebook como uma unidade imaginária da vida escrita do sujeito.

Desta feita, a linha do tempo, estruturada em um fio narrativo cuja hierarquia é a marca do calendário, consiste em uma forma de organização da vida fragmentada, do sentido em movimento, em uma linearização do tempo disperso, compondo uma totalidade imaginária. Esta montagem realizada pelo sujeito produz sentidos outros ao estabelecer a relação do real com o imaginário: o digital promete a completude que o tempo e a constituição própria do sujeito recusam ao indivíduo das redes (DIAS, 2013)

É essa relação com o imaginário que possibilita ao sujeito escolher os acontecimentos de sua vida, matéria-prima da narratividade do seu perfil no Facebook, para marcar o tempo e construir uma unidade sua.

Assim, ao considerar o jogo de forças da memória que quer desmanchar a rede de implícitos, aquilo que o sujeito lança aleatoriamente como dizer de si, e a memória que quer estabilizar, tanto o sujeito quanto o sentido, numa linearização do tempo, estou considerando a materialidade da escrita no espaço digital (numérico) como o traço movente que a Linha do tempo estabiliza numa poética do cotidiano da rede. (DIAS, 2013, p. 70)

Nas escritas no Facebook que compõem nosso arquivo analítico, entendemos que a materialidade significativa de tais postagens guarda semelhança com um funcionamento denominado “discursos de si” (PAULILLO, 2004). A materialidade significativa é caracterizada por uma textualidade que é estrutura significativa, acontecimento enunciativo, atualizada por sujeitos na história e, necessariamente por isto, dotada de sentidos sociais (PERNISA JÚNIOR; ALVES, 2010).

O discurso de si se define como aquela modalidade de discurso em que o sujeito enunciativo fala de si mesmo, num desdobramento auto-reflexivo. No discurso de si, o sujeito procura dar corpo simbólico a estados internos – pensamento e sentimentos – que são experimentados no momento em que o discurso se produz ou que foram no passado. Nesse sentido, o discurso de si é um funcionamento que emerge, em geral, em meio a um relato de acontecimentos vivenciados, mas com ele não se confunde. O que caracteriza o discurso de si não é o falar de si mesmo enquanto protagonista de acontecimentos que foram/são vivenciados, mas o falar de si enquanto instância subjetiva. Assim, o discurso de si, se guarda proximidade com manifestações da ordem do autobiográfico, do confessional, por exemplo, mantém, em relação a eles, sua especificidade. (PAULILLO, 2004, p.2)

No entanto, cabe ressaltar que, para Paulillo (2004), o discurso de si é caracterizado por se inscrever em um espaço privado de enunciação, ao contrário das formas públicas de discurso. Conforme Orlandi (1983) nas formas públicas de interlocução e na circulação pública de sentidos, os efeitos de sentido se caracterizarão por funcionamentos próprios e serão interligados a processos imaginários típicos, predominando a homogeneidade e a coincidência entre sujeito, dizer e sentido. No discurso de si, ao contrário, o sujeito se constitui principalmente em um processo auto-reflexivo, ao invés de se inscrever na relação de interlocução com outro, quando a polissemia é mais contida.

Tal observação faz-se necessária justamente porque as postagens no Facebook conjugam aspectos tanto das formas públicas do discurso quanto das formas privadas. Um relato em uma rede social é público na medida em que sua circulação é exposta e a interlocução, mesmo que não tenha um destinatário textualmente identificável, se constitui como endereçada ao(s) outro(s). Da mesma forma, os relatos de si no Facebook são caracterizados em parte também por um funcionamento característico das falas íntimas e de caráter confidencial, posto que correlacionam-se discursivamente com escritos íntimos, diários, autobiografias e diferentes escritas de caráter auto-reflexivo. Como descreve Dias (2013), “um falar de si muito específico, um falar de si aberto, publicizado, mas ao mesmo tempo íntimo, como se fosse apenas o sujeito e a tela, uma espécie de Show de Truman em forma de diário” (p. 64).

Acrescenta-se a isto o fato de que, em tais relatos no Facebook, o sujeito do discurso, enquanto efeito-sujeito do discurso de si, se manifesta pela inscrição simbólica de singularidade, incompatível com as formas públicas de discurso.

De fato, o discurso de si é um dos funcionamentos que tipificam as formas discursivas que estruturam simbolicamente não somente o que é da ordem do privado, mas, no interior, desta, o que é da ordem do íntimo, na medida em que no discurso de si o sujeito aparece como engajado em enunciar o *si mesmo* enquanto interioridade psíquica e instância estritamente subjetiva. (PAULILLO, 2004, p.14-15. Grifos no original)

No discurso de si (PAULILLO, 2004) emerge, portanto, o real da indeterminação do sujeito e do sentido, visto que, ao contrário das formas públicas, a posição enunciativa se determina muito menos em relação à exterioridade e a inscrição através de lugares de identificação perde força. A este respeito devemos, no entanto, fazer outra ressalva, pois, como veremos, em postagens no Facebook, o caráter de remetimento ao outro reanima o

funcionamento dos lugares de identificação em que o sujeito se inclui ou se exclui em relação à exterioridade.

São enunciados em que predominam a vacilação e a indeterminação do sentido. Marcas linguísticas como as modalizações “não sei direito”, “ou sei lá o que” e glosas como “talvez eu seja”, marcam um funcionamento em que o efeito de rarefação incide diretamente no sentido do enunciado nuclear. Por outro lado, temos a materialização de formas de negociação com lugares de identificação. Enunciados que demonstram a presença do efeito-sujeito epistêmico, sujeito cartesiano da consciência. Marcadores de exclusão como “sempre”, “somente”, “apenas”, etc, fecham e estabilizam o sentido da representação do si-mesmo:

mas eu sempre soube que iria acontecer
 algo no meu íntimo sempre me dizia
 Sempre fui uma pessoa tão boa
 eu nunca consegui me sentir de fato amado

Desta forma, os relatos no Facebook permanecem em um jogo entre determinação e indeterminação. Enquanto enunciando o si mesmo como uma instância subjetiva auto-representável, o que é propiciado pela ilusão imaginária do eu, o sujeito ainda assim aparece negociando com outros lugares do discurso. Assim, ao colocar o “eu” como objeto do discurso, no discurso de si duas dimensões do sujeito são suscitadas: a do sujeito do afeto, “porque afetado pelos sentidos que o atravessam”, e a do sujeito epistêmico, da reflexão, “aquele capaz de construir um saber sobre qualquer coisa (inclusive o si-mesmo que, enquanto tal, se busca objetivar...)”. (PAULILLO, 2004, p.25).

Dito isto, o discurso de si associa-se estreitamente a uma dimensão ideológica específica que constitui a subjetividade moderna, caracterizada pela emergência do imaginário do “si mesmo” e do indivíduo como instância subjetiva. Haroche (1992) situa no século XIII o início deste processo, que é condição de produção para o funcionamento das práticas discursivas ligadas ao discurso de si e ao estatuto do sujeito-indivíduo na modernidade.

Durante a Idade Média, o dogma cristão exortava uma aceitação absoluta do divino pela fé que dava ensejo a formas de subjetivação que excluía qualquer possibilidade de autonomia do sujeito. Não havia meios de se criar uma condição subjetiva que desse conta da singularidade do indivíduo - que, inclusive, não era pensado como tal (HAROCHE, 1992).

Segundo Haroche (1992), a partir do século XIII inicia-se um processo que, de forma muito lenta, irá se deslizar entre a dependência total ao dogmatismo religioso para um

individualismo que, não livremente e sem obstáculos, prevalecerá no século XIX sob os auspícios do romantismo.

Neste curso de séculos de rupturas e conversões nos modos de subjetivação, irá surgir um gênero específico que é ao mesmo tempo uma resposta e um sintoma da nova realidade europeia, marcada pelo encontro com o outro, o diferente e com a diversidade: a escrita autobiográfica. Este gênero começa a surgir no século XVI e vai se desenvolvendo até se consolidar no século XVIII. No contexto histórico-ideológico do romantismo, o sujeito buscará decifrar a própria existência e descobrir nela um sentido, restabelecendo a unidade perdida. (FIGUEIREDO, 2007). Ao romantismo...

pertencem os valores da espontaneidade impulsiva, com identidades debilmente delimitadas, porque atravessadas pelas forças da natureza, da coletividade e da história, que se fazem ouvir de “dentro” e não são impostas pelos hábitos e pelas conveniências civilizadas. A potência dessas forças promove uma restauração do contato do homem com as origens pré-pessoais, pré-rationais e pré-civilizadas do “eu”, com os elementos da animalidade, da infância etc. Esta restauração propulsiona, idealmente, uma espécie de autodesenvolvimento que se faz à custa dos limites e da unidade identitária e que é marcado por crises, experiências de desagregação, adoecimento, loucura e morte. (FIGUEIREDO, 2007, p.147)

Neste gênero, denominado por Figueiredo (2007) como “literatura autobiográfica”, a memória passa a ter uma utilidade especificamente responsiva às torções subjacentes à modernidade, ao individualismo e à desagregação do sujeito unitário do iluminismo. Ela se destinará a estabilizar, dar permanência, continuidade e sentido a experiências individuais e grupais. Para Paulillo (2004), tal produção literária é permeada pela preocupação com o corpo – doenças, fragilidades, etc – e pela consolidação de uma escrita reflexiva sobre o funcionamento do corpo como lugar de dor e de sofrimento.

É sob tais aspectos que, conforme Figueiredo (2007), a emergência da escrita autobiográfica é a manifestação de um duplo movimento: por um lado, de desintegração da subjetividade anterior e, por outro, do desenvolvimento de técnicas de defesa de uma identidade problemática, permeada pelo novo regime disciplinador da “liberdade”, da emergência do privado e do íntimo e da atomização do indivíduo. São estes fatores que ganharão espessura nas modalidades de escrita que se materializará e se proliferará através dos diários.

Antes do século XIX o indivíduo não imprimia uma marca pessoal à escrita. Posteriormente, ela começou a se tornar individualizada e autobiografizada. Lejeune (2014) elenca trabalhos que demonstram que nos primórdios das ciências psicológicas a escrita foi

tomada como um “universo de sintomas”, um corpo que poderia ser decifrado e desvelar a história, o caráter e a patologia de cada um, “uma pele da alma, única e reveladora, como uma impressão digital”, algo como “vestígios psíquicos” (LEJEUNE, 2014, p. 375).

A passagem para a escrita no computador tornou a noção de vestígio mais problemática. O suporte, como cadernos e papéis, e os instrumentos, como tintas, lápis e canetas, que ensejavam uma relação do autor com a escrita, a caligrafia, a rusticidade do papel, o movimento do pulso, condições de produção que Lejeune (2014) considera compor o prazer do ato e a riqueza do registro, deram lugar, segundo o mesmo autor, a uma inscrição pobre no que diz respeito a informações sobre o autor. No entanto, é justamente a impessoalidade de tal escrita que pode prometer uma função libertadora no caso do diário, na medida em que, na escrita pessoalizada, nem todo diarista sente prazer ao deparar-se com vestígios de si mesmo (LEJEUNE, 2014).

O distanciamento propiciado pela relação homem e máquina é um fator relevante na consideração dos relatos íntimos e pessoais.

A convergência dos cinco depoimentos que vamos ler³⁰ me impressionou. Todos atribuem ao computador o mérito de ser uma espécie de escuta terapêutica que decanta o que se quer dizer, que permite, graças à neutralidade da tipografia, ser objetivo, fugir de si mesmo, se distanciar. Outros fatores intervêm, como veremos: a posição face a face, a possibilidade de corrigir e, especialmente, a fantasia de ter um leitor desconhecido. (LEJEUNE, 2014, p. 378)

Em uma unidade textual de nosso arquivo este modo preferencial de relatar a si mesmo também aparece:

Não achei que seria tão fácil escrever uma nota de suicídio, mas tô com a consciência tranquila, porque conforme escrevia, consegui sentir a minha alma se desdobrar em toda a sua honestidade

Os atributos de correção, edição, acréscimo, etc, possibilitados pelos editores de texto digitais repercutem diretamente na função de autoria³¹. Lejeune (2014) identifica no trabalho de escrita dos diaristas do papel, por assim dizer, uma espécie de técnica cuja elaboração e desenvolvimento refuta as rasuras e correções. Para o autor, as páginas

³⁰ Em um deles, uma correspondente escreve: “A escrita à mão sempre nos deixa presos a nós mesmos: como é difícil se expressar, se ver por um prisma que ainda nos inclui! O computador, ao contrário, não nos inclui: é neutro, é o mesmo para todos. Consequentemente, ao menos para mim, ele facilita a tarefa de qualquer pessoa que tenta dolorosamente existir”. Outra correspondente relata que destruiu todos os manuscritos quando tentou suicídio. O computador foi o suporte que refez seus laços com a escrita. (LEJEUNE, 2014, p. 378-379)

³¹ Desenvolveremos adiante o conceito de função autor como elaborado pela AD

incólumes de rabiscos, longe de indicar um trabalho meticulosamente pensado e rascunhado para evitar o erro, materializam um trabalho de modalizações e retificações no curso do texto. Estes escritores do cotidiano dizem, desdizem, e se retificam no contínuo da escrita. Tudo isto cai por terra no digital, que pode realizar um apagamento dos vestígios de si³² e se constituir como um lugar preferencial de expressão do sofrimento.

De acordo Lerner e Vaz (2017), a sociedade contemporânea, marcada pela exposição de si, pela emergência tecnológica e pela atribuição de legitimidade ao sofrimento e ao testemunho, possibilitará uma rearticulação entre a doença, o sofrimento e a visibilidade.

A narrativa do sofrimento associado à doença viria, portanto, pela produção biográfica, o que, por sua vez, está associado a um intenso processo de publicização das vidas privadas, reconfigurando, em alguma medida, a construção narrativa do privado como esfera da intimidade e possibilitando a emergência de novos arranjos. O cotidiano, a vida ordinária, a experiência, o espaço das emoções e da vida interior, que antes deveriam ser “resguardados” no segredo, passam a ser alvo de grande interesse e expostos nos mais diversos suportes tecnológicos. Os bastidores, antes descartados como algo que não interessava a ninguém que não o próprio sujeito ou aos que o cercavam em um circuito próximo, passam a ser vistos como reduto de maior autenticidade, locus onde residiria a “verdade” do indivíduo (LERNER; VAZ, 2017, p. 157)

No plano do indivíduo, o sofrimento, como proposto por Dunker (2015), deve ser pensado dentro do quadro de uma teoria do reconhecimento, ou seja, a partir de demandas de reconhecimento – político, jurídico, social – que vão determinar quais deles estão, de certa forma, autorizados e quais devem ser contingenciados. A partir disso, toda forma de sentir e de sofrer contém uma demanda de reconhecimento e deriva de uma política socio-historicamente determinada de identificação do sujeito. “Cada época define politicamente quanto e qual sofrimento pode ser suportado e qual deve ser incluído na esfera do patológico” (DUNKER, 2015, p.219), acrescenta.

A segunda condição para analisar o sofrimento é pensá-lo em estrutura de narrativa. Daí decorre sua natureza transformativa quanto às condições de produção das práticas discursivas e da posição do sujeito em relação à enunciação de seu sofrimento. No âmbito da linguagem, isso significa dizer que o sofrimento se exprime no entremeio entre o discurso e a fala. Dunker (2015) recorre a Lacan para conceituar a narrativa como um processo de linguagem que contorna um objeto atribuindo-lhe uma “estrutura de ficção”. “Quando Lacan diz que a verdade possui estrutura de ficção, ele nos remete a esse campo de

³² Apenas podem. Não tomamos em absoluta esta proposição. Alguns relatos de sujeitos suicidas no Facebook são marcados por alguns traços típicos da expressão oral (PAULILLO, 2004), marcados pela vacilação, pela modalização reticente e pela contradição.

construção hipotético de saberes que são constitutivos do sujeito e que definem o tecido linguístico do sofrimento” (DUNKER, 2015, p. 219).

Vejamos esta estrutura enunciativo-discursiva:

Quando estava longe dos olhares da minha família, passei a minha infância inteira com uma faca encostada no peito, em direção ao coração, acho que só não fiz naquele tempo porque tive medo de errar e ficar aí vegetando e dando trabalho

Deve-se considerar, ainda, que a experiência do sofrimento está relacionada a uma dificuldade de elaboração simbólica, de nomeação da angústia, “um processo de indeterminação de sentido” (DUNKER, 2015, p.219). Esta dificuldade ou incapacidade de apreensão simbólica do real é um traço materializado na escrita dos sujeitos suicidas aqui estudados:

já não faz mais sentido viver nesse mundo hipócrita

Eu sinceramente não acredito e não estou acreditando que estou passando por tudo isso

nunca entendi muito bem como tudo funcionava, como era fazer amigos, mesmo, e seguir em frente

acho que entendi tudo errado

Continuo sem saber como tudo funciona

acho que agr não seja minha obrigação entender

Eu não posso dar-lhes certeza

(não sei direito), mas posso especular a respeito

Quero deixar claro que não foi por causa de pessoas, (ou sei lá o que)

Nos dois últimos enunciados elencados temos um funcionamento particularmente interessante no relato de si, um funcionamento enunciativo que, segundo Paulillo (2004), é típica do discurso de si: a enunciação vacilante. De um lado, temos um segmento que descreve ou representa um certo estado de coisas, que se assemelha à ordem da declaração, da asserção (“posso especular a respeito” e “quero deixar claro...”). Por outro lado, representado entre parênteses, temos um segmento enunciativo que incide sobre a representação. Ao atravessar o enunciado nuclear, este dizer “suspende, revoga, relativiza, afasta, enfim, destitui o enunciado nuclear do seu poder de nomeação, ao produzir um efeito de rarefação, de esfumaçamento do sentido do enunciado nuclear” (PAULILLO, 2004, p. 142).

Segundo a autora, os fenômenos da enunciação vacilante podem ser considerados como

[...]produzidos por um funcionamento que faz com que a ordem referência, da nominação, da circunscrição do sentido, da unicidade do dizer apareça no interior mesmo desse movimento enunciativo como não realizada, como não se realizando, ao mesmo tempo em que, ao longo do fio do discurso em que tais enunciações se produzem, esses tropeços emergem, para o sujeito enunciante, não como marcas de uma impossibilidade radical, mas como realizações tentativas ao longo de um discurso em que a unicidade do dizer não cessa de ser buscada e de ser visada como um objetivo a atingir, e como um objetivo possível de se atingir, embora, o que tal discurso manifeste, por outro lado, seja o seu não acabamento, seja, ao longo de seu curso, a não-realização da coincidência. (PAULILLO, 2004, p. 143)

Por fim, Dunker atribui à experiência do sofrimento o processo do que a psicanálise chama transitivismo, ou seja, de inversão de significação entre o agente e o paciente de uma ação. “O transitivismo é a experiência psicológica que a criança experimenta quando suspende e confunde a relação entre aquele que pratica a ação e aquele que sofre a ação” (DUNKER, 2015, p.219).

Figueiredo (2007) acredita que o sofrimento humano modifica-se de acordo com as transformações das subjetividades. Nesse sentido, a necessidade do reconhecimento do sujeito em seus laços sociais possui parte de sua origem na construção de novos ideais e novas verdades. Esse modelo contemporâneo de construção de identidade, que se baseia na vida íntima, pode ser lido como um efeito da relação entre o liberalismo, o romantismo e o regime disciplinar.

Os relatos que coletamos nesta pesquisa nos levam a propor uma certa injunção do sujeito suicida a falar, e esta fala se dá na rede social. A respeito desta necessidade específica de dar um relato de si, Butler (2017) reflete que todos somos vulneráveis à interpelação do outro. Somos destituídos do controle da interpelação assim como não controlamos a esfera da linguagem. A partir de Lévinas, a autora arremata que a pretensão de responsabilidade do sujeito pelos seus atos emerge como consequência de estarmos sempre sujeitos à interpelação não desejada do Outro. Esta dimensão exterior e acusativa do Outro é fundante, de forma que acontece sem qualquer garantia de um feito do próprio do sujeito, pois

[...] nos devolve não aos nossos atos e escolhas, mas a uma região da existência que é radicalmente não desejada, a invasão primária e inaugural do Outro em relação a mim, uma intrusão que me acontece, paradoxalmente, antes da minha formação como um “eu”, ou melhor, como instrumento da primeira formação de mim mesma no caso acusativo. (BUTLER, 2017, p. 113-114)

Ainda em Lévinas, Butler (2017) argumenta que é somente pelas vias da acusação que o “eu mesmo” – *moi* – surge, tanto no sentido ético quanto no gramatical. Isto é, para Levinas, o trauma primário e anárquico – anárquico no sentido de não atribuir causa alguma, trauma enigmático e sem princípio definido. O caráter acusativo de tal interpelação é classificado como persecutório, mas uma perseguição “pré-ontológica”. Para Lévinas, isto se deve ao fato de que uma relação passiva com os outros precede a formação do Eu, o que significa dizer que esta formação em passividade constitui a pré-história do sujeito, instaurando o Eu como objeto da atuação do outro antes de qualquer possibilidade de agirmos em nosso próprio nome. O “eu mesmo” já aparece com efeito de objeto. É por isso que a pretensão de responsabilidade não resulta da autocensura e preocupação de si e não se baseia em relações causais entre ator e ato. Ela é fundante e emerge como consequência da primazia da alteridade. (BUTLER, 2017)

Foucault (2017) insere a reflexão do relato de si nos atos confessionais, uma preocupação moral e cuidado ético ligado a um conjunto de práticas denominadas “técnicas de si”. O autor confere à confissão um viés de censura, com fins de extração coercitiva de uma verdade sobre o comportamento sexual do sujeito, tudo isso em um regime religioso que demandava a “austeridade sexual”. Desta maneira, o relato de si estaria muito mais ligado a um mecanismo em favor de um poder regulador, que produz um sujeito obrigado a “revelar” seus desejos.

Bulter (2007) nota que Foucault revê sua posição ao considerar a confissão na década de 80³³

Foucault entende a confissão como um ato de fala em que o sujeito “torna-se público”, entrega-se em palavras, envolve-se num ato estendido de autoverbalização – *exomolgesis* – como forma de fazer o si-mesmo aparecer para o outro. Nesse contexto, a confissão pressupõe que o si mesmo tem de aparecer para se constituir e que só pode se constituir dentro de uma dada cena de interpelação, dentro de uma relação constituída socialmente. A confissão torna-se a cena verbal e corporal da demonstração de si mesmo. (BUTLER, 2017, p. 145)

Sob esta perspectiva, afirma Butler (2017), Foucault vai se distanciar das suas próprias teorias que tomavam a confissão como uma violência do exame de si. Retoma, de fato, a confissão para ilustrar como, na expressão de si e por intermédio da expressão de si, o sujeito renuncia a si mesmo. “Nesse sentido, a manifestação do si-mesmo dissolve sua

³³ O texto remetido pela autora trata-se de uma conferência proferida por Michel Foucault em Berkeley, Califórnia, EUA, em 20 e 21 de outubro de 1980. Publicado em português como “Verdade e subjectividade”. Cf. FOUCAULT, Michel. Verdade e subjectividade (Howison Lectures). Revista de Comunicação e linguagem. nº 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203-223

interioridade e a reconstitui em sua exterioridade”, considera a autora (2017, p. 146). O exame de si, no modelo de confissão, não seria, portanto, uma interiorização de normas reguladoras, mas uma forma de “se entregar a um modo público de aparição” (BUTLER, 2017, p. 146).

Por mais que se queira, não é possível se livrar dessa condição paradoxal da deliberação moral e da tarefa de relatar a si mesmo. Mesmo que a moral forneça um conjunto de regras que produz um sujeito em sua inteligibilidade, ele não deixa de ser um conjunto de normas e regras que um sujeito deve negociar de maneira vital e reflexiva (BUTLER, 2017, p. 21).

Além disso, o relato de si precisa ser dado em termos que excedem o sujeito. Não foram criados para ele e nem por ele. Para que o relato seja inteligível, para o sujeito e para os outros, é preciso que ele entre em um domínio de caráter social e estabelecido por normas sociais, uma dimensão “de falta de liberdade e de substituíbilidade em que nossas histórias ‘singulares’ são contadas”, afirma Butler (2017, p.33).

A afirmação do parágrafo anterior nos remete a uma ordem discursiva, nos termos de Foucault (2014). Estas reflexões são de extrema importância para as questões que formulamos a respeito dos textos suicidas que levantamos neste trabalho. Até que ponto as funções do sujeito esclarecem a pergunta: “quem é este sujeito que vai às redes expor seu sofrimento?”

Até aqui algumas ponderações são possíveis. É notável como, através do discurso materializado nos textos, podemos postular uma certa injunção a falar. Nos termos de Butler (2017), é possível perceber uma certa interpelação, vinda do exterior, e que insta o sujeito a dar uma explicação de si, um sujeito que se coloca à disposição da alteridade, indicando a primazia do Outro que falamos anteriormente.

Temos uma certa injunção a falar, ou seja, materializa-se uma posição sujeito que projeta imaginariamente o Outro como uma autoridade de escuta, uma alteridade radical que lhe “pede” que diga sobre si.

isso mesmo para surpresa de uns e para a confirmação de outros

eu vou tentar fazer o meu melhor aqui

Então por aqui encerro meu sofrimento!

Tchau pessoas amadas e queridas

A primeira coisa que vocês precisam saber é que não é algo novo

isso eu preciso admitir

Eu vou, mas deixo todos cientes do porquê de tudo isso
 Acredito que isso explica algumas coisas né
 Eu pensei muito a respeito, a respeito do que diria aqui pra vocês
 e fiz isso a tal ponto de fazer de mim mesmo vítima indefesa das minhas
 circunstâncias, e finalmente sucumbir a elas. Quais circunstâncias?
 acredito que o que vem a seguir é surpresa para a esmagadora maioria de vocês
 o que é motivo de orgulho né
 eu sei... eu disse que não faria isso
 vou nessa rapa aa

As reflexões que fizemos até aqui nos levam a considerar que essa cena de interpelação é constitutiva do sujeito, pois lhe precede na ordem discursiva. A progressão textual das postagens, invariavelmente, identifica um destinatário e lhe demanda escuta e reconhecimento. Apesar disso, uma condição de produção própria das redes sociais, a saber, seu caráter de ampliar as possibilidades de circulação no ato da formulação, nos levam a crer que este sujeito confere uma autoridade ao público, no sentido amplo do termo.

4.1 AUTORIA, ENUNCIÇÃO E LOCUÇÃO: AS FUNÇÕES ENUNCIATIVO-DISCURSIVAS COMO OBSERVATÓRIO DO SUJEITO

Na relação do sujeito com seu discurso, isto é, sua formulação, é premente a afirmação de que o texto é uma dispersão do sujeito (ORLANDI, 2012). Isto significa que, no interior do mesmo texto, o sujeito ocupa posições diferentes, se representando de maneiras não coincidentes no mesmo espaço textual. É este aspecto que faz da heterogeneidade, segundo Orlandi (2012), uma característica marcante do universo discursivo.

Retomemos a assertiva de que o autor tende à unidade e o sujeito à dispersão (ORLANDI, 2012). Como dissemos, os diferentes modos em que o sujeito se inscreve no texto correspondem a diferentes representações. As representações indicam diferentes funções enunciativo-discursivas. A partir de Ducrot, Orlandi (2012) estabelece a função de locutor, que é aquela representada pela dimensão do eu no discurso; e a de enunciador, que é a perspectiva que este eu constrói. Ou, como veremos, as várias perspectivas construídas pelo eu. Orlandi (2012) acrescenta, ainda, o princípio da autoria. Locutor, enunciador e autor constituem, nesta ordem hierárquica, as funções postas em jogo pelas representações do sujeito no discurso.

A autoria é descrita primeiramente por Foucault (2014) como o princípio de agrupamento do discurso, origem da significação que o confere unidade com vistas a atingir a coerência. “O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (FOUCAULT, 2014, p. 26).

Esta função emerge ao organizar aquilo que será escrito e o que estará ausente. A função do autor prescreve um jogo de identidade que busca sua forma na individualidade e no eu, um jogo de diferenças que o autor recebe de sua realidade socio-histórica e o modifica.

Esta noção terá um deslocamento relevante em AD. Enquanto Foucault detectava tal princípio em alguns textos, relacionando-o mais àqueles que traziam em seu bojo a pretensão de uma obra, Orlandi (2012) compreende que a função de autor está na base de qualquer formulação, ao produzir uma unidade significativa para qualquer dizer, até naqueles que Foucault (2014) não considerava (passageiro, cotidiano, flutuante). “Para nós, a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim” (ORLANDI, 1998, p.69 apud DIAS, 2018, p. 48). Ao autor é exigido, portanto, respeito aos padrões estabelecidos tanto quanto às formas gramaticais quanto à forma do discurso, explicitação, clareza, etc.

Tais reflexões nos permitem dizer que a função do discurso não é de se constituir como um retrato fiel da realidade. O que há nesta aparência de unidade do discurso é justamente um projeto totalizante de um sujeito dividido e assujeitado. A autoria é a função pela qual o sujeito tenta assegurar a coerência e a completude da representação colocada em cena pela enunciação. (ORLANDI, 2012)

A relação entre o autor e seu leitor se constitui através de modelos de escrita e de suposições que os interlocutores fazem a respeito de suas relações com tais modelos. Como atesta Orlandi (2012, p. 118), “a relação se faz tendo como referência padrão aquilo que deve ser o bem escrito e a boa leitura”. Na compreensão da AD, a função de autoria é aquela mais atravessada pelo social, suas coerções e constrangimentos. Produzindo o efeito do eu enquanto produtor de linguagem, tal representação está mais submetida às regras das instituições, visto que é a dimensão do sujeito mais determinada pela exterioridade, isto é, pelo contexto sócio-histórico. (ORLANDI, 2012).

Já discutimos a ideia do sujeito jurídico que se consolida entre os séculos X e XIII e que está na base das condições de produção da formulação. Tudo isso nos leva a afirmar que

as diferentes funções discursivo-enunciativas realizam um apagamento do sujeito³⁴, sendo este aspecto mais marcante na função-autor. Segundo Orlandi (2012), isto ocorre porque é nesta função

que mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz. É da representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte de seu discurso. É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social. (ORLANDI, 2012, p.104)

Por isso, para se constituir como autor, o sujeito se coloca em uma relação de negociação com a exterioridade ao mesmo tempo em que expressa sua interioridade. Por isso, ele constrói sua identidade como autor ao aprender a assumir este papel (ORLANDI, 2012). Estas considerações nos ajudam a compreender alguns aspectos dos relatos de si e expressões de sofrimento nas postagens de sujeitos suicidas no Facebook.

Em primeiro lugar, a recorrência de determinadas cenas de interpelação descritas na seção anterior pode nos indicar que a publicização do sofrimento é um sintoma deste sujeito que atribui ao público uma autoridade terapêutica de escuta. A explicitação dos motivos, que rege a temática de tais relatos, dão um vislumbre de um sujeito que aprendeu, ao se constituir como autor do próprio relato suicida, uma forma enunciativa-discursiva socialmente autorizada e legitimada para atribuição de reconhecimento. Como vimos no capítulo 3, a subjetivação através da condição da vítima é um forte princípio modulador da função-autoria.

A exigência de responsabilidade e do papel social que a autoria pressupõe implica uma inserção do sujeito na cultura, ou seja, uma posição dele no contexto amplo, o histórico-social. Neste mecanismo, o que está em jogo são processos discursivos no qual o sujeito se constitui como autor. No universo digital, Dias (2004) argumenta que a lógica do aqui e agora, do “estar on-line”, engendra uma saturação da identidade.

[...] o que há é uma *hipertrofia da relação do sujeito com a identidade*, e, conseqüentemente, da sua necessidade de autoria, uma vez que o apagamento do político como mediador da relação do sujeito com o mundo, sobrecarrega a identidade. O próprio apagamento do limite entre o público e o privado, gera essa hipertrofia, já que o corpo torna-se, ele próprio, texto, formulável. (DIAS, 2004, p. 63) [grifo no original]

³⁴ A respeito do apagamento do sujeito, Orlandi escreve: “O ‘apagamento’ não tem um sentido negativo, pois: 1. Ele é a própria possibilidade de transmutação do sujeito em suas múltiplas formas e funções; e 2. Ao colocar-se socialmente, o sujeito-autor se percebe subjetivamente. O apagamento é constitutivo do sujeito. É um modo de existência do sujeito: um procedimento pelo qual se constitui. Em resumo: o apagamento faz parte das condições de produção do sujeito”, cf. Orlandi, 2012, p.104.

Por isso, nos interessa entender os mecanismos dos processos textuais no qual o sujeito marca sua prática de autor. Para isso, recorreremos de forma mais acentuada a uma das postagens, o texto 2, especificamente. A escolha se deu pelo fato de tal texto proporcionar observações interessantes sobre a tensão entre as funções enunciativo-discursivas do sujeito.

Dividimos tal relato em unidades temáticas, como segue:

[1] A vida é feita de escolhas e eu escolhi morar com Deus!

[2] É muita pressão e muita gente negativa do meu lado, já não faz mais sentido viver nesse mundo hipócrita, onde uns querem passar por cima dos outros e não pensam nos sentimentos e nas consequências que podem causar nas pessoas.

[3] O motivo do meu desespero é por causa da minha loja, isso mesmo [4] para surpresa de uns e para a confirmação de outros, [5] eu ia abrir minha loja, meu sonho estava começando a se realizar, [6] eu estava feliz, muito bem, cheia de planos e sentimentos maravilhosos [7] até o momento em que contratei uma arquiteta totalmente despreparada para cuidar do meu projeto, (se é que merece o título de arquiteta), a senhorita XXXXX. Que possui seu escritório em XXXXXX, rua: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX bairro:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

[8] Ela é o motivo do meu desespero e das minhas noites mal dormidas, [9] ela que simplesmente me apresentou uma imagem em 3D com a intenção de que eu aprovasse (óbvio que aprovei) pois afinal não estudei arquitetura e tampouco entendo de móveis.

[10] Com a montagem dos móveis meu desespero começou a aumentar, a loja está montada exatamente da forma que eu NÃOOOO queria. Como assim??????

[11] Meu sonho virou pesadelo? ISSO MESMO

[12] Como é que vou entrar e trabalhar tranquilamente em um lugar que eu não quero, que eu achei horrível, e que todas as vezes que eu entro lá só tenho vontade de chorar e nada mais?

[13] Além dela, o XXXXX proprietário da empresa XXXXXXXXXXXXXXXX que fica localizado na rua: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Bairro: XXXXXXXXXXXXXXXX

Também é motivo de todo esse desespero sem fim, liguei para ele no dia 11/08 informando que o material que combinamos não era aquele que estava sendo montado, o mesmo simplesmente disse que não alteraria nada e que estaria mandando os funcionários para entregar o que faltava e que o material combinado foi aquele, e Ainda me desacatou no telefone, não querendo resolver o meu caso, sendo que não foi aquele o combinado, montaram os móveis em mdf da pior qualidade. Informei a ele que eu tratei o material com a Projetista XXXXXXXX esposa dele, [14] eu e ela combinamos lá na minha loja qual seria o material usado, ela Me apresentou uma tabela de cores e eu escolhi, lembro perfeitamente da mesma dizendo:

O que acha de fazermos nesse branco trançado, pois o branco liso suja muito e é “bagageiro”.

Eu aceitei a opinião dela e fechamos naquele material. (Branco trançado).

[15] Porém o XXXXX não quis explicação, deixou a loja montada da pior forma possível e simplesmente disse q seus funcionários iriam na loja entregar o que faltava e que ele estaria largando esse projeto de mão. Em nenhum momento ele se propôs em ajudar, simplesmente deixou jogado as traças de qualquer jeito os móveis, ele só se propôs quando ele viu que não tinha gaveta de caixa no caixa, então foi correndo fazer uma gaveta enjambrada e no escritório o armário não foi até q parede, era um armário sob medida, ele simplesmente enjambrou tudo na mesma tarde, pois eu estava pressionando tanto ele quanto a arquiteta. [16] Os dois estavam cientes e nervosos com o que estava acontecendo.

[17] Eu sinceramente não acredito e não estou acreditando que estou passando por tudo isso. É um sonho indo ralo a baixo e [18] eles não estão tendo a noção do tamanho do estrago que fizeram dentro de mim!!!

[19] Minha vida era tão boa, [20] eu estava me tornando a mulher mais realizada que existe, [21] eu estava ciente de que estamos passando por uma crise, mas mesmo assim preferi arriscar, [22] eu queria ocupar minha cabeça com algo que eu gostasse e que me faria feliz e realizada profissionalmente. Eu já estava até fazendo planos de esperar minhas amigas na loja com espumante, e todo meu carinho de sempre. Tive muito apoio da minha amiga XXXXXXXXXXXXX, ela iria trabalhar comigo e sempre esteve comigo lado a lado para que desse tudo certo.

[23] Eu queria dar esse orgulho para minha mãe, mostrando que eu sou capaz, queria também dar esse orgulho principalmente para meu marido que eu amo tanto e mostrar a ele que a mulher dele estava se tornando uma lojista determinada e batalhadora.

[24] Mas infelizmente esse projeto arquitetônico acabou comigo, não tenho vontade de mais nada, já não como direito, eu só sei chorar e chorar. [25] Para uns isso pode parecer bobagem, mas pra mim não é, tanto que estou aflita desde o dia em que montaram os móveis e só hoje estou tendo coragem de fazer o que eu estava planejando desde aquele momento, [26] quem me conhece sabe que eu sou parceira e alto astral, estou sempre disposta a ajudar a todos e sempre procuro me conectar com pessoas de vibe positiva, [27] mas agora literalmente estou no fundo do poço, estou partindo dessa para uma melhor, pois sei que Deus está me esperando de braços abertos, essa dor que estou sentindo eu não queria que ninguém sentisse!

Juro! Não queria mesmo!!!

[28] Poxa vida!

[29] Sempre fui uma pessoa tão boa, tão amada, ajudei a todos conforme eu podia e agora passar por isso?

[30] Eu vou, mas deixo todos cientes do porquê de tudo isso. [31] E não tem mais jeito de mexer no projeto, pois dinheiro já foi investido e meus primeiros pedidos estariam chegando na primeira semana de Setembro.

[32] Eu queria ser forte para isso, mas não estou conseguindo suportar essa dor, [33] é um sonho que se tornou pesadelo, tô pirada, tô surtada, tô triste e amargurada [34] e a arquiteta quer que eu engula as coisas AFIRMANDO que eu pedi daquela forma.

[35] Era pra ser uma boutique, mas não é, não foi e nunca será uma boutique aquele projeto, [36] e ela quer que eu aceite aquele absurdo e pronto, eu sei muito bem o que eu queria pra loja e ela também, pois ela tinha referências de lojas que eu havia passado, [37] e aquilo está bem longe dos meus sonhos, [38] estou com coração machucado, com as mão atadas e muito triste em saber que as pessoas não tem um pingo de noção, consideração e respeito.

[39] Lá de cima vou cuidar e zelar por todos que de alguma forma me transmitiram amor, pois só o amor transforma pessoas melhores, e se hoje sou uma pessoa do bem, foi graças às pessoas que me apoiaram até aqui e me deram muito amor e carinho!

[40] Conheci muitas pessoas maravilhosas esse ano, assim como também perdi pessoas que eu amava por desentendimentos.

Esse ano era pra ser “meu ano”, pois além da inauguração da loja, eu iria convidar as pessoas que deixaram de falar comigo, para irem conhecer meu espaço, pois eu queria que essas pessoas notassem minha mudança interna, mas o ano e o mês dos sonhos não aconteceu e não vai acontecer, [41] pois sou fraca e não sei lidar com esse tipo de sentimento, é ruim, doloroso e machuca muito! [42] Meu projeto virou motivo de desespero e depressão!

Quando eu entro na loja tenho vontade de sair correndo e chorar muito. (É triste, mas é isso que eu sinto)

[43] Eu vou partir dessa, não sei aonde vou ser acolhida, mas espero que seja no céu, pois pelo bem que plantei e deixei na terra, acredito que lá será meu lugar, eu já vejo anjos conversando comigo e me acalmando, vou, estou indo... [44] mas vou com um aperto no peito e com dó da minha mãezinha que me ama muito e vai sofrer demais, mas vai ser melhor assim, eu quero isso pra mim, [45] e mãezinha vc tem que ser forte pois vc terá a tarefa de cuidar do meu marido pois ele vai precisar

muito, do XXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX que vai sofre muito, do pai meu negão que sempre foi pelo correto eu amo muito meu pai, da XXXX que é nosso tesourinho especial, dos meus sobrinhos, parentes e dos meus irmão que apesar de alguns não gostarem de mim, eu sou humano e amo eles, [46] esse também é o motivo da minha tristeza , saber que alguns dos meus irmãos não zelam por mim, [47] mas faz parte da vida, acredito que todas as famílias existe isso, [48] mas que bom que o XXXXXXXXXXXX sempre foi meu amigo, meu braço direito, minha caixinha de segredos era ele, obrigado mano, eu vou cuidar muito de ti. [49] Mãezinha minha guerreira que pediu tanto pra mim não fazer isso quando me viu desesperada, em prantos, chorando, me sentindo insegura e desamparada. [50] Eu tentei lutar contra isso mae, mas foi mais forte que eu, fica bem véia, eu amo muito a senhora, a senhora é minha rainha, me cuidou, me protegeu, me abraçou, me levantou, esteve comigo em todos os momentos da minha vida, nunca me abandonou, até suportava meus momentos de “pitis” me acalmava e depois voltava todo ao normal, lembro de quando eu morava perto da tua casa (XXXXXXXXXX), a senhora levando meus potes de comida e pisando pé por pé pra não me acordar, tomávamos altos banhos de piscina, dávamos conselhos uma pra outra, saíamos juntas, nos divertíamos muito, fiz até a senhora beber tequila, momentos esses que vou levar comigo, eu lembro de tudo minha rainha linda, então mãe cuida de todos que precisam de vc nesse exato momento!!!!

[51] Depressão não é brincadeira! E hoje sei o que é essa doença pois estou passando por isso e não desejo isso nem para um inimigo(não tenho inimigos).

[52] Meu marido amado, peço que seja forte, muito forte! Eu te amo muito muito!!! Perdão por ser fraca meu amor, vc não queria que eu fizesse isso, lutou tanto contra esse meu sentimento suicida e hoje estou fazendo isso com a gente. [53] Me sinto envergonhada, mas é mais forte do que eu. Eu não quero mais viver assim, estou amparada por todos, mas ao mesmo tempo me sinto vazia e perdida.

[54] Eu te amo tanto tanto meu amorzinho, meu benzinho, eu juro que eu NÃO queria estar passando por isso, não queria mesmo, mas essas coisas a gente não escolhe, acontece!

Te amo meu querido amado que fez tudo por mim, lutou até o fim, vc foi o melhor homem que conheci, tanto que escolhi vc para casar e viver junto, nunca esqueça da tua nega louca que te ama demais.

[55] E que a justiça seja feita!

Peço que lutem por mim!

E que esses infelizes destruidores de vida e lares paguem por todo meu sofrimento e por tirar minha vida q era cheia de planos!

[nome e número do celular da arquiteta]

[nome do proprietário da loja de móveis, nome da loja e número do celular do proprietário]

[56] O endereço da loja que era meu sonho e que virou pesadelo:

[Endereço]

[Cidade]

[Rua]

[Nº da loja]

[Bairro]

[57] Se todos soubessem o que eu estou passando, não ficariam me dando conselhos e sim ficariam diariamente ao meu lado!!!

Uma visita, um café, um chimarrão ou até mesmo me chamariam para conversar!

Mas não, as pessoas só fingem que se importam com a gente!!!!

[58] Então por aqui encerro meu sofrimento!

Tchau pessoas amadas e queridas que me fizeram muito feliz um dia vamos nos encontrar para fazer muita festa, porém lá no céu

[59] A VIDA É TREM BALA PARCEIRO E AGENTE É SÓ PASSAGEIRO
PRESTES A PARTIR!!!

Começemos a proposta analisando tal relato a partir da perspectiva da autoria. Para Orlandi (2012), esta função é um lugar profícuo para observar a relação de dinâmica entre sujeito e discurso. Isto porque, se o sujeito se marca e se posiciona no discurso a partir da enunciação, não é menos verdade que o discurso se inscreve no sujeito, e essa inscrição resulta em um efeito de apagamento do sujeito.

O falante é o material empírico bruto, e enquanto enunciador é o sujeito dividido em suas várias posições no texto. O autor, ao contrário, é diferença (originalidade) sem ser divisão (individualidade). O autor, então, enquanto tal, apaga o sujeito produzindo uma unidade que resulta de uma relação de determinação do sujeito pelo seu discurso. Desse modo vê-se a ação do discurso sobre o sujeito. Portanto, é na relação entre discurso e sujeito que podemos apreender o jogo entre a liberdade (do sujeito) e a responsabilidade (do autor). (ORLANDI, 2012, p. 82)

A manutenção temática é condição para a coerência de um texto (KOCH; ELIAS, 2010), efeito dos mais relevantes ensejados pela função autor. Em um texto coeso, a mudança de tópicos, ou de temas, prevê a transmutação dos remas de uma unidade em temas de outra, para que a progressão textual se dê (ADAM, 2008).

Em função do lugar ocupado em uma frase e de sua visada comunicativa, uma parte da frase, seja um sintagma nominal, verbal, etc, pode ser considerada temática ou remática. A unidade temática significa o que é posto pelo discurso, o que aparece como um conteúdo já conhecido – usualmente designado como “tópico”. A unidade remática é aquilo que é dito sobre o tema – chamado de “assunto” ou “comentário”, neste sentido – o que é trazido de novo pelo enunciado e o que motiva a enunciação – designado algumas vezes como “foco”. (ADAM, 2008).

Utilizaremos, portanto, a Linguística Textual como suporte para analisar as questões que envolvem o princípio da autoria, a saber, a coerência, a coesão e a unidade do discurso, mais notadamente no conceito de focalização e progressão temática (KOCH; ELIAS, 2010).

Na proposição-enunciado [3] é inserido pela primeira vez no texto o tema do “motivo”, atribuído à “minha loja”. A partir da daí, a progressão textual segue por tematização linear até [5]. A tematização linear é aquela em que o rema de uma proposição torna-se tema da subsequente, cujo tema fornece o rema da seguinte. De [5] até [7], temos uma progressão constante, matizada pela temática da narrativa de si – “eu ia”, “eu estava”, “contratei. Em [7], uma proposição enunciado introduz, pela primeira vez, a “arquiteta” como rema. Este se tornará o tema, pela retomada anafórica –“ela” – em [8] e [9] e na proposição-enunciado que

abre a unidade [13] – “além dela”.

A partir daí, o tópico representado pela “arquiteta” some tanto da tematização quanto da focalização. Vários outros tópicos, com suas devidas predicções, são inseridos – o “proprietário da empresa”, a “projetista”, outras representações do si mesmo e de estados subjetivos. Então, um movimento enunciativo sintomático acontece. Somente em [34] a topicalização retoma a “arquiteta”, mas em uma posição cotextual absolutamente incomum. De [17] até a irrupção repentina no fio do discurso provocada pela proposição-enunciado [34], as unidades temáticas visavam a expressar estados subjetivos. O efeito de quebra da coesão é acentuado pelo fato de a informação proposta por [34] não ter aparecido nem como temática ou remática de unidades anteriores, desde [13], provocando a suspensão repentina do tópico em curso.

É flagrante a descontinuidade narrativa no relato presente. A partir daí, vemos como a distribuição de informações pelo texto é fragmentada, incidindo diretamente na eficácia da coesão textual. Em todo o texto (cf. Texto 2), não há ordenamento na relação entre informações novas e informações dadas e, neste excerto em especial, a fragmentação da argumentação e da narrativa se dá na descontinuidade das subtopicalizações. Sabemos que a focalização, como forma de delimitação temática, é uma das formais textuais mais importantes de contextualização (KOCH; ELIAS, 2010). “Ela leva os interlocutores a se concentrarem em apenas uma parte de seu conhecimento a respeito de determinado tema, com base na perspectiva sob a qual são enfocados os componentes do mundo textual”. (KOCH; ELIAS, 2010, p. 94)

Discursivamente, este funcionamento significa um princípio de autoria comprometido, o que pode nos remeter a uma escrita automática. Indica um sujeito do dizer que é pego, no fio do discurso, e falha na tentativa de dar corpo simbólico ao tema apresentado, e o retoma sem avisos. Também guarda semelhanças com o discurso falado.

Esta organização não se assemelha ao fenômeno da digressão, que se caracteriza por uma ruptura provisória com um retorno posterior ao tópico sustado, podendo desempenhar um papel na construção da coerência e dinamicidade do texto. A organização temática de um texto digressivo pode ser caracterizada como A-B-A (KOCH, 2018).

Procedamos a uma esquematização temática do plano textual:

A. Exposição de fatos e motivos [2] a [16]

↓

B. Expressão de estados subjetivos [17] a [39]

↓

C. Relato autobiográfico [40] a [42]

↓

D. Apelo e anúncio da desistência [43] a [56]



B’. Expressão de estados subjetivos [57]



E. Encerramento [58] e [59]

Estas são, mais ou menos, os temas com caráter de dominância nas sequências de unidades temáticas numeradas. Não dizemos “mais ou menos” por acaso. Como podemos averiguar, ocorre uma pulverização intercambiável de elementos das grandes etapas textuais, de forma que a sequência [30]-[31], a sequência [34]-[35]-[36], são uma “invasão” de A em B; [41] de B em C; [42], [46], de A em C; [50] de C em D; [51] de B em C. Não se trata de estabelecer critérios positivados de coerência, mas de analisar a forma como as subtopicalizações não funcionam, pois não representam uma formulação coesa, não funcionam como uma digressão e as retomadas são anódinas no que diz respeito ao sentido.

Do ponto de vista sintático, estruturas frasais, ao invés de retomar apenas parcialmente o já dito para se avançar na direção de uma argumentação pretendida em termos de macroestrutura textual, se aderem totalmente a um tópico que ronda a todo o momento o dizer. Este tipo de progressão desordenada permeia todo o texto. O exemplo materializado na retomada da proposição-enunciado [46] é flagrante. Neste excerto, o tópico “motivo”, sintagmatizado por “motivo da minha tristeza”, é rematizado após ter sido “abandonado” pelo sujeito-enunciador em [13].

Este retorno contínuo aos mesmos tópicos, sem marcas de retomada – “como eu disse”, “sobre a questão X”, etc – estrutura o texto e é o moto da progressão, um funcionamento que retorna a sentidos de estados subjetivos já postos sem uma formulação nova. Ressaltemos, não há uma formulação nova dos estados subjetivos, mas sim acréscimo de informações que não inauguram sentidos. As retomas repentinas do tópico “motivo” rematizados por dizeres que não instituem novos sentidos podem ser sintomas de um sujeito que, quando conclamado a dar um relato de si, falha, de forma que cada retomada sobre o estado de si reativa informações não formuladas. Como nos indica a sequência de [4] a [16], as informações são, no máximo, narradas.

Os sentidos instituídos pela recorrência do advérbio “simplesmente” em [9], [13], [15] ao caracterizar as ações dos seus “algozes”, reforçam a posição sujeito sustentada pela condição de vítima, mas a repetição, além disso, denota uma rarefação das narrativas e relatos, uma forma pouco elaborada de se colocar como personagem de uma história mas que, no entanto, é marcada pelo excesso de determinação.

Entendendo que todo texto se constitui na tensão entre a coesão – aspecto ligado à estrutura temática e à conexão de temas sucessivos – e a progressão – princípio da expansão e

dinamicidade do texto a partir de elementos postos como novos – fica evidente que o relato do texto 2 sacrifica o primeiro aspecto em prol do segundo. A progressão é fundada na inserção mais ou menos desordenada de enunciados elementares que são colocados como “novos”, mas na verdade produzem um retorno aos mesmos lugares do dizer. Isto se dá tanto na retomada temática constante quanto no efeito parafrástico.

Sem perder de vista que sempre que dissemos “sujeito” estamos nos referindo ao que Pêcheux (2014) denominou “forma-sujeito”, ou seja, o sujeito atravessado pela ideologia, entendemos o discurso como uma dispersão de textos e o texto como uma dispersão do sujeito. Isto quer dizer que o texto constituído pelo sujeito é heterogêneo e marca várias posições ocupadas por este sujeito. Assim, podemos afirmar que o discurso é caracterizado por uma dispersão dupla, a dos textos e a do sujeito. (ORLANDI, 2012)

Conforme Orlandi, (2012), se o texto é atravessado por várias posições sujeito é porque as posições suscitadas no texto se referem a diferentes formações discursivas. Enquanto o autor se constitui pela unidade, através do efeito de autoria, o sujeito se faz pela dispersão. (ORLANDI, 2012). Isso se dá porque o funcionamento da ideologia na formulação do texto pelo sujeito não é homogêneo. Em um mesmo texto é possível encontrar enunciados diferentes derivados das formações discursivas mais diversas, inclusive conflitantes, o que não surpreende, já que na teoria do discurso não consideramos a ideologia como uma máquina nem lógica nem perfeita.

Já dissemos que, tomando os enunciados presentes no texto, são as formas ideológicas de assujeitamento que organizam os mecanismos enunciativos. Através da análise da função-autor, pudemos perceber como este princípio falha para este sujeito, mas não deixa de funcionar. Vamos nos deter, agora, na função de locutor e enunciador. Como paradigma do eu, o locutor é a figura que se representa, internamente ao discurso, como o responsável pela enunciação. Neste relato, podemos notar um locutor Lp que se representa como uma pessoa. Lp é uma pessoa que sofre por culpa de alguém, logo, um locutor vítima. No relato, um enunciador Ev, que corresponde a Lp, confere um caráter de dominância a esta posição. A representação que Ev confere a Lp é a de uma pessoa “boa”, que não teria a capacidade de fazer o mal. Este enunciador Ev se realiza em na sequência [26] a [29] – “sou parceira e alto astral”, “estou sempre disposta a ajudar a todos”, “essa dor que estou sentindo eu não queria que ninguém sentisse!”, “Sempre fui uma pessoa tão boa, tão amada, ajudei a todos conforme eu podia”; “sei que Deus está me esperando de braços abertos”. Ainda neste trecho, um enunciador genérico. Em [26], a proposição argumentativa é iniciada pelo indicador modal

“quem me conhece sabe”, o que confere força à escala argumentativa que se seguirá. Todo este movimento leva à conclusão R (sou e fui uma boa pessoa).

Notemos, no entanto, como é concluída essa classe argumentativa:

[27] ... Juro! Não queria mesmo!!! (*que alguém sentisse a dor que estou sentindo*)

Analisaremos o estatuto de tais assertivas mais adiante. Na progressão do texto, outra classe argumentativa aparece. Ainda correspondendo a Lp, emerge em um enunciador E₁, que modaliza o dizer de Ev, flexionando a conclusão R, atribuindo um alcance parcial. E₁ se realiza no enunciado “vou cuidar e zelar por todos que (de alguma forma) me transmitiram amor”, em [39]. Este enunciador não estende sua bondade a todos, como Ev, mas aplica um critério de reciprocidade. Neste segmento, um enunciador universal sustenta tanto a posição de Ev, ao postular que o amor transforma, quanto E₁, por aplicar um marcador de exclusão – “só o amor transforma pessoas melhores”. O segmento progride na polifonia entre Ev e E₁, marcando a posição altruísta e seu desdobramento. Em [39] este desdobramento em E₁ do dizer de Ev se realiza como condicionante – “e se hoje sou uma pessoa do bem, foi graças às pessoas que me apoiaram até aqui e me deram muito amor e carinho” – e em [43] como modalização vacilante de [27] em que “estou partindo dessa para uma melhor, pois sei que Deus está me esperando de braços abertos” se reformula em “Eu vou partir dessa, não sei aonde vou ser acolhida, mas espero que seja no céu, pois pelo bem que plantei e deixei na terra, acredito que lá será meu lugar”.

Tanto em [27] quanto em [43], vemos que a orientação argumentativa é dada pela sequência *P, pois Q*, em que o conteúdo de Q sustenta a proposição P. Mas enquanto o argumento de sustentação em [27] se realiza com toda sua força argumentativa, em [43] a sequência é tomada pela vacilação. Na reformulação de [27] realizada em [43] vemos como Ev perde força para seu modalizador E₁. A vacilação constante é instituída com a modalização epistêmica “não sei”. Progredindo, o segmento *P, mas Q*, confere maior força argumentativa para o conteúdo de Q (KOCH, 2018), todavia este efeito é enfraquecido para mais um indicador modal – “espero que”. No segmento que sustenta este enunciado – novamente de configuração *P, pois Q* – Q é também modalizado – “acredito que”, escandindo seu poder argumentativo que, lembremos, sustenta Q. A dúvida instaurada pela enunciação vacilante, ato do enunciador E₁, institui um desvio na direção de R, que começa a encontrar dificuldades para se realizar.

Voltando à assertiva que encerra a unidade temática [27], destacada acima,

consideramos tais comentários, a partir de Foucault (2014), como emergências do princípio de autoria disponíveis para o controle dos sentidos. Com efeito, para a AD, estes comentários são ensejados pela dualidade do autor com seu polo oposto, o leitor, ou efeito-leitor para ser mais preciso.

Segundo Orlandi, (2015), o leitor tem a sua identidade configurada enquanto tal pelo lugar social em que a leitura é definida, o que varia segundo a forma histórica. Desta forma, a leitura pode ser definida como “a determinação histórica dos processos de significação”, (ORLANDI, 2012, p. 135).

Na base destas reflexões encontra-se o princípio bakhtiniano da dialogia como fundamento da linguagem. É por isto que “o signo pede assim a copresença de indivíduos (autor/leitor) no quadro das relações sócias” (ORLANDI, 2012, p. 135). A noção de efeito é tomada como tal pois supõe a relação de interlocução na construção de sentidos, tendo sempre em mente que os sentidos não são propriedades nem do autor, nem do leitor, assim como não se derivam de uma intenção ou consciência de qualquer das partes, mas são efeitos da troca de linguagem.

Ao sujeito glossador, que inscreve comentários metaenunciativos no fio do discurso, tomaremos o campo de estudo das chamadas “não-coincidências do dizer”, como designado por Authier-Revuz (1998). Estas figuras enunciativas do bem-dizer colocam em jogo a dimensão da intenção do sujeito. Como descrevemos no funcionamento da autoria, a intencionalidade, a responsabilidade individual, o desejo de dizer são dimensões fundadoras da enunciação. Estas figuras explícitas de adesão ao próprio dizer, cuja configuração é oposta à da enunciação vacilante, materializa-se de formas bem específicas. “Esse movimento passa, primeiramente, por formas de pura confirmação, enfática, do dizer de um X, que, factualmente, acaba de se realizar sobre a cadeia”, descreve a autora (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 55).

Vejamos:

[3]O motivo do meu desespero é por causa da minha loja, (isso mesmo)

[10] Com a montagem dos móveis meu desespero começou a aumentar, a loja está montada exatamente da forma que eu (NÃO) queria.

[27] [...] (Juro)! (Não queria mesmo!!!)

[54] [...]eu juro que eu NÃO queria estar passando por isso, (não queria mesmo)

Para Authier-Revuz (1998), estas formas realizam três movimentos enunciativos: *X, sim*; *X, eu digo X*; *X, eu digo mesmo X*. Com efeito, emergem como uma resposta

afirmativa a três questões implícitas: uma sobre o caráter efetivamente realizado pelo dizer; outra sobre o caráter desejado; e, finalmente, sobre o caráter “pesado” de X. Nos exemplos acima podemos encará-los como o efeito de mestria do dizer que a função autoria requer, momentos em que o sujeito-enunciador simula uma dúvida fictícia de seu interlocutor e reafirma seu dizer. Vale notar, nas palavras grafadas em maiúsculas, tomamos estas ocorrências como um comentário sobre o próprio dizer da ordem própria da escrita no digital. Além disso, podem suscitar um desdobramento metaenunciativo cujo efeito é o da repetição, compondo uma estilística ou poética da escrita na rede.

Está em jogo, aqui, um sujeito imerso na polifonia de seu dizer, o qual ele tenta controlar. No entanto, um movimento interessante ocorre em [51]

[51] Depressão não é brincadeira! E hoje sei o que é essa doença pois estou passando por isso e não desejo isso nem para um inimigo(não tenho inimigos).

Um movimento em que, sob a dominância de E_V , o enunciador E_1 emerge em um lapso na palavra “inimigo”, promovendo um desarranjo rumo à conclusão R, que rapidamente é recolocado sob a custódia do autor, com o comentário corretivo entre parênteses. Esta linearização do discurso poderia, no entanto, ser analisada sob outro aspecto. Sabemos o uso difundido da expressão “não desejo isso nem para um inimigo”. Nesta perspectiva, a sintagmatização deste discurso poderia ser olhada através da evocação lateral suscitada pelo discurso transverso, que coloca em jogo o pré-construído na ordem intradiscursiva³⁵. Esta perspectiva, no entanto, não invalida o caráter sintomático que o comentário metaenunciativo, da ordem da autoria, suscita, ou seja, a posição marcada pelo autor sob a ameaça representada por um dizer outro.

Sabemos que o locutor é a posição do sujeito que vai estabelecer a perspectiva sob a qual a enunciação se dará (ORLANDI, 2012). O locutor identificado como L_p , em [55], é deslocado desta função, e dá lugar a um outro que abandona a enunciação rumo a R. O movimento que vinha se dando em direção a um deslizamento da posição do sujeito se dá definitivamente na dimensão de um locutor acusador, posicionado no discurso da vingança:

[55] E que a justiça seja feita!
Peço que lutem por mim!
E que esses infelizes destruidores de vida e lares paguem por todo meu sofrimento e por tirar minha vida q era cheia de planos!

³⁵ Os conceitos de pré-construído (HENRY, 1992) e discurso-transverso (PÊCHEUX, 2014) serão desenvolvidos na próxima seção.

Este locutor, apesar de ainda guardar um representação enquanto pessoa, marca seu dizer a partir de um ato diretivo de viés universal – “E que a justiça seja feita!”. A dimensão acusativa também ocorre local e expressamente, com a atribuição de culpa e imputabilidade. Aqui, a representação de Lp, que busca a conclusão R, não está totalmente abandonada, ainda paira sobre o discurso, mas este novo locutor definitivamente se ancora em outra posição sujeito, com uma fala autorizada a identificar perpetradores e exigir reparação, uma fala, ainda assim, profundamente marcada pelo discurso da vítima, mas sob outro aspecto.

4.2 ENCAIXE E ARTICULAÇÃO: RELATOS SUICIDAS COMO FORMAS DISCURSIVAS

Em AD, sabemos que os sentidos não são de propriedade do sujeito. Contudo, no processo de construção da discursividade, isto é, na formulação, existem mecanismos que produzem imaginariamente o sentido como um, como transparente, ao realizar o apagamento da exterioridade que é constitutiva do discurso.

Na base destas reflexões, Pêcheux (2014) considera haver, nas formulações, uma espécie de discrepância entre o que é pensado “antes, em outro lugar ou independentemente” e o conteúdo de uma afirmação global. Foi a partir desta perspectiva que Paul Henry (1992) propôs o termo “pré-construído” para designar algo que emerge no discurso e que remete a uma condição anterior, exterior, “mas sempre independente”, se opondo ao que o enunciado de fato formula. Isto diz respeito ao efeito discursivo relacionado ao encaixe, à sintaxe, efeito que pré-existe ao sujeito (Pêcheux, 2014, p. 89). Este funcionamento, para Pêcheux (2014), é relativo aos modos de “preenchimento” dos lugares de argumentos de um predicado, enquanto condições de formação do enunciado” (p.113).

O mecanismo que permite articular nominações e predicações cuja consistência se deu em uma rede de formulações parafrásticas exterior é o efeito de sustentação. Uma dimensão intervém como suporte de pensamento de outra proposição, uma relação que, como efeito de sustentação, realiza a articulação entre as proposições constituintes de um texto, como uma evocação lateral de algo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para o objeto da proposição de base, isto é, uma evocação sobre a qual se ampara a tomada de posição do sujeito. Um efeito que incide sobre o engendramento do texto na passagem à discursividade

Por oposição ao funcionamento do pré-construído – que dá seu objeto ao

pensamento sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência -, a articulação de asserções, que se apóia sobre o que chamamos o “processo de sustentação, constitui uma espécie de *retorno de saber no pensamento*. (PÊCHEUX, 2014, p.101) [grifos no original]

Pêcheux (2014) chamará este funcionamento de “discurso-transverso”, e o caracteriza como um funcionamento do interdiscurso sobre o intradiscurso, isto é, a formulação, na forma de uma evocação que atravessa e põe em conexão os elementos discursivos constituídos enquanto pré-construído. Como desenvolvido por Pêcheux (2014), o pré-construído vai remeter aos conteúdos do sujeito universal, base da identificação – àquilo “que todo mundo pode entender, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional” (2014, p. 159). Do mesmo modo, o discurso-transverso, funcionando como articulação, corresponde, ao mesmo tempo, à evocação intradiscursiva, ao retorno do universal e à universalidade implícita.

Estes mecanismos fazem parte da heterogeneidade constitutiva do sentido, pois do mesmo modo que o sujeito não detêm o sentido de seu dizer, este não é de propriedade da literalidade significante. É por este motivo que o significante não tem sentido próprio, pois o sentido repousa exclusivamente nas relações de metáfora, que realizando-se em efeitos de substituições e paráfrases, constituem a sempre presença de regiões do interdiscurso no dizer (PÊCHEUX, 2014).

É a partir destes pressupostos que analisaremos os vestígios do discurso na língua nesta seção. Assumimos, assim, uma hipótese de tomar tais notas publicadas na rede social como elementos de uma textualidade com características próprias, como um trabalho realizado na língua e pela língua, que ao ser requisitada pelo sujeito, determina em padrões mais ou menos definidos o dizer. Entendemos que, ao tomar a escrita para dar um relato de si, o sujeito se filia a uma trama de sentidos que ensejam condições próprias de produção, condições estas que, além do contexto sócio-histórico, das práticas estabilizadas do falar de si e etc, são marcadas pelo atravessamento do digital. Isto significa que a historicidade constitutiva do discurso nunca pode ser encarada como um elemento estranho ao dizer do enunciador, pois ela é suprimida para interferir na textualidade.

Assim, na relação do discurso com a língua, entendemos estas postagens como um correlato discursivo das notas suicidas. Estas notas, geralmente escritas na iminência do ato suicida, eram comumente entendidas como uma espécie de “testamento”, em que o suicidado explicava suas motivações e produzia um relato de sua vida.

Considerado o pai da suicidologia, Edwin Shneidman via nas cartas os melhores

dados empíricos disponíveis para chegar aos fatores do suicídio, tendo o acesso a tais relatos marcado o início de suas pesquisas na área. Segundo Leenaars (2010), Shneidman chegara a afirmar que as cartas suicidas eram o “caminho de ouro” para o entendimento do suicídio, máxima que o próprio Shneidman iria revisar posteriormente. Observando as escritas e comparando com teorias da psicologia, Shneidman passou a argumentar antiteticamente em relação ao seu primeiro entendimento que indivíduos que cometem suicídio estão em um estado de constrição afetiva e intelectual, que, como explica Botega, (2015, p. 77) se caracteriza por um “estreitamento no leque de opções de ações que, normalmente, estariam disponíveis para o indivíduo caso estivesse em condições normais”, refletindo em uma “mente desesperada”. Seguindo o raciocínio de Shneidman, se o indivíduo fosse capaz de escrever uma nota completa e explicativa, provavelmente teria o impulso suicida refreado e desistiria de cometer o ato. Em resumo, a carta não daria conta de todo o panorama. ((LEENAARS, 2010).

No entanto, o interesse de Shneidman nas cartas suicidas residia no fato de que, em sendo tais relatos abundantes, permitiram um acesso aos estados psíquicos ao passo que seriam relacionados às experiências do sujeito, ou seja, era um trabalho próximo à “arte da biografia”, nas palavras do próprio Shneidman. (LEENAARS, 1999). Esta não é, evidentemente, nossa perspectiva. Entendemos que as postagens no Facebook são o suporte para a nossa materialidade significativa: o relato de sujeitos suicidas.

Embora estudos comparativos de cartas suicidas em culturas diferentes sejam raros, a literatura recente já produziu trabalhos relativos à análise do conteúdo dos escritos. (JIMÉNEZ FÉLIZ, GARCÍA CABALLERO, 2010). Leenaars (1996) elenca oito dimensões suscitadas nas cartas suicidas: 1) dor insuportável: ato como alívio, como forma de escapar de um trauma, perda de interesse pela vida, incapacidade para lidar com os desafios da vida; 2) constrição cognitiva: ênfase exclusiva no confronto, emoções incontroláveis; 3) expressões indiretas: ambivalência, agressão introjetada, dinâmica inconsciente; 4) incapacidade de ajustamento: debilidade para fazer frente às dificuldade, estado mental incompatível, problemas psicopatológicos; 5) ego: debilidade das tendências construtivas, ego debilitado ou complexado, consciência vulnerável e dolorosa; 6) problemas interpessoais: necessidades frustradas, problemas interpessoais não resolvidos; 7) rejeição-agressão: relato de evento traumático, ferida narcisista, ambivalência em relação ao outro, vingança contra o outro; 8) identificação-egressão: identificação com um ideal de escape, suicídio como saída. Foster (2003) enumera seis grupos temáticos considerados empiricamente nas cartas:

perdão/vergonha; amor aos que ficam; incapacidade para suportar a vida; instruções práticas pós-morte; desesperança; conselhos aos que ficam.

Tomemos alguns vestígios destas temáticas em alguns de nossos enunciados:

“Não estou conseguindo suportar essa dor” - Dor insuportável

“Quem me conhece sabe que sou parceira e alto astral” x “estou literalmente no fundo do poço” - Ambivalência

“Meus irmãos que apesar de alguns não gostarem de mim, eu sou humano e amo eles, esse também é o motivo da minha tristeza, saber que alguns dos meus irmão não zelam por mim” - Problemas interpessoais não resolvidos e necessidades frustradas

“A VIDA É TREM BALA PARCEIRO E AGENTE É SÓ PASSAGEIRO PRESTES A PARTIR”; “Eu vou partir dessa, não sei aonde vou ser acolhida, mas espero que seja no céu, pois pelo bem que plantei e deixei na terra, acredito que lá será meu lugar, eu já vejo anjos conversando comigo e me acalmando” - Ideal de escape

É evidente que recorreremos a formulações da psicologia, linguística e estudos conteudistas apenas como suporte. Podemos utilizá-los para elencar o que chamaremos de significantes irradiadores, isto é, significantes que organizam e dotam o texto de sentidos. Além de alguns que já assinalamos acima, podemos dizer que a lógica do conflito, o relato traumático e a ambivalência vítima-agressor também permeiam todo o texto 2. Os significantes irradiadores podem fornecer, ainda, pistas sobre as notas suicidas como forma discursiva. (CAMPOS; RIPPEL; ALVES, 2016)

Na ordem do discurso, as formulações aqui elencadas nos levam a compreender que existe um trabalho na/da língua em padrões de produção discursiva mais ou menos provisórios e históricos nos relatos suicidas, o que também nos permite dizer que, na genealogia da produção discursiva dos últimos relatos dos sujeitos - como as notas suicidas -, ao qual as postagens no Facebook que compõem o objeto empírico desta pesquisa pertencem, existem padrões, formas e temáticas que são elementos das condições de produção de tais discursos.

Sabemos, no entanto, que a relação forma/sentido não é bi-unívoca. Conforme Orlandi (2015), esta relação é dominada pela tensão entre o um e múltiplo, entre o mesmo e diferente. Ao tomar a palavra para produzir seu último relato, o sujeito entra em um jogo entre efeitos parafrásticos e polissêmicos que permeiam o relato de si. Os sentidos são sempre passíveis de deslocamentos, equívocos e estabilizações, mas estes movimentos são

sobredeterminados por uma memória discursiva materializada na língua, lugar de constituição do sujeito, que ao se apropriar/ser apropriado por ela, (re)atualiza a memória discursiva do relato de si.

No excerto que se segue, vamos analisar alguns efeitos da função de coordenação sintática. Vejamos:

Eu vou partir dessa, não sei aonde vou ser acolhida, **mas** espero que seja no céu, pois pelo bem que plantei e deixei na terra, acredito que lá será meu lugar, eu já vejo anjos conversando comigo e me acalmando, vou, estou indo... **mas** vou com um aperto no peito e com dó da minha mãezinha que me ama muito e vai sofrer demais, **mas** vai ser melhor assim, eu quero isso pra mim, e mãezinha vc tem que ser forte **pois** vc terá a tarefa de cuidar do meu marido **pois** ele vai precisar muito, do XXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX que vai sofrer muito, do pai meu negão que sempre foi pelo correto eu amo muito meu pai, da XXXX que é nosso tesourinho especial, dos meus sobrinhos, parentes e dos meus irmãos que apesar de alguns não gostarem de mim, eu sou humano e amo eles, esse também é o motivo da minha tristeza , saber que alguns dos meus irmãos não zelam por mim, **mas** faz parte da vida, acredito que todas as famílias existe isso, **mas** que bom que o XXXXXXXXXXXX sempre foi meu amigo, meu braço direito, minha caixinha de segredos era ele, obrigado mano, eu vou cuidar muito de ti

As conjunções adversativas fazem, realmente a função de oposição, mas é interessante notar como também coordenam a sequência do dizer oscilando entre aditivas e explicativas. Se pensarmos na argumentação como uma sequência de enunciados para que se chegue a uma conclusão, essa função falha. Em outras palavras, é como alguém que “fala muito e diz pouco”. A saturação na língua, através de elementos argumentativos e explicativos, não cumpre a função de estabilizar o sentido. Este vacila e se rarefaz, indicando a um sujeito às voltas com seu dizer. O próprio uso das adversativas em sequência, uma anulando a direção do sentido da outra, funcionando como acréscimo, adição argumentativa, é um sinal material na língua de um sujeito que não consegue dar sentido ao seu dizer.

Mesmo tais conjunções sendo marcadas, o processo no fluxo do discurso lembra a classe de práticas discursivas que Pêcheux (1981) designou como “écriture à dé-liaison”, tipificada por uma série de enunciados justapostos com conexões implícitas, de sentenças nominais interrompidas ou parcialmente apagadas. Este funcionamento se opõe à “écriture d’enchâssement”, caracterizada “pela construção de um espaço enunciativo pleno, sem restos” (PAULILLO, 2004, p.38).

Na sintaxe de des-ligação, predominam os processos de justaposição e coordenação, ao invés de processo de encaixamento, no encadeamento dos enunciados.

Mas infelizmente esse projeto arquitetônico acabou comigo, não tenho vontade de

mais nada, já não como direito, eu só sei chorar e chorar. Para uns isso pode parecer bobagem, mas pra mim não é, tanto que estou aflita desde o dia em que montaram os móveis e só hoje estou tendo coragem de fazer o que eu estava planejando desde aquele momento, quem me conhece sabe que eu sou parceira e alto astral, estou sempre disposta a ajudar a todos e sempre procuro me conectar com pessoas de vibe positiva, mas agora literalmente estou no fundo do poço, estou partindo dessa para uma melhor, pois sei que Deus está me esperando de braços abertos, essa dor que estou sentindo eu não queria que ninguém sentisse!”

Algumas ocorrências de justaposição são ainda mais acentuadas, como no exemplo abaixo:

e mãezinha vc tem que ser forte pois vc terá a tarefa de cuidar do meu marido pois ele vai precisar muito, do XXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX que vai sofrer muito, do pai meu negão que sempre foi pelo correto eu amo muito meu pai, da XXXX que é nosso tesourinho especial, dos meus sobrinhos, parentes e dos meus irmão que apesar de alguns não gostarem de mim, eu sou humano e amo eles, esse também é o motivo da minha tristeza , saber que alguns dos meus irmãos não zelam por mim, mas faz parte da vida, acredito que todas as famílias existe isso, mas que bom que o XXXXXXXXXXXX sempre foi meu amigo, meu braço direito, minha caixinha de segredos era ele, obrigado mano, eu vou cuidar muito de ti.

Na descrição intradiscursiva destes processos, Pêcheux (1981) observa

(...) que o que regula a possibilidade de sequenciamento não seja mais que analogias, compatibilidades e implicações muito vagas para permitir uma interpretação sintática; é também neste ponto que se desenvolve a repetição extensiva do enunciado, a linearização de seus paradigmas subjacentes. (PÊCHEUX, 1981, p.145 apud PAULILLO, 2004, p. 39. Tradução nossa)

Como observa Paulillo (2004), estes pontos de ruptura representados pela desligação apontam para um esgarçamento da superfície discursiva, quando a sua lógica aparente desvela uma ilógica. Assim, são manifestações das formas pelas quais os processos gramaticais dão suporte para o “sentido do não-sentido”, expressão que a autora atribui à Pêcheux.

Segundo Paulillo (2004), no discurso de si trata-se mais de pensamentos falados que pensamentos enunciados, manifestando a escrituração de um sujeito dividido. Para ela, estes procedimentos de justaposição e ruptura sintática (“vazios sintáticos”) assinalam a indeterminação entre os processos de fragmentação da estrutura temática e os de esgarçamento da estrutura sintática. Este funcionamento, aponta, parecem interligados ao que ela chama “giro parafrástico”

O giro parafrástico do sentido é o movimento de repetição que se sustenta na organização de um dizer/redizer de sentido a partir da retomada parafrástica. Dessa forma, o discurso de si se expande, mas não por um processo estruturado de subtopicalização dos

temas já enunciados. Também não apresenta marcas sintático-semânticas que organizam tal subtopicalização. O que se produz é uma configuração circular, onde o que dará ensejo a uma subtopicalização é a retomada de um sentido já-posto, fazendo-se “um constante retorno, ao longo do discurso, aos mesmos tópicos, na tentativa de capturar, pelo dizer, esse estado subjetivo que parece se furtar às formas do enunciável”. (PAULILLO, 2004, p. 35).

Percebemos como o sujeito se constitui pela e na língua, mas destituído de autonomia neste processo, pois a especificidade do giro parafrástico, aponta Paulillo (2004), reside no fato de o sujeito enunciativo não deter o comando da operação de parafraseamento. Isto pode ser materialmente percebido pela ausência de formas meta-discursivas marcadoras da parafraseamento - “como eu disse”, “isto é”, “por exemplo” - estratégias que o locutor geralmente lança mão para reintroduzir ou retomar um tópico postulado. Assim, o giro parafrástico executa a função parafrástica tão somente no plano do locucional, excluindo os níveis referencial, simbólico e pragmático da parafraseamento.

O entrelaçamento da ordem sintagmática e paradigmática (FUCHS, 1982) é descrito na recorrência de uma expressão que é retomada em enunciados posteriores pelo autor, que a encontra após uma série de substituições dada a pregnância da expressão e a importância do tema. É sintomático como o sintagma “motivo” ou “motivo do meu desespero” aparece, para o sujeito, sem avisos, uma irrupção no fio do discurso, que pode demonstrar uma justificativa a ser dada mas que não consegue ser encontrada. O sentido escapa ao enunciável.

O motivo do meu desespero é por causa da minha loja

Ela [*arquiteta*] é o motivo do meu desespero e das minhas noites mau dormidas

[*Dono da loja de móveis*] Também é motivo de todo esse desespero sem fim

Meu projeto virou motivo de desespero e depressão!

[*Irmãos não gostarem de mim*], esse também é o motivo da minha tristeza

Retomamos, aqui, as observações de Paulillo (2004), para quem o giro parafrástico sinaliza no discurso o que se repete como o que escapa à circunscrição estruturante da discursividade. “Nesse sentido, o que o giro parafrástico mostra é uma certa deriva do discurso, que, girando em torno de si mesmo, retorna aos mesmos sentidos” (PAULILLO, 2004, p.37). Tanto a sintaxe da des-ligação quanto o giro parafrástico podem ocorrer sem a realização de uma pontuação simbólica da instância enunciativa, funcionamento característico da escrita automática.

Desse ponto de vista, o sujeito que está em jogo no discurso de si, preso nas malhas da enunciação vacilante, é aquele que está a descoberto na sua precariedade, despojado do lugar de mestria que lhe permitiria instaurar, num dizer estável, uma representação. Nesse sentido, o discurso de si aparece em sua condição de sutura mínima, onde, portanto, o movimento de evisceração do sujeito enquanto tal se mostra mais frágil. (PAULILLO, 2004, p.41)

De certa forma, este sujeito do discurso de si, aproxima a sua escrita da linguagem falada. Entre as marcas de distinção mais frequentes entre os modos escritos e falados, Koch (2018, p. 77) ressalta: planejamento vs. não planejamento; não fragmentação vs. fragmentação; completa vs. incompleta; elaborada vs. pouco elaborada; predominância de frases complexas, subordinação abundante vs. predominância de frases simples ou coordenadas; emprego frequente de passivas vs. pouco uso de passivas.

É evidente, e os relatos elencados até aqui demonstram isso, que as marcas não determinam inequivocamente as modalidades falada e escrita. Compreende-se que nestes relatos postados no Facebook há uma escrita informal que é também determinada pelas condições de produção próprias da rede³⁶, que ensejam o não planejamento, invocam a intimidade e fazem com que o texto emerge/circule no próprio momento da formulação. Ressaltemos que estas não são regras de produção no Facebook, mas possibilidades, cujos mecanismo e funcionamentos textuais e discursivos descritos acima se materializam.

A simultaneidade produção/circulação que a rede social suscita e invoca uma espécie de interação quase imediata até mesmo na escrita, quando as requisições de ordem pragmática da conversação suprimem as exigências sintáticas. O locutor se vê, assim, incitado a sacrificar a sintaxe em prol das necessidades da conversação. Os falsos começos, as repetições e paráfrases, tão típicos da oralidade (KOCH, 2018), permeiam o relato e, em alguns casos, do início ao fim.

Uma marca linguística que orienta uma temática estabilizada é o léxico “motivo” e o sintagma “por causa”, que aparece explicitamente nos textos 2, 5 e 10, semanticamente em 1, 4 e 6 sob a forma retórica-argumentativa, e em 3 sob a seguinte unidade temática, orientada sob o ato de explicar:

Eu pensei muito a respeito, a respeito do que diria aqui pra vocês, a nota em si eu sempre tive certeza que deixaria, (já que não consegui largar essa mania de ficar me explicando nem até esse último momento) a minha dúvida era quanto ao seu conteúdo. Muito embora eu tenha consciência de que não se explica um suicida e um suicida tão pouco pode se explicar, eu vou tentar fazer o meu melhor aqui.

³⁶ Orlandi (2016) faz referência à conferência “O novo estatuto do discurso na era digital”, proferida por Lúcia Santaella por ocasião do ENELIN/2011, para refletir sobre o “sujeito impaciente” diante do computador. O computador, para Orlandi, “nos treina em exigir que o tempo seja mais rápido ou o mais rápido possível”. Orlandi, 2016, p. 80)

Em nossa perspectiva, entendemos estes lugares de estabilização no intradiscurso como decorrentes da emergência de uma região já determinada do interdiscurso sob a forma da articulação de predicacões que o discurso-transverso enseja. Isto também pode ser examinado a partir de uma economia de atos discursivos com certo grau de estabilização, como é o caso dos atos discursivos diretivos:

e mãezinha vc tem que ser forte pois vc terá a tarefa de cuidar do meu marido pois ele vai precisar muito

fica bem véia

então mãe cuida de todos que precisam de vc nesse exato momento!!!!

Meu marido amado, peço que seja forte, muito forte!

E que a justiça seja feita!

Peço que lutem por mim!

Vou dar-lhes só mais um trabalho, meu corpo está pendurado no telhado do imóvel onde seria a minha casa, venham busca-lo antes que ele conheça a putrefação

Cherosa continua a vida, seja independente, não deixa homem nenhum te pisar

lembra de mim sorrindo como no meu aniversário

espero que vcs nunca pensem em fazer isso que fiz, cresçam e tenham suas famílias

kkk (para de pegar crianças)

Não vá fazer algo estúpido

quero ser cremado e as cinzas vcs podem fazer o q quiser doskdoskdd

E quando forem se lembrar de mim, pensem em uma XXXXXX verdadeira. Aquela feliz que vocês viam era total mentira

morri d buenas bebam bebam muitao na moral sem café vou na boa vou nafê

Uma materialização particularmente significativa para a hipótese em que trabalhamos nesta seção é o texto 6, em que o relato é produzido sob a forma de poesia. Sobre tal relato, consideramos importante tecer algumas observações. Em primeiro lugar, percebemos que, pelo menos em sua forma, o texto não trata especificamente do sujeito enunciador como objeto do discurso. Trata-se de uma poesia em que a personagem “Ana” não guarda coincidência com o nome do sujeito enunciador – o qual preservaremos. Notemos, a princípio, que por condições de produção próprias do Facebook, na escrita na rede social se reconhece uma autoria, e tal autoria é conferida a uma pessoa representada pelo seu nome, de forma correlata à assinatura, o que o inscreve na ordem do autobiográfico. (LEJEUNE, 2014).

À primeira instância, em uma abordagem pragmática, a forma não permitiria considerá-lo como um funcionamento característico do discurso de si. Ocorre que, sob a perspectiva discursiva, tal configuração não invalida tomá-lo como tal, na medida em que não é a forma nem o conteúdo que determinam categoricamente o funcionamento que aqui denominamos “discurso de si”. Como vimos, o discurso de si não se define por falar de si como protagonista de uma história, mas pelo falar de si como instância subjetiva (PAULILLO, 2004). No Facebook, podemos entender que qualquer escrita, sob a forma das postagens, fala de si, haja vista que o sujeito-enunciador, mesmo que afetado pela função de autoria, escreve a partir de um lugar de intimidade. No Facebook, ao contrário de outras redes sociais, como Twitter, Tumblr, etc, é o “eu” que está em jogo, cuja marca linguística é o nome próprio do sujeito.

Já discutimos, neste capítulo, o caráter paradigmático narrativo e ficcional da estrutura do sofrimento. Agora, queremos tratar de como este paradigma emerge no eixo sintagmático e no processo de encadeamento dos enunciados. A relação paradigma vs. sintagma nos remete ao que Pêcheux (2014) chamou de “funcionamento das representações e do ‘pensamento’ nos processos discursivos”, o que, em sua proposta de investigação, supunha a construção de uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário.

Propomos, aqui, a recorrência de formas discursivas típicas do discurso literário, como metáforas, estruturas narrativas e figuras de linguagem, como vestígios do estatuto preferencial que o poético adquire no que se refere às formas possíveis, na língua, de expressão do sofrimento e de representação do sujeito como instância psíquica e subjetiva. Elencamos algumas:

sentir fragmentado em milhões de pedaços impossíveis de reunir
 a sensação de estar vivendo em câmera lenta
 imaginando mil maneiras
 uma parcela do meu coração
 mascarar e disfarçar essas coisas
 achei que teria o mundo aos meus pés
 palavras doem
 A maior arma que o mundo criou foi o próprio ser humano
 A vida é uma merda
 escolhi morar com Deus!

É muita pressão
onde uns querem passar por cima dos outros
noites mau dormidas
meu desespero começou a aumentar
É um sonho indo ralo a baixo
eles não estão tendo a noção do tamanho do estrago que fizeram dentro de mim!!!
sempre esteve comigo lado a lado
mostrar a ele que a mulher dele estava se tornando uma lojista determinada e batalhadora
agora literalmente estou no fundo do poço
estou partindo dessa para uma melhor
a arquiteta quer que eu engula as coisas
estou com coração machucado, com as mão atadas
pelo bem que plantei e deixei na terra
eu já vejo anjos conversando comigo
vou com um aperto no peito
minha caixinha de segredos era ele
lutou tanto contra esse meu sentimento suicida
ao mesmo tempo me sinto vazia e perdida
A VIDA É TREM BALA PARCEIRO
AGENTE É SÓ PASSAGEIRO PRESTES A PARTIR!!!
eu era tomado por uma onda de otimismo
a vida de quem eu estragaria com tamanha crueldade?
depressão, mas que doenzazinha covarde, manipuladora e sorrateira
comecei a remoer essa possibilidade
os dias são apenas um *ruído branco*
enquanto meus *olhos gritam* a verdade, *gritam* por socorro
gostaria de ter tempo para *reparar os danos* com cada um de vocês
[gostaria de] ter sido alguém melhor, não tão *quebrado*, não tão *limitado*
consegui *sentir a minha alma se desdobrar* em toda a sua honestidade

é o fim da linha do caminho em que me meti
 quando fui embora *ele [meu coração] parou de bater*
 a gente se ve no inferno
 Ana planeja como *suicidará seu sofrimento*
 Ana quer *matar o silêncio*
 Ana pensa em suicídio, suicídio *do amargo, dos trapos, da dor.*
 Suicídio *da alma*

Sabemos, em AD, que não há sinonímia perfeita (ORLANDI, 2015). Por isso, o efeito metafórico não é uma manifestação da equivalência de sentidos em significantes distintos. Seu funcionamento é melhor compreendido como uma “transferência de sentidos” entre A e B. A emergência massiva de figuras de linguagem reforça o argumento dito acima, que tomamos por hipótese: existe um modo preferencial, na língua, de exprimir estados subjetivos, e este modo é o poético-literário. Propomos entendê-lo como um componente de uma forma discursiva que denominaremos de “nota suicida”.

Definimos forma discursiva como

um modo de dizer/mostrar/representar (no sentido de performance), em suma, de enunciar, modo este mais ou menos estabilizado, mas nunca estático historicamente, e que não diz respeito somente à textualidade, mas a uma certa organização intradiscursiva, que atualiza a memória do dizer e sugere limites imaginários entre locutores. [...] Portanto, a forma discursiva se sustenta sobre um *modus communicandi* e um *modus faciendi*, enquanto processos de significação. (RIPPEL, CAMPOS, ALVES, 2016, p.8)

Há, nessa perspectiva, uma formulação teórica-conceitual que compreende que as discussões sobre gêneros literários não dão conta de explicar determinadas escrituras. Isto porque a noção de “forma discursiva” apresentada aqui pressupõe uma economia de atos discursivos materializada no texto e que, por isso, tende ao dinamismo, enquanto o conceito de gênero discursivo tende a ver o texto de forma estática.

O modo como os atos discursivos estruturam um texto faz parte do processo de “gramaticalização”, entendidos aqui como a estabilização de uma determinada ordem sintagmática que orienta o intradiscorso – o eixo da formulação – em operações de parafrase, de designação e nomeação mais ou menos recorrentes. É neste sentido que podemos supor as postagens no Facebook que compõem nosso arquivo como pertencentes a uma forma discursiva denominada “nota suicida”.

O modo como se articulam enunciados típicos do pedido de perdão encadeado ao anúncio da desistência motivada por impossibilidade ou incapacidade são demonstrações de um encadeamento/articulação relativamente estabilizado na escrita destes sujeitos suicidas.

Peço desculpas aos poucos que me restaram e que tanto me aconselharam,
simplesmente não consigo

Perdão por ser fraca meu amor [...] mas é mais forte do que eu

Só posso pedir perdão à todos que me amam, mas eu não consigo continuar

Mãe, XXXXXXXXXXXX me perdoa mas não aguento mais

I'm sorry I can't handle it anymore

me desculpe por fazer isso, mas eu realmente não aguentei

mas eu não aguentei, me desculpe por isso

Uma outra marca da estruturação sintagmática dos relatos suicidas é a recorrência textual da repetição, sejam elas binárias, ternárias ou quaternárias; interfrásticas ou intrafrásticas; de base semântica, sintática ou morfológica.

É incrível [...], é incrível

tudo doi, palavras doem, sentimentos doem

eu só sei chorar e chorar

tô pirada, tô surtada, tô triste

com coração machucado, com as mão atadas

um pingo de noção, consideração e respeito

é ruim, doloroso e machuca muito

desesperada, em prantos, chorando

me sentindo insegura e desamparada

me cuidou, me protegeu, me abraçou, me levantou

Eu te amo tanto tanto

meu amorzinho, meu benzinho

Uma visita, um café, um chimarrão

pessoas amadas e queridas

O que mais me faria [...]? O que mais me faria [...]? Por que mais [...]?

Ana só quer ter um tempo para si [...].
 Ana só quer um tempo para si
 Ana só quer [...]

tempo de respirar, estudar, trabalhar,

Ana ao meio dia pensa em suicídio, o suicídio do sofrimento, da dor, da
 desesperança, do desespero.

Ana pensa em suicídio, suicídio do amargo, dos trapos, da dor

Cansei de merda de vida , cansei de pessoas falsas , cansei de tudo

Você me abraça e me beija

Michelleti (1997) destaca que a repetição é um dos princípios básicos da linguagem e aspecto fundamental da construção dos sentidos da prosa e da poesia. Constitui, assim, o estilo e o ritmo da fala, em termos gerais. Adam (2008) afirma que, segundo Cohen, “a redundância não informa, exprime, por isso, toda linguagem emocional, seja emoção poética, ordinária ou religiosa, tendendo a adotar uma forma repetitiva” (ADAM, 2008, p.312).

As repetições listadas acima agem tanto no nível microestrutural quanto macroestrutural dos relatos, o que nos apontam para uma economia discursiva marcada pelo poético-literário. Isto nos remete, mais uma vez, a um modo preferencial de expressão do sofrimento, uma determinação não só linguístico-discursiva, mas também tecnológica, engendrada pela a escrita. Volta aqui a noção de pré-construído e o modo como estas estruturas paradigmáticas se articulam no eixo sintagmático através da interferência do interdiscurso.

Trabalhamos até aqui com formas sintagmatizadas na formulação. Agora, percebemos, em um caso, uma materialização na língua da interpelação ideológica, que pode ser observada em uma palavra especificamente. A partir do termo “projeto”, ocorre um caso interessante de equivocidade e deslizamento de sentidos na ordem paradigmática. Ele se realiza especificamente na emergência, no fio do discurso, de um sentido outro para o termo. Do relato, sabemos que o “projeto arquitetônico” se constitui como um importante item focal da produção enunciativa, conferindo unidade temática a várias retomadas. Vejamos algumas ocorrências da presença do léxico “projeto”:

até o momento em que contratei uma arquiteta totalmente despreparada para cuidar do meu *projeto*

Porém o XXXXX não quis explicação, deixou a loja montada da pior forma possível e simplesmente disse q seus funcionários iriam na loja entregar o que faltava e que

ele estaria largando esse *projeto* de mão

Mas infelizmente esse *projeto* arquitetônico acabou comigo

E não tem mais jeito de mexer no *projeto*, pois dinheiro já foi investido

Era pra ser uma boutique, mas não é, não foi e nunca será uma boutique aquele *projeto*

Até aqui, a posição que ocupa nos cotextos e a relação com outras unidades sintagmáticas nos permitem considerar que o sentido de “projeto” está realmente relacionado e estabilizado no domínio semântico da arquitetura. Se não explicitamente, quando aparece como “projeto arquitetônico”, unidades contextuais como “arquiteta”, “boutique”, “loja”, “dinheiro investido”, etc, confirmam a afirmação anterior.

No entanto, um movimento interessante ocorre na progressão do texto:

Esse ano era pra ser “meu ano”, pois além da inauguração da loja, eu iria convidar as pessoas que deixaram de falar comigo, para irem conhecer meu espaço, pois eu queria que essas pessoas notassem minha mudança interna, mas o ano e o mês dos sonhos não aconteceu e não vai acontecer, pois sou fraca e não sei lidar com esse tipo de sentimento, é ruim, doloroso e machuca muito! Meu *projeto* virou motivo de desespero e depressão!

De fato, o termo “projeto” é polissêmico. As pistas interpretativas podem ser dadas pela permanência tópica do discurso, característica que Greimas (1979) atribuiu à rede de anafóricos que sustentam a lógica do discurso através de um leque determinado de categorias linguísticas. Desta forma, um discurso isotópico seria aquele que garante uma constância no percurso do sentido através da relação entre lexemas, produzindo a coerência interpretativa.

Todo discurso, no momento em que estabelece sua própria isotopia semântica, não é mais que uma exploração bastante parcial das consideráveis virtualidades que lhe oferece o *thesaurus* lexemático; se ele segue seu caminho, é deixando-o semeado de figuras do mundo que ele rejeitou, mas que continuam a viver sua existência virtual, prontas para ressuscitarem ao menor esforço de memorização. GREIMAS, 1983, p. 59 apud ADAM, 2008, p. 149)

Pelo viés da AD, o equívoco é um fenômeno linguístico-discursivo que se dá na emergência de uma palavra ou expressão que pode constar em mais de uma formação discursiva e, portanto, fazer referência a sentidos distintos. Dada a polissemia do termo projeto, podemos considerar o deslocamento realizado como um atravessamento do discurso pela formação discursiva neoliberal, em que a semântica da arquitetura sutilmente dá lugar à semântica da gestão de si, da vida como um planejamento, discurso materializado na

linguagem corrente em expressões como “projeto de vida”. A língua como materialização da formação ideológica neoliberal também pode ser verificada em outra passagem, outro deslocamento:

e aquilo está bem longe dos meus sonhos

Desta vez, o sintagma nominal “projeto” é retomado pela anáfora demonstrativa “aquilo”. Na proposição-enunciado, há um efeito metafórico entre “projeto” e “sonhos”, colocados em uma relação de forças de comparação retórica. Os sonhos são projetos, resultado do planejamento e da gestão do indivíduo. Este jogo polissêmico atesta o confronto entre o simbólico e o político, jogo materializado na língua e espaço fortemente regido pelas relações de poder (ORLANDI, 2015). É que indica a eficácia da ideologia, neste caso neoliberal, como força material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como apreender certas nuances do suicídio sem remeter à dimensão imaginária e simbólica que o fenômeno enseja hoje em dia. Uma das formas de percorrer este itinerário se constitui em nossa proposta de perscrutar, a partir das teorias do discurso, a interface da comunicação nos processos de subjetivação contemporâneos, conceito que constitui o cerne deste trabalho. Os atravessamentos comunicacionais na questão do suicídio não são poucos, na medida em que se acentua a inter-relação entre a dimensão simbólica e a configuração da vida social.

Dito isto, consideramos que o conceito de mediação é fundamental para entender os rearranjos dos campos sociais estabelecidos que as tecnologias de comunicação ensejam ao se colocarem como vias de mediação relevantes do ser humano com a realidade social. Esta perspectiva representa uma proposta epistemológica diferente do paradigma dos meios de comunicação de massa: ao reconfigurar as relações de emissão e recepção, colocam em evidência a circulação e estabelecem a cultura de mídia como característica central da sociedade midiaticizada. A configuração a que fazemos referência, no entanto, não está primordialmente sustentada nos avanços tecnológicos das últimas décadas, mas na apreensão dos mesmos por invenções sociais.

Como, na AD, a noção de sujeito é histórica, percebemos que a emergência do digital no cotidiano provoca um imaginário próprio, que produzirá efeitos na constituição do indivíduo em sujeito. O digital vem produzir formas outras de o sujeito ser apropriado pela linguagem e, assim, produzir sentidos para si e para o mundo. Além disso, as redes permitem deslocamentos relevantes na memória discursiva, ao reconfigurar o interdiscurso e permitir espaços para formulações outras, que antes não tinham espaço na mídia dita tradicional. É por este aspecto, entre outros, que elas possibilitam espaços para expressões de caráter íntimo e individual e para temas tabus.

Como um fenômeno registrado em todo o globo terrestre, consideramos de fundamental importância, para uma pesquisa de caráter discursivo, um levantamento das percepções sociais do suicídio. Entendemos, assim, que a historicidade do suicídio é constituída materialmente por diferentes práticas discursivas através das épocas. Formações discursivas estas que compõem uma genealogia dos entendimentos e que indicam as reconfigurações, deslizamentos e estabilizações da memória discursiva sobre o ato.

Pela AD, entendemos que não há uma “realidade” por trás dos discursos ou uma “verdade” capaz de ser desvelada por uma análise. Este efeito é produzido materialmente por

relações assimétricas de poder, ou seja, pela ideologia como força material. Por isto, assumindo o suicídio como um fenômeno multifacetado, entendemos a produção discursiva sobre o significante “suicídio”, em diferentes regimes discursivos científicos, como movimentos históricos de estabilização de sentido. Além das religiões, a ciência apreendida outrossim como sistema simbólico, produz sentido para o fenômeno, sentidos estes que também se encerram na percepção do homem moderno.

Em nossa proposta, nos valem de relatos publicados no Facebook por suicidas para atingir, discursivamente, os sentidos sobre o suicídio materializados na escrita. O recorte do corpus discursivo se constituiu, a partir do arquivo construído com postagens de sujeitos suicidas, em relatos produzidos/publicados em antecedência ao cometimento do ato.

A partir do postulado do sujeito assujeitado, nos guiamos pelas formações discursivas que se materializam nos relatos. Buscamos mapear os regimes discursivos contemporâneos capazes de interpelar o indivíduo em sujeito e repercutir nos modos de subjetivação contemporâneos. Propomos, assim, o modo de subjetivação neoliberal como uma modulação da forma sujeito-capitalista, fundada na noção do sujeito jurídico. Os modos de subjetivação correspondem às formações imaginárias que fornecem lugares de identificação ao sujeito.

Procuramos explicitar que o sujeito neoliberal, ou empresa-de-si, não se constitui como uma mera acumulação histórica daquela ensejada desde a hegemonia do capitalismo. A racionalidade neoliberal, mais que um aprofundamento do liberalismo, representa um deslocamento antropológico, em que o discurso sobre o homem é tomado por uma perspectiva com pretensão de completude: o empreendedorismo. Desta maneira, valores como o concorrencialismo, a inovação, a gestão de si e o individualismo são transpostos para todas as esferas da vida.

Para nós, a racionalidade neoliberal opera em caráter de dominância em relação às formações ideológicas identificadas nos discursos dos sujeitos suicidas. A governamentalidade que ela enseja está nitidamente articulada ao discurso biomédico e ao fenômeno da medicalização e da biomedicalização. Como autoridade no que se refere ao discurso sobre as patologias mentais, percebemos como, a partir das práticas discursivas do saber psiquiátrico, as fronteiras entre o normal e o patológico podem se tornar cada vez mais difusas e o espaço da normalidade mais estreito a partir dos sistemas classificatórios e dos tratamentos que suscitam. Notamos como esta autoridade socialmente legitimada foi propiciada por uma mudança das práticas discursivas do próprio saber psiquiátrico, que

adotou para si o discurso científico da anatomoclínica e, em desvelamento posterior a noção de medicina baseada em evidência.

Este fenômeno está intimamente ligado à fabricação do sujeito-paciente contemporâneo. A razão diagnóstica que o fenômeno da medicalização engendra é, hoje, a principal matriz discursiva para a elaboração simbólica do sofrimento. Na questão específica do suicídio, explicitamos como uma classe diagnóstica, a saber, a depressão, vêm se constituindo como o significante dominante na apreensão da própria tristeza e do sofrimento.

Entendendo que todo sintoma é uma verdade não elaborada, consideramos que o discurso biomédico sobre a depressão – particularmente a tese de uma disfunção no sistema serotoninérgico – despolitiza a doença e não dá conta de promover a narrativização dos sentidos encarcerados sob o encapsulamento do discurso do diagnóstico. Em suma, este movimento alija o sujeito da representação de si, acarretando em um empobrecimento do discurso sobre a experiência dos afetos e estabelecendo a primazia do discurso biomédico – e da anatomoclínica – como gramática do sofrimento.

Um dos vetores de expansão do fenômeno da medicalização em articulação com o aprofundamento do neoliberalismo é a noção de risco. Este conceito, na medida em que prescreve um futuro envolto por ameaças e perigos, produz uma série de técnicas de si que compõem a governamentalidade neoliberal. Nos casos em que se associa, através do conceito de “fatores de risco”, ao discurso sobre a depressão, pode produzir um imaginário trágico para o sujeito que se vê identificado com a subjetivação pela doença.

A noção do trauma como significante-mestre contemporaneamente, cuja emergência está relacionada a fatores não somente de ordem da nosográfica, mas também a lutas políticas de movimentos identitários, bem como à modificação na economia moral das sociedades ocidentais, ocasionou o aparecimento de uma figura central na apreensão do sofrimento: a vítima. Tal condição se mostrou poderosa na subjetivação dos sujeitos suicidas na medida em que propicia uma posição legítima de enunciação do sofrimento. Na análise das formações discursivas, pudemos perceber a subjetivação pela condição da vítima como um forte lugar de identificação e balizador das posições suscitadas nos relatos, mesmo naqueles em que tal condição era refutada pelo sujeito-enunciador, fazendo-se presente à revelia do locutor. Vimos, ainda como a condição da vítima define os parâmetros para a identificação dos agressores e de vítimas virtuais e confere legitimidade para a pedida da reparação. No caso das doenças mentais, esta subjetivação constitui um caso peculiar de vítima indefesa ante a patologia.

É nesta teia discursiva que pensamos se constituir os discursos dos suicidas. Em AD, o texto é tomado como um estado determinado de um processo discursivo, pois está referido ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.

Assim, tais formações discursivas, como materialização das formações ideológicas, constituem as condições sócio-históricas de produção de tais discursos, aquilo que possibilita que eles surjam e que sobredetermina os jogos parafrásticos e polissêmicos da ordem intradiscursiva. Todas estas reflexões compõem o exame dos indícios do discurso na história.

Uma de nossas questões de pesquisa procurou responder à pergunta: “quem é este sujeito que recorre às redes para expressar/expor seu sofrimento e anunciar um ato suicida? Ensaíamos uma resposta a partir de outros dois atos analíticos: uma diagnose dos sintomas do discurso no sujeito e uma investigação dos vestígios do discurso na língua.

Unindo as perspectivas da relação sujeito-língua-discurso, propomos que o relato de si tem sua condição de produção materialmente ligada à forma de subjetivação do sujeito jurídico, o sujeito cartesiano, representado como indivíduo e instância psíquica. Em mais de sete séculos de desenvolvimento do imaginário de “si mesmo”, surge formas literárias da ordem do diário e da autobiografia que encontram no subjetivismo a matéria-prima da escrita de si. Na perspectiva discursiva, tais considerações significam que, ao escrever sobre si, o sujeito se situa e atualiza uma textualidade de padrões históricos e provisórios, em um trabalho na língua e pela língua.

A passagem para a escrita no computador e, posteriormente, colocada em circulação pelas redes provocam deslocamentos nas redes de memória e instituem o imaginário do digital. Dessa forma, a escrita no Facebook se situa em um espaço híbrido de intimidade e privacidade, por um lado, e publicidade e exposição, por outro. Estas são condições de produção do contexto estrito que vão suscitar uma escrita de si marcada pelo digital. A estrutura de postagens em relação de temporalidade, materializadas na linha do tempo do Facebook, vai prometer, ilusoriamente, o estatuto de completude ao sujeito fragmentado, um aspecto vagamente correlacionado ao diário.

Dizemos vagamente pois, colocada na relação de instantaneidade entre produção/circulação que o digital proporciona, as expressões de sofrimento no Facebook vão compor a textualidade da exposição de si, aspecto largamente utilizado pelos enunciadores do sofrimento na sociedade midiaticizada, onde a visibilidade é colocada como fator de

legitimidade, rearticulando o imaginário da doença, do corpo e da própria existência a partir da “autenticidade dos bastidores”. Com efeito, as redes se constituem como espaço preferencial para a expressão/exposição do sofrimento, e o Facebook, especificamente, para dar um relato de si.

A respeito do relato de si, entendemos que há uma demanda ética para que o sujeito preste contas ao Outro. Cenas de interpelação se instalam continuamente e provocam uma injunção para que o sujeito suicida dê um relato ou faça um exame de si mesmo, indicando a primazia radical da alteridade

No plano do sujeito, valemo-nos do caráter paradigmático narrativo-ficcional do sofrimento. Nesta acepção, a experiência do sofrimento está associada a uma incapacidade do sujeito de representar e elaborar simbolicamente a experiência da angústia. É como se tudo se passasse em uma indeterminação de sentido. Este caráter foi percebido nas enunciações dos relatos suicidas, quando o sujeito era encontrado às voltas com seu dizer e não conseguia dar corpo simbólico a estados subjetivos.

Como uma das entradas de análise, elegemos as funções enunciativo-discursivas do sujeito – a saber, autor, enunciador e locutor – como observatório do sujeito no discurso. Nesta proposta, cremos propor condições específicas da rede social, como a possibilidade de edição, correção, etc, como intrinsecamente ligadas ao princípio da autoria, além de ensejar a hipertrofia do sujeito em seu processo de identificação.

No texto que nos detivemos especificamente nesta questão, pudemos perceber um efeito-autor identificado na condição da vítima. Como princípio de unidade e agrupamento do discurso, no entanto, esta função falhou flagrantemente, possibilitando que múltiplas vozes se enunciassem na mesma unidade textual, instalando a contradição e tirando o sujeito da mestria de seu dizer. Isto também pôde ser observado na tematização disfuncional. Algumas glosas, índices da heterogeneidade constitutiva do sujeito, apontavam para uma retomada para a posição de autoria, que invariavelmente escapava e instalava a vacilação e a não-coesão.

No terceiro ato analítico, escolhemos os mecanismos de encaixe e articulação para analisar os vestígios do discurso na língua. Para isso, recorreremos às noções de pré-construído e discurso-transverso a fim de perceber as determinações linguístico-discursivas materializadas nos relatos suicidas.

Desta forma, identificamos tais postagens como correlatos discursivos das notas suicidas. Isto nos deu suporte para tecer algumas considerações na relação forma/sentido de tais discursos. Consideramos que tais relatos são permeados por uma exterioridade que

determina mais ou menos os conteúdos e as formas como se dão determinadas articulações, como o pedido de perdão, o caráter confessional, a nomeação dos “algozes”, das causas, entre outros.

No eixo da sintaxe, verificamos a recorrência da justaposição em detrimento da coordenação, o que nos levou a considerar a sintaxe de des-ligação como uma forma material, na língua, de um sujeito dividido e fundado na indeterminação. O retorno contínuo aos mesmo lugares do dizer, não raro como interrupções abruptas no fio do discurso, detectado a partir da ocorrência do entrelaçamento da ordem do paradigma e do sintagma sob o efeito do giro parafrástico, apresenta um sujeito em crise com a dimensão do simbólico.

Sobre a expressão do sofrimento e de estados subjetivos, identificamos uma preferência pelo poético e pelas figuras de linguagem como forma preferencial de escrita, o que imediatamente nos remete à complexidade de apreender tais estados pela enunciação, o que nos coloca no reino do real da língua. Também indica a violência simbólica que o ato diagnóstico executa ao encapsular tais sentidos em fórmulas discursivas que empobrecem a experiência inerente da condição humana. As repetições binárias, ternárias e quaternárias também dão a tônica desta poética.

A abordagem discursiva para dar conta dos sentidos suscitados em notas suicidas, enfim, mostra-se profícua para fins heurísticos. O mesmo ocorre com a hipótese da destituição simbólica. Com as análises presentes neste trabalho, poucas ante a dimensão global do suicídio, cremos ver a proposta da aniquilação de si como resposta/restituição de processos profundos de dessubjetivação e desidentificação um pouco mais promissora. Propúnhamos, a partir disso, três respostas possíveis para a destituição simbólica: apatia, revolta e, por último, aniquilação. Pelo menos nos relatos analisados neste trabalho, percebemos que a revolta é a dimensão mais visível nos sujeitos em que a identificação com os regimes discursivos dominantes é mais forte, principalmente com a matriz neoliberal, enquanto a dimensão da apatia é mais perceptível pelas vias da contra-identificação. No entanto, mais observações são necessárias para que se chegue a uma conclusão.

Refletindo sobre as formas de resistência previstas em toda relação de poder, entendemos que são conceitos bem formuladas e estudados. Já no que diz respeito às formas de desistência, consideramos os casos de sujeitos suicidas como bons pontos de partida para uma dimensão do poder cujas reflexões ainda são incipientes.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.-M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998
- BERTOLOTE, J. M. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Unesp, 2012
- BOTEGA, N. J. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre: Artmed, 2015
- BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: JANOTTI JÚNIOR, J.; MATTOS, M. A.; JACKS, N. (Orgs.). **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.
- CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2018
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000
- CASSORLA, R. M. S. **O que é suicídio**. São Paulo: Brasiliense, 1992
- CASTIEL, L. D.; GUILAM, M. C. R.; FERREIRA, M. S. **Correndo o risco**: uma introdução aos riscos em saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010
- CHAVEZ-HERNANDEZ, A.; LEENAARS, A. A.. Edwin S Shneidman y la suicidología moderna. **Salud Ment**, México, v. 33, n. 4, p. 355-360, agosto 2010. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-33252010000400008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 24 fev 2018
- COSER, O. O campo de provas da depressão. In: OLIVEIRA, C.; MÜLLER, R. F. (Orgs.) **Subjetivações e gestão dos riscos na atualidade**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2017
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016
- DE LEO, D. Apresentação. **O suicídio e sua prevenção**. BERTOLOTE, J.M. São Paulo: Unesp, 2012
- DIAS, C. **A discursividade da rede (de sentidos)**: a sala de bate-papo hiv. Campinas: Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, 2004
- _____. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- _____. A poética do cotidiano na rede. **Signo y Señá**, Buenos Aires, n. 24, p. 57-70, dez, 2013

DUNKER, C. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015

_____. **Reinvenção da intimidade**: políticas de sofrimento cotidiano. São Paulo: Ubu, 2017

DURKHEIM, É. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

ELKIS, H. A evolução do conceito de esquizofrenia neste século. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 22, supl. 1, p. 23-26, mai, 2000

ESTELLITA-LINS, C. Acompanhamento terapêutico: intervenção sobre a depressão e o suicídio. **Psychê**, São Paulo: v. 10, n. 18, p. 151-166, set, 2006

FASSIN, D; RECHTMAN; R. **The empire of trauma**: an inquiry into the condition of victimhood. Princeton: Princeton University Press, 2009

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma analítica da mediação. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr, 2008

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017

FOUCAULT, M. A casa dos loucos. In. _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a

_____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014

_____. A política de saúde no século XVIII. In. _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b

_____. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

_____. **História da loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978

_____. **História da sexualidade vol.1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017a

_____. **História da sexualidade vol.2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

_____. Verdade e Poder. In. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra,

2018c

FREIRE FILHO, J. Introdução. In: _____. (Orgs.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010

FREITAS, F; AMARANTE, P. **Medicalização em Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017

FREUD, S. Luto e Melancolia. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1987

_____, Além do princípio do prazer. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1987

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992

HENRY, C; STEPHENSON, AL; HANSON, MF; HARGETT, W. Adolescent suicide and families: an ecological approach. **Family Therapy**. USA: v. 21, n. 1, p. 63-80, 1994

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992

HORWITZ, A. V.; WAKEFIELD, J. C. **The loss of sadness**: how psychiatry transformed normal sorrow into depressive disorder. New York: Oxford University Press, 2007

KOCH, I. V.; ELIAS, V. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2010

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2018

KRISTEVA, J. **New maladies of the soul**. New York: Columbia University Press, 1995

LABONTÉ, B.; TURECKI, G. The Epigenetics of Suicide: Explaining the Biological Effects of Early Life Environmental Adversity. **Archives of Suicide Research**. Londres: v.14, n. 4, p. 291-310, 2010.

LEENARS, A. A. Edwin S. Shneidman on Suicide. **Suicidology Online**. v. 1., p. 5-18, 2010

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014

LERNER, K. Doença, Mídia e Subjetividade: algumas aproximações teóricas. In. LERNER, K.; SACRAMENTO, I. **Saúde e Jornalismo**: interfaces contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014

LERNER, Kátia; VAZ, Paulo. “Minha história de superação”: sofrimento, testemunho e práticas terapêuticas em narrativas de câncer. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 21, n. 60, p.

153-163, Mar. 2017. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000100153&lng=en&nrm=iso>.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999

LINEHAN, M.M.; DEXTER-MAZZA, E.T. Terapia comportamental dialética para transtorno de personalidade borderline. In. BARLOW, DB (ed.). **Manual clínico dos transtornos psicológicos**. Porto Alegre: Artmed, 2009

LOVISI, G. M.; SANTOS, S. A.; LEGAY, L.; ABELHA, L.; VALENCIA, E. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. São Paulo: v. 31, supl. 2, p. S86-S93, out. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462009000600007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02. mar 2018

LÖWY, M. Um Marx insólito. Prefácio. **Sobre o suicídio**. MARX, K. São Paulo: Boitempo, 2006

MACEDO, M. M. K.; WERLANG, B. S. G. Tentativa de suicídio: o traumático via ato-dor. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 185-194, Jun, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237722007000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722007000200009>

MANN, J. J.; BRENT, D.J.; ARANGO, V. The neurobiology and genetics of suicide and attempted suicide: a focus on the serotonergic system. **Neuropsychopharmacology**. v. 28, nº 5, p. 467-477, 2001

MANN, J. J.; WATERNAUX, C.; HAAS, G. L.; MALONE, K. M. Toward a clinical model of suicidal behaviour in psychiatric patients. **Am J Psychiatry**: The American Journal of Psychiatry. Washington: v. 156, no 2, p. 181–189, 1999

MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. Campinas: Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, 1996.

MARTINS DE SOUZA, A. Variações sobre vítimas e medicalização. In. OLIVEIRA, C.; MÜLLER, R. F. (Orgs.) **Subjetivações e gestão dos riscos na atualidade**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2017

MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006

MCGOLDRICK, M; GERSON, R. **Genogramas em la evaluación familiar**. Buenos Aires: Gedisa, 1987

MICHELETTI, G. Repetição e significado poético (o desdobramento como fator constitutivo na poesia de F. Gullar). **Filologia e Linguística Portuguesa**, n.1, p.151-164, 1997

MINOIS, G. **História do suicídio**. Lisboa: Teorema; 1998

OLIVEIRA, C. Luto, subjetivações e biopolítica contemporânea. In. OLIVEIRA, C.; MÜLLER, R. F. (Orgs.). **Subjetivações e gestão dos riscos na atualidade**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2017

ORLANDI, E. Funcionamento e discurso. In. _____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2015

ORLANDI, E. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas: Pontes, 2016

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

RIPPEL, N; CAMPOS, I; ALVES, W. A Gazeta de Notícias e a Revolta dos Marinheiros: capítulo de uma história das práticas e formas discursivas na imprensa. In. IV ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 4, Niterói, 2016. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: Alcar Sudeste, 2016. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/4o-encontro-2016/historia-do-jornalismo/a-gazeta-de-noticias-e-a-revolta-dos-marinheiros-capitulo-de-uma-historia-das-praticas-e-formas-discursivas-na-imprensa/view>> Acesso em: 10 jan 2019

SAFATLE, V. Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social. Intro. In. SAFATLE, V; SILVA JÚNIOR, N; DUNKER, C. (Orgs.). **Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018

SARAIVA, C. B. **Estudos sobre o para-suicídio: o que leva os jovens a espreitar a morte**. Coimbra: Redhorse; 2006

_____. Suicídio: de Durkheim a Shneidman, do determinismo social à dor psicológica individual. **Psiquiatria Clínica**, Coimbra: v. 31, no 3, p 185-205, 2010

SHNEIDMAN, E. **Definition of suicide**. New York: John Wiley & Sons, 1985

_____. **Final thoughts and reflections: the suicidal mind**. New York: Oxford University Press, 1996

STATHAM, D.J.; HEATH, A.C.; MADDEN, P.A.; BUCHOLZ, K.K.; BIERUT, L., DINWIDDIE, SH; et al. Suicidal behaviour: an epidemiological and genetic study. **Psychologic Medicine**, v. 28, n. 4, p. 839-855, 1998

VAZ, P. A vida feliz das vítimas. In. FREIRE FILHO, J. (Org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010

_____. O conceito de risco. In. OLIVEIRA, C.; MÜLLER, R. F. (Orgs.) **Subjetivações e gestão dos riscos na atualidade**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2017

WASELFIZ, J. J. **Mapa da Violência 2014**: os jovens do Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2014.

_____. **Mapa da Violência 2015**: adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Brasília: Flacso Brasil. 2015

WORLD Health Organization. **Preventing Suicide**: a global imperative. Geneva: WHO; 2014

.

ANEXO A – TEXTO 1

16 h · 🌐

É incrível o quanto conseguimos machucar uns aos outros, é incrível como para alguns é fácil e para outro nem tanto.

Quando era criança achei q teria o mundo aos meus pés, hoje vejo o quão insignificante eu sou, tudo doi, palavras doem, sentimentos doem, sinceramente, nunca entendi muito bem como tudo funcionava, como era fazer amigos mesmo, e seguir em frente, acho que entendi tudo errado, a prova disso são as pessoas ao meu redor, já fui abandonada e julgada pela pessoa q achei q seria minha melhor amiga, a pessoa que amei me humilhou e riu da minha cara, me chamou de ridícula, talvez eu seja, mas não pretendo continuar perguntando para saber.

esse mundo é tão errado, vivemos falando sobre ajudar o pro, sobre acabar com isso e aquilo, mas quando se tem que por seus ideias a prova ngm o faz. A maior arma que o mundo criou foi o próprio ser humano.

E eu lamento profundamente ter existido.

Continuo sem saber como tudo funciona, mas acho que agr não seja minha obrigação entender.

Eu quero viver, mas quero ser livre e feliz, porém parece q não dá pra ser feliz tendo que agradar a todos e a si mesmo.

Peço desculpas aos poucos que me restaram e que tanto me aconselharam, simplesmente não consigo.

A vida é uma merda e as pessoas a deixam pior ainda

 Curtir  Comentar  Compartilhar

   1,8 mil

ANEXO B – TEXTO 2



segunda-feira às 14:50 · 

A vida é feita de escolhas e eu escolhi morar com Deus!
É muita pressão e muita gente negativa do meu lado, já não faz mais sentido viver nesse mundo hipócrita, onde uns querem passar por cima dos outros e não pensam nos sentimentos e nas consequências que podem causar nas pessoas.

O motivo do meu desespero é por causa da minha loja, isso mesmo para surpresa de uns e para confirmação de outros, eu ia abrir minha loja, meu sonho estava começado a se realizar, eu estava feliz, muito bem, cheia de planos e sentimentos maravilhosos, até o momento em que contratei uma arquiteta totalmente despreparada para cuidar do meu projeto, (se é que merece o título de arquiteta), a senhorita . Que possui seu escritório em , rua:  bairro:  .

Ela é o motivo do meu desespero e das minhas noites mal dormidas, ela que simplesmente me apresentou uma imagem em 3D com a intenção de que eu aprovasse (óbvio que aprovei) pois afinal não estudei arquitetura e tampouco entendo de móveis.

Com a montagem dos móveis meu desespero começou a aumentar, a loja está montada exatamente da forma que eu NÃOOO queria. Como assim???????

Meu sonho virou pesadelo? ISSO MESMO

Como é que eu vou entrar e trabalhar tranquilamente em um lugar que eu não quero, que eu achei horrível, e que todas as vezes que eu entro lá só tenho vontade de chorar e nada mais?

Além dela, o  proprietário da empresa  que fica localizado na rua:  Bairro: 

Também é motivo de todo esse desespero sem fim, liguei para ele no dia 11/08 informando que o material que combinamos não era aquele que estava sendo montado, o mesmo simplesmente disse que não alteraria nada e que estaria mandando os funcionários para entregar o que faltava e que o material combinado foi aquele, e Ainda me desacatou no telefone, não querendo resolver o meu caso, sendo que não foi aquele o combinado, montaram os móveis em mdf da pior qualidade. Informei a ele que eu tratei o material com a Projetista  esposa dele, eu e ela combinamos lá na minha loja qual seria o material usado, ela Me apresentou uma tabela de cores e eu escolhi, lembro perfeitamente da mesma dizendo:

O que acha de fazermos nesse branco trançado, pois o branco liso suja muito e é "bagageiro".

Eu aceitei a opinião dela e fechamos naquele material. (Branco trançado). Porém o [REDACTED] não quis explicação, deixou a loja montada da pior forma possível e simplesmente disse q seus funcionários iriam na loja entregar o que faltava e que ele estaria largando esse projeto de mão. Em nenhum momento ele se propôs em ajudar, simplesmente deixou jogado as traças de qualquer jeito os móveis, ele só se propôs quando que ele viu que não tinha gaveta de caixa no caixa, então foi correndo fazer uma gaveta enjambrada e no escritório o armário não foi até q parede, era um armário sob medida, ele simplesmente enjambrou tudo na mesma tarde, pois eu estava pressionando tanto ele quanto a arquiteta. Os dois estavam cientes e nervosos com o que estava acontecendo.

Eu sinceramente não acredito e não estou acreditando que estou passando por tudo isso. É um sonho indo ralo a baixo e eles não estão tendo a noção do tamanho do estrago que fizeram dentro de mim!!! Minha vida era tão boa, eu estava me tornando a mulher mais realizada que existe, eu estava ciente de que estamos passando por uma crise, mas mesmo assim preferi arriscar, eu queria ocupar minha cabeça com algo que eu gostasse e que me faria feliz e realizada profissionalmente. Eu já estava até fazendo planos de esperar minhas amigas na loja com espumante, e todo meu carinho de sempre. Tive muito apoio da minha amiga Suelen Mello, ela iria trabalhar comigo e sempre esteve comigo lado a lado para que desse tudo certo.

Eu queria dar esse orgulho para minha mãe, mostrando que eu sou capaz, queria também dar esse orgulho principalmente para meu marido que eu amo tanto e mostrar a ele que a mulher dele estava se tornando uma lojista determinada e batalhadora.

Mas infelizmente esse projeto arquitetônico acabou comigo, não tenho vontade de mais nada, já não como direito, eu só sei chorar e chorar. Para uns isso pode parecer bobagem, mas pra mim não é, tanto que estou aflita desde o dia em que montaram os móveis e só hoje estou tendo coragem de fazer o que eu estava planejando desde aquele momento, quem me conhece sabe que eu sou parceria e alto astral, estou sempre disposta a ajudar a todos e sempre procuro me conectar com pessoas de vibe positiva, mas agora literalmente estou no fundo do poço, estou partindo dessa para uma melhor, pois sei que Deus está me esperando de braços abertos, essa dor que estou sentindo eu não queria que ninguém sentisse! Juro! Não queria mesmo!!!

Poxa vida!

Sempre fui uma pessoa tão boa, tão amada, ajudei a todos conforme eu podia e agora passar por isso?

Eu vou, mas deixo todos cientes do porquê de tudo isso. E não tem mais jeito de mexer no projeto, pois dinheiro já foi investido e meus primeiros pedidos estariam chegando na primeira semana de Setembro.



Escreva um comentário...



Publicar

Eu queria ser forte para isso, mas não estou conseguindo suportar essa dor, é um sonho que se tornou pesadelo, tô pirada, tô surtada, tô triste e amargurada e a arquiteta quer que eu engula as coisas AFIRMANDO que eu pedi daquela forma.

Era pra ser uma boutique, mas não é, não foi e nunca será uma boutique aquele projeto, e ela quer que eu aceite aquele absurdo e pronto, eu sei muito bem o que eu queria pra loja e ela também, pois ela tinha referências de lojas que eu havia passado, e aquilo está bem longe dos meus sonhos, estou com coração machucado, com as mãos atadas e muito triste em saber que as pessoas não tem um pingão de noção, consideração e respeito.

Lá de cima vou cuidar e zelar por todos que de alguma forma me transmitiram amor, pois só o amor transforma pessoas melhores, e se hoje sou uma pessoa do bem, foi graças às pessoas que me apoiaram até aqui e me deram muito amor e carinho!

Conheci muitas pessoas maravilhosas esse ano, assim como também perdi pessoas que eu amava por desentendimentos.

Esse ano era pra ser "meu ano", pois além da inauguração da loja, eu iria convidar as pessoas que deixaram de falar comigo, para irem conhecer meu espaço, pois eu queria que essas pessoas notassem minha mudança interna, mas o ano e o mês dos sonhos não aconteceu e não vai acontecer, pois sou fraca e não sei lidar com esse tipo de sentimento, é ruim, doloroso e machuca muito! Meu projeto virou motivo de desespero e depressão!

Quando eu entro na loja tenho vontade de sair correndo e chorar muito. (É triste, mas é isso que eu sinto).

Eu vou partir dessa, não sei aonde vou ser acolhida, mas espero que seja no céu, pois pelo bem que plantei e deixei na terra, acredito que lá será meu lugar, eu já vejo anjos conversando comigo e me acalmando, vou, estou indo... mas vou com um aperto no peito e com dó da minha mãezinha que me ama muito e vai sofrer demais, mas vai ser melhor assim, eu quero isso pra mim, e mãezinha vc tem que ser forte pois vc terá a tarefa de cuidar do meu marido pois ele vai precisar muito, do [REDACTED] que vai sofrer muito, do pai meu negão que sempre foi pelo correto eu amo muito meu pai, da [REDACTED] que é nosso tesourinho especial, dos meus sobrinhos, parentes e dos meus irmãos que apesar de alguns não gostarem de mim, eu sou humano e amo eles, esse também é o motivo da minha tristeza, saber que alguns dos meus irmãos não zelam por mim, mas faz parte da vida, acredito que todas as famílias existe isso, mas que bom que o [REDACTED] sempre foi meu amigo, meu braço direito, minha caixinha de segredos era ele, obrigado mano, eu vou cuidar muito de ti. Mãezinha minha guerreira que pediu tanto pra mim não fazer isso



Escreva um comentário...



Publicar

O endereço da loja que era meu sonho e que virou pesadelo:

[REDACTED]

Cidade: [REDACTED]

Rua: [REDACTED]

Loja: [REDACTED]

Bairro: [REDACTED]

Se todos soubessem o que estou passando, não ficariam me dando conselhos e sim ficariam diariamente ao meu lado!!!
Uma visita, um café, um chimarrão ou até mesmo me chamariam para conversar!
Mas não, as pessoas só fingem que se importam com a gente!!!!

Então por aqui encerro meu sofrimento!
Tchau pessoas amadas e queridas que me fizeram muito feliz um dia
vamos nos encontrar para fazer muita festa, porém lá no céu 🕊️

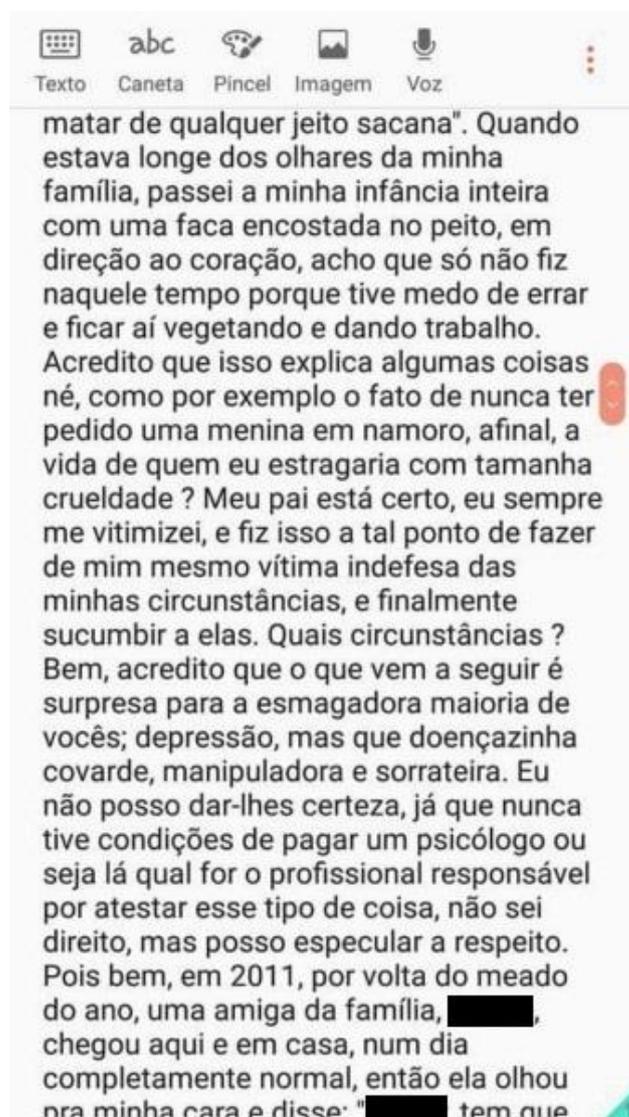
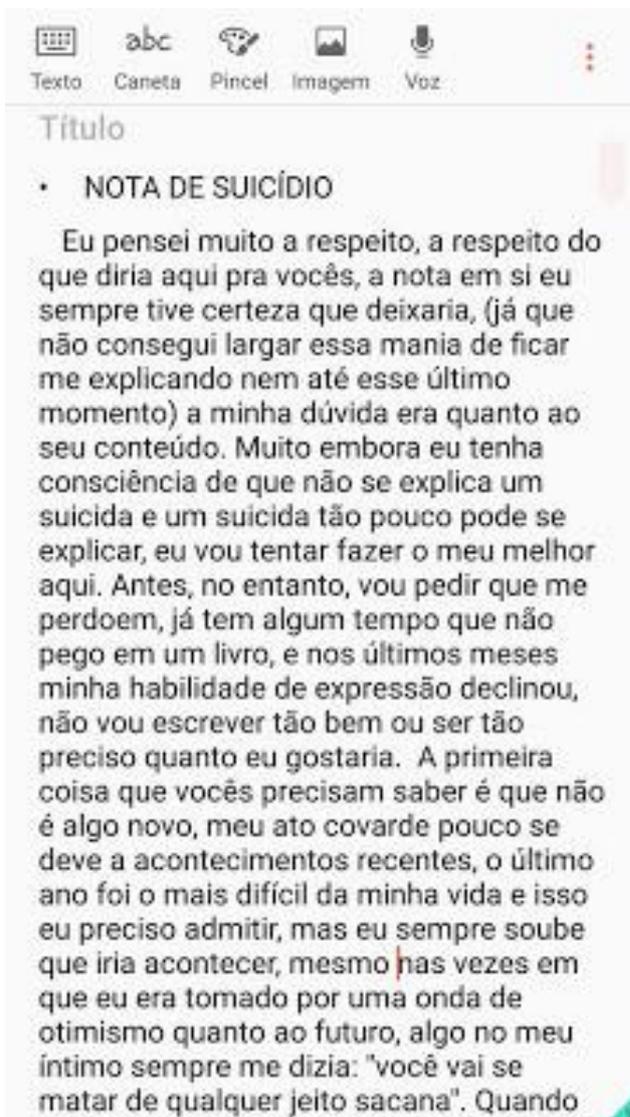
A VIDA É TREM BALA PARCEIRO E AGENTE É SÓ PASSAGEIRO PRESTES A PARTIR!!! 📖 🎵 🎹

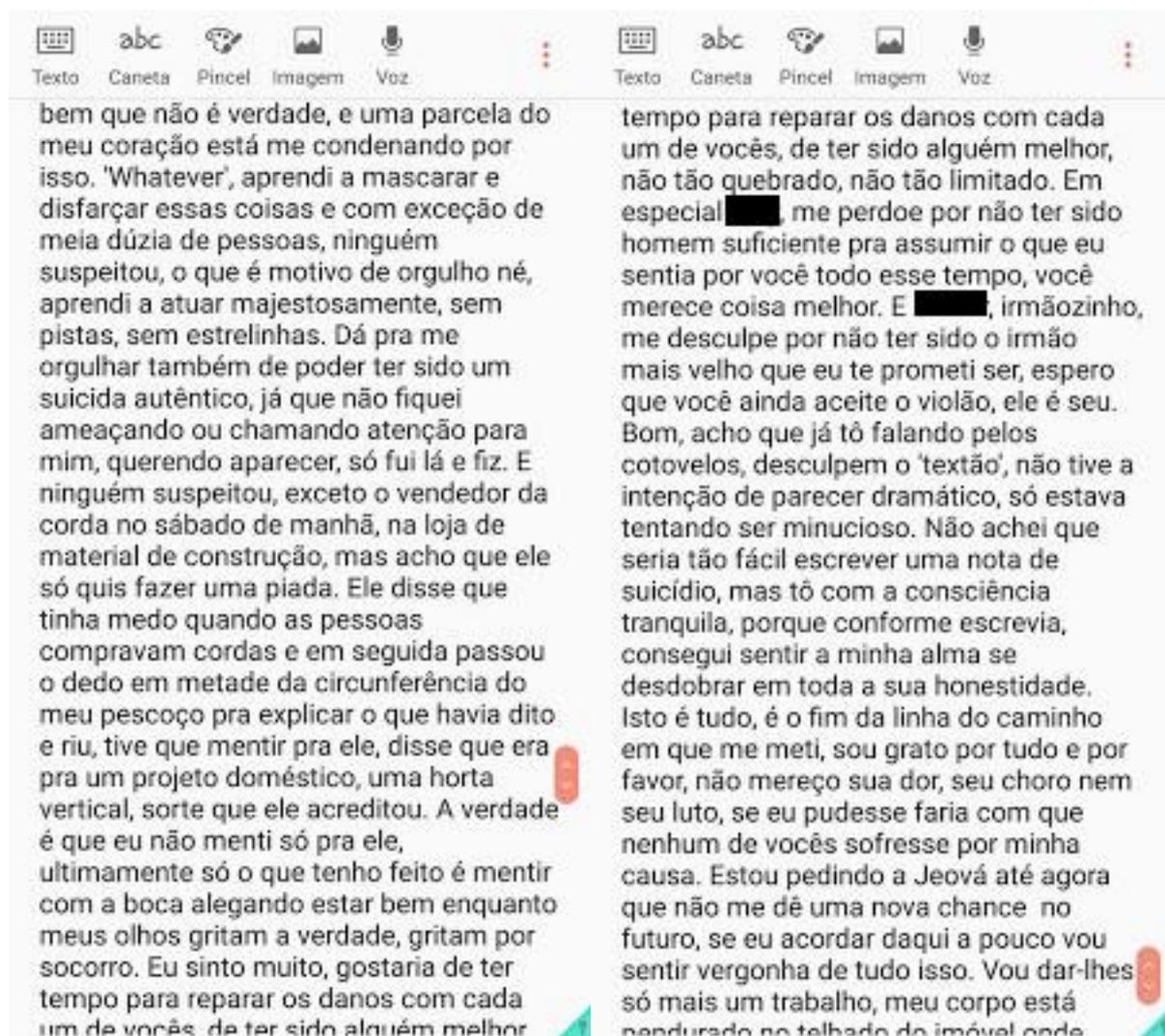
50,6 mil compartilhamentos

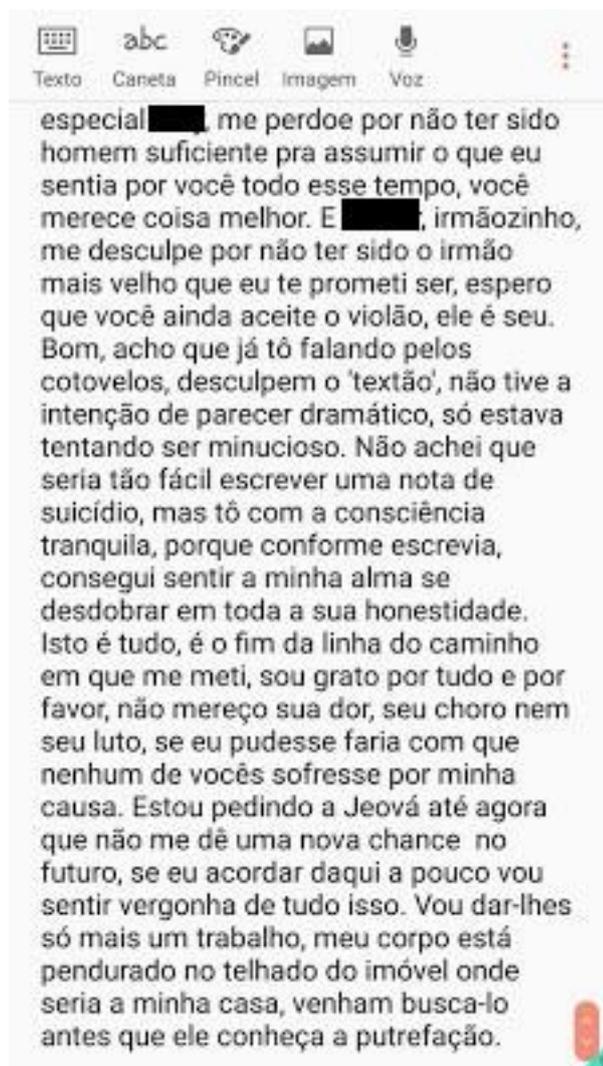
 Curtir  Comentar  Compartilhar

   106 mil

ANEXO C – TEXTO 3







ANEXO D – TEXTO 4

██████████ ██████████
17 June 2018 · 🌐

Só posso pedir perdão à todos que me amam, mas eu não consigo continuar.

Mãe, ██████████ me perdoa, mas a dor é muito maior. Cherosa continua a vida, seja independente, não deixa homem nenhum te pisar. Me perdoa, mas não aguento mais. Beijos mainha!

██████████ perdão, a ██████████ vai ser linda! Desculpe não ver a ██████████ nascer, eu amo vcs demais! Cuida da minha mãezinha !

Dear friend ██████████o, I'm sorry I can't handle it anymore, I'll be yours always and forever.

██████████ Obrigada por manter meu coração batendo, mas quando fui embora ele parou de bater... Te amo Zoiudão.Tchau, fica bem, lembra de mim sorrindo como no meu aniversário, no Beto Carrero... Mas sabe quem acabou com agente, ela mesma : ██████████. Ontem foi minha última tentativa, mas vi que vc está mais feliz sem mim. Te amo, vc foi a pessoa que escolhi na minha vida, pena que eu não fui a sua...

ANEXO E – TEXTO 5

...

31 October at 18:09 · 🌐

Bom dia dkoaksdoaksdka
 Uma carta de suicídio no facebook kkkkk
 Motivos:
 pq eu quero kadkdoaksdk
 Quero deixar claro que não foi por causa de pessoas, ou sei lá o que. Essa foi uma decisão que eu tomei sozinho e estava apenas planejando a alguns anos. Convenientemente eu trabalho em lugar que me facilitou isso kkkkk
 Mãe : obrigado por tudo e me desculpe por fazer isso, mas eu realmente não aguentei ... Eu te amo <3
 Pai : vc não é o culpado, mas se vc tivesse tentado conversar comigo invés de ficar fazendo piadas talvez isso não tivesse acontecido ... te amo <3
 Biza : eu sei que foi difícil ter que enterrar uma filha então me desculpe por isso.. Te amo <3
 Primos e Irmãos : vcs são muito chatos kkkkk mas eu amo vcs e espero que vcs nunca pensem em fazer isso que fiz, cresçam e tenham suas famílias <3
 Tios e Tias : vcs sempre me fazem sorrir seja os que moram longe ou os que moram do lado kkk vcs são incríveis :D
 Amigos: piizada me matei sdlkasodkoaskdoaskd vcs são fodas, agradeço pelos momentos incríveis que tivemos, tmj
 ████████ : mano, me desculpe por isso, vc sem duvidas participou de 90% dos momentos mais legais e fodas e agradeço por isso... a gente se ve no inferno :D kkk (para de pegar crianças)
 ████████ : eu sei... eu disse que não faria isso, mas eu não aguentei, me desculpe por isso. Não vá fazer algo estúpido... Eu te amo <3

Bom... era isso kkk quero ser cremado e as cinzas vcs podem fazer o q quiser doskdoskdd

ESPERO QUE LUCIFER NÃO SEJA CADEIRANTE KKKKKKKK FLW

👍👎👀
98,7K

67,9K Comments
60,8K Shares

👍
Like

💬
Comment

➦
Share

ANEXO F – TEXTO 6

17 de outubro às 20:57 · 🌐...

A essa hora do dia
Ana pensa em suicídio.
Ana planeja como suicidará seu sofrimento.
Ela planeja o suicídio de sua depressão, sua ansiedade.
Ana só quer ter um tempo para si, e não mais se cobrar além do limite.
Ana só quer um tempo para si, tempo de respirar, estudar, trabalhar, sem nenhuma pressão ou obrigação.
Ana só quer que cada palavra que saia da sua boca, não seja interrompida por um gaguejo de ansiedade.
Ana quer matar, quer abandonar, quer se livrar, dos laços, dos enlaços, do passado, do sapato apertado, da missa, da reza, das prisões que a cercam.
Ana quer matar o silêncio, não quer mais fingir que está tudo bem. Mas ela sabe que todos já estão cansados de seus relatos e histórias tristes.
Ana ao meio dia pensa em suicídio, o suicídio do sofrimento, da dor, da desesperança, do desespero.
Ana pensa em suicídio, suicídio, do amargo, dos trapos, da dor.
Suicídio da alma.

 Curtir  Comentar  Compartilhar

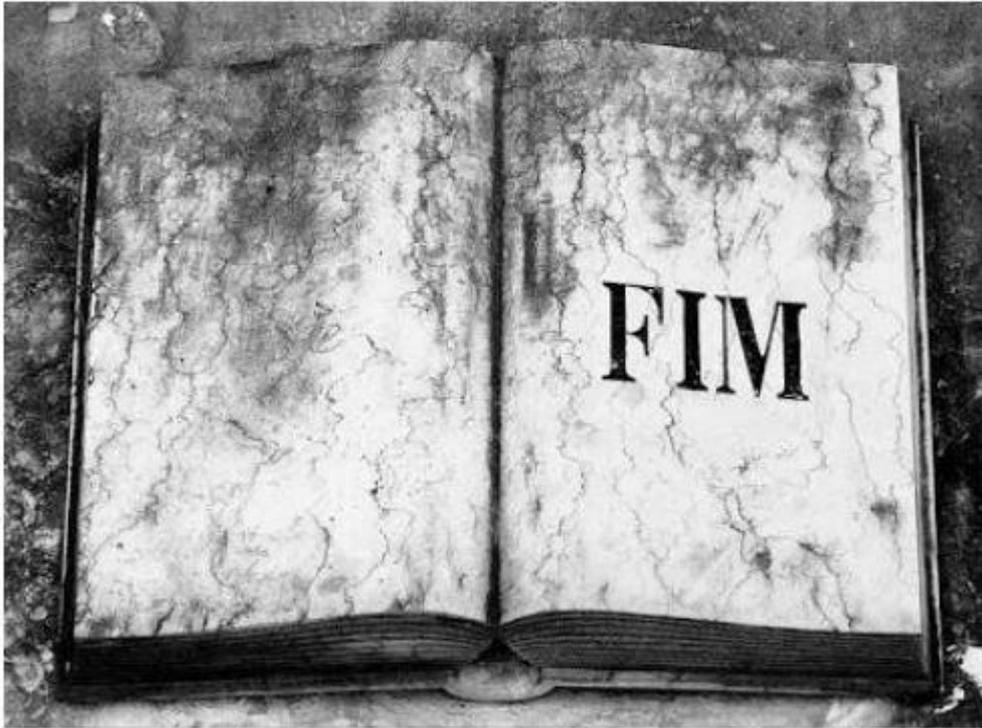
 3,4 mil

ANEXO G – TEXTO 7

  está 🙄 se sentindo magoada. ...

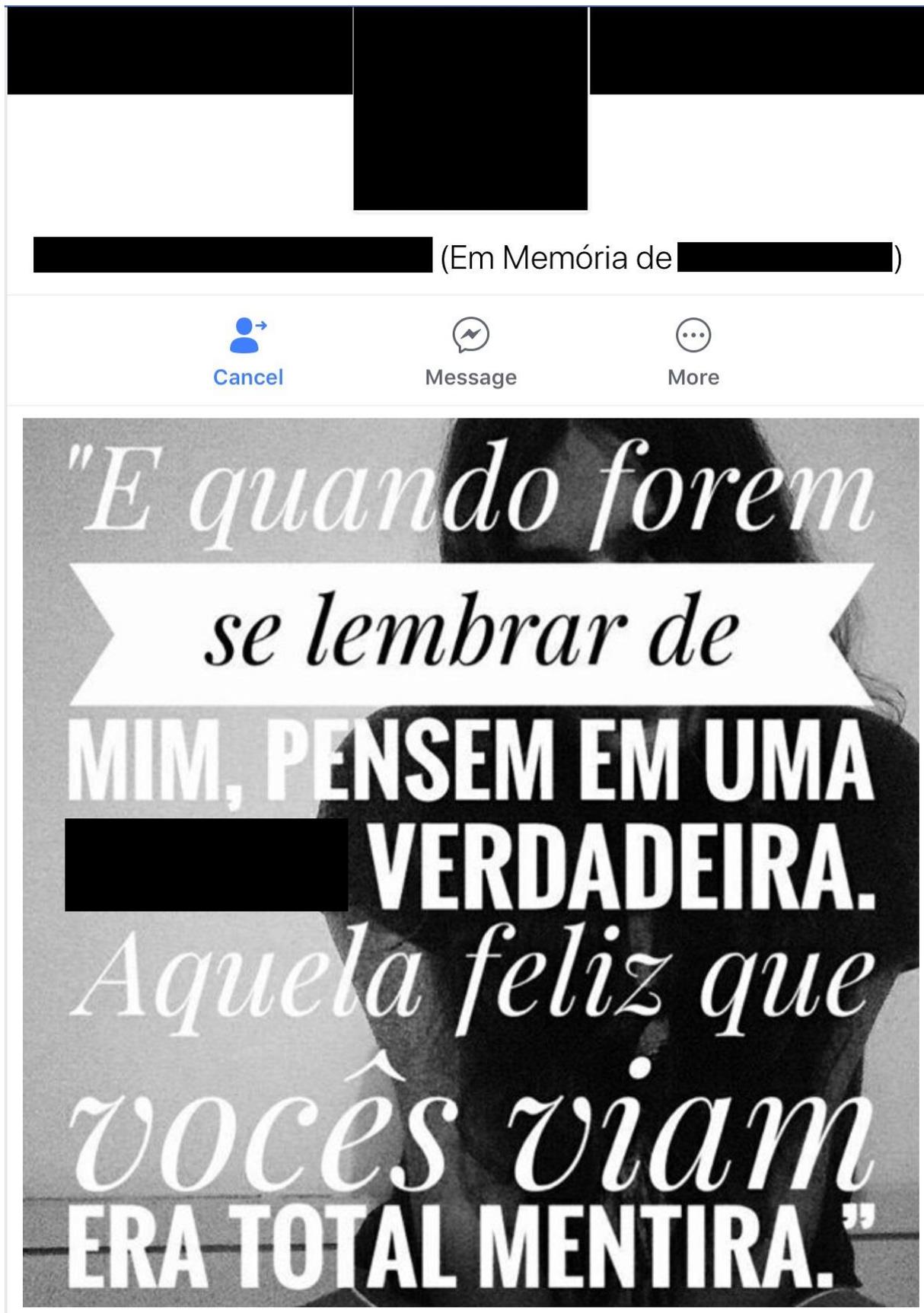
11 de setembro · 🌐

As vzs fizemos tantas coisas q achamos q é certo e qndo vemos, estamos errando novamente. Sabe ultimamente só tenho errado , e so fudendo o pouco de vida q tenho , então decidi dar um fim a isso tudo. Cansei de merda de Vida , cansei de pessoas falsas , cansei de tudo ! Então é o Fim #



 Curtir  Comentar  Compartilhar

ANEXO H – TEXTO 8



ANEXO I – TEXTO 9

A screenshot of a Facebook post. The post is from a user whose profile picture and name are redacted with black boxes. The post is dated "8 April 2018" and is public. The text of the post is "A vida pode passar nao estou sozinho". Below the text, there are 48 reactions, including a sad face emoji and a thumbs-up icon. To the right of the reactions, it says "6 Comments". At the bottom of the post, there are three interaction buttons: "Like", "Comment", and "Share".

  ...

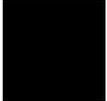
8 April 2018 · 

A vida pode passar nao estou sozinho

  48 6 Comments

 Like  Comment  Share

ANEXO J – TEXTO 10

[Redacted Name]...

8 April 2018 · 🌐

vou nessa rapa aa todo mundo o meu maior respeito fiz isso por causa da minha familia onde estiver é nois rapaziada pq da familia é só desprezo fuuuuuuu dessa pra melhor uuuuuuu morri d buenas bebam bebam muitao na moral sem cafe vou na boa vou nafé kkkkkkkk vagabundo nato (;

🙄👍🤔 200

78 Comments 15 Shares

 Like  Comment  Share

ANEXO K – TEXTO 11

